

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



**AS IDEIAS POLÍTICAS EM *AVENTURAS DE*  
*DIÓFANES* DE TERESA MARGARIDA DA SILVA  
E ORTA (1752)**

BEATRIZ LINBERGER DOS ANJOS OLIVEIRA

Tese orientada pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Isabel M. R. Mendes Drumond Braga,  
especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em História –  
Especialização em História do Género

2019



## **Agradecimentos**

A presente dissertação é o resultado do apoio de várias pessoas que foram fundamentais para que esta pudesse ser concluída.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Isabel Ribeiro Mendes Drumond Braga, por toda a paciência, o cuidado, a atenção e a disponibilidade para com as minhas dúvidas. Agradeço, também, por todas as correções necessárias e pertinentes para que esta dissertação alcançasse a melhor versão possível.

Agradeço, também, aos funcionários da biblioteca da Faculdade de Letras e da Biblioteca Nacional de Lisboa por sempre serem prestativos e solícitos.

Agradeço aos professores e colegas do Mestrado em História do Género que de forma direta ou indireta contribuíram com discussões e reflexões não somente para esta dissertação, mas também para o próprio sentido da disciplina da história.

Agradeço, por fim, à minha família, principalmente à minha mãe, e aos amigos de longe por todo o apoio, os telefonemas, as mensagens e os incentivos e, também, aos novos amigos que tive o prazer de conhecer ao longo dessa jornada.

## Resumo

A primeira metade do século XVIII português foi marcada por uma vasta produção de escritos preocupados com a educação e a correção da sociedade. *Aventuras de Diófanos ou Máximas da virtude e formosura*, publicado em 1752 vem para complementar esse grande corpo documental responsável por revelar as aspirações e expectativas de construção de uma nova sociedade. Assim, tem-se como objetivo apreender por meio de suas ideias não somente a mentalidade do setecentos de Portugal, como também as perspectivas e opiniões de um ponto de vista feminino, não no que tange ao seu sexo biológico, mas a partir de como a autora se relaciona e percebe o espaço público. Para isto, analisar-se-ão temas como política, economia, hábitos sociais, educação e relações de género a fim de denunciar os vícios portugueses e sugerir novos comportamentos e diretrizes a serem seguidos à luz dos ideais modernos.

**Palavras-chaves:** Teresa Margarida da Silva e Orta, Portugal, século XVIII, género, história política.

## Abstract

The Portuguese first half of the XVIIIth Century was known by the large production of educational and societies' behaviour texts. *Aventuras de Diófanos ou Máximas da virtude e formosura*, published in 1752, is an example of these documental *corpus* responsible for create and build its new aspirations and expectations well difused around the alphabetized groups. From this start, the principal aim is to understand Portugal's mentality from a woman's point of view and how it manifests itself in the public sphere. To that end, it will be analysed themes such as politics, economy, education, customs and gender relationships. Hence, it will be possible to point out the main Portugueses vices and to notice the solutions that the author suggests according to the modern ideais.

**Keywords:** Teresa Margarida da Silva e Orta, Portugal, XVIIIth Century, gender studies, Political History.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
ESTADO DA QUESTÃO.....	15
1.1 Uma questão de autoria.....	17
1.2 O silêncio dos arquivos: uma reconstituição biográfica a partir da questão da nacionalidade.....	22
1.3 À sombra de Fénelon: uma eterna comparação.....	24
1.4 As ideias políticas em <i>Aventuras de Diófanés</i> ou <i>Máximas da virtude e da formosura</i> .....	28
PARTE I	
1.1. Palavra de Mulher.....	31
1.1.1 Ser mulher e escrever em Portugal.....	33
1.2. <i>Aventuras de Diófanés</i> ou <i>Máximas da virtude e formosura</i> : aspectos gerais.....	41
1.2.1. As edições.....	41
1.2.2 O enredo.....	44
PARTE II	
2.1 Feminino/Masculino.....	48

2.1.1 Feminilidades.....	52
2.1.2 As mulheres em <i>Aventuras de Diófanés</i> ou <i>Máximas da virtude e formosura</i> .....	54
2.1.3 Masculinidades.....	58
2.2 Da Natureza e da Educação.....	63
2.3 Da Formosura.....	67
2.4 Das relações afetivas.....	74
2.5 Da Liberdade e da Necessidade.....	78
2.6 Do Género.....	83
PARTE III	
3.1 <i>Aventuras de Diófanés</i> ou <i>Máximas da virtude e formosura</i> : um tratado político.....	86
3.2 Espaços: Os Reinos.....	90
3.3 Um Rei Ideal.....	100
3.4 Uma Rainha Ideal.....	110
3.5 Um Reino Ideal.....	114
3.6 Dos Grupos Sociais.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127

ANEXOS.....	131
-------------	-----

BIBLIOGRAFIA.....	133
-------------------	-----

## Introdução

A constituição de um campo destinado ao estudo das mulheres é dada a partir do momento em que a mulher passa a ser vista enquanto objeto de estudo. Essa mudança não implica que, até então, as mulheres nunca tenham sido estudadas ou analisadas por intelectuais, mas que, a partir da década de 1960, isso se transforma em um projeto político e académico. Ao fazê-lo, as feministas e alguns homens partem da reconstituição da memória como uma forma de estabelecer a unidade em torno de todas as mulheres, uma vez que, “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de *identidade*”.<sup>1</sup> Para isso, foi necessário reescrever a história a fim de incorporar essa parcela da população a qual tinha sido historicamente excluída da memória coletiva. Ao recuperar as *Aventuras de Diófonos ou máximas da virtude e formosura* de Teresa Margarida da Silva e Orta, este trabalho procura reinserir a obra tanto no passado quanto no presente da história política portuguesa. No passado, porque objetiva trazê-la de volta à discussão iluminista e no presente, ao considerá-la enquanto fonte histórica do período joanino.

Para isso, é importante lembrar que a escrita de uma história que se preocupe com os grupos sociais marginalizados ao longo do tempo é um trabalho árduo e cansativo. Isto porque, esse revisionismo, que surge a partir dos anos 1960 tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, é fruto de um movimento interno da historiografia e externo a ela. No que tange ao primeiro, salientam-se as transformações epistemológicas advindas da *École des Annales* e o combate sistemático contra as narrativas factuais; no que diz respeito ao segundo, reconhece-se a herança deixada pelos movimentos sociais que se organizam politicamente e que começaram a permear a sociedade em níveis diferentes. Sendo o universo académico tanto fruto quanto motor da sociedade, portanto, reflete essas novas demandas resultando na criação de departamentos de estudos das mulheres.<sup>2</sup> Acompanhando esse movimento, a historiografia elege como um novo ramo de sua *praxis* a história das mulheres na qual se observa a mudança de seu principal objeto

---

<sup>1</sup> Jacques Le Goff, “Memória”. In.: Jacques Le Goff, *História & Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 2013, p. 435.

<sup>2</sup> Joan Wallach Scott, “História das mulheres”. In.: Peter Burke (org.), *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992, pp. 63-85.



de estudo. Assim, segundo as feministas, ao invés de se escrever uma *his-story* (narrativa deles), abria-se a possibilidade da escrita de uma *her-story* (narrativa delas)<sup>3</sup>.

Ainda que pareça uma pequena mudança, o que se observa é a criação da esperança de que as bases da história seriam transformadas, sendo assim, era necessária uma grande reformulação a qual era sustentada pelo feminismo. Essa deveria ocorrer em todos os campos do conhecimento, desde o uso das palavras até ao questionamento dos objetos das ciências sociais. Se estes foram construídos na base da neutralidade e universalidade do iluminismo, o século XX estava disposto a denunciar o caráter enviesado e parcial de toda a cultura ocidental. Assim, ao reafirmarem que a narrativa era masculina, heterossexual, branca, europeia e cuja perspectiva era sempre de uma elite intelectual dominante, criou-se a brecha para o questionamento da existência de outras vozes para além daquelas que se julgavam representantes de toda a humanidade. O que se observou nesse primeiro momento foi, portanto, a criação de um horizonte de expectativas que apontavam para uma ruptura epistemológica, o resultado, no entanto, foi o isolamento desses estudos nos seus departamentos.

No que tange especificamente a questão de gênero, pode compreendê-lo dentro de duas análises cujo ponto de partida escora-se nas relações de poder. Se por um lado, as mulheres reivindicavam duplamente as suas participações no mundo académico ao se colocarem enquanto sujeito e objeto, por outro, elas acabaram por reforçar a metodologia historiográfica ao utilizarem-na para a construção da sua própria história. Quando o movimento feminista entra nos meios intelectuais e reclama para si a sua existência enquanto objeto, aplica os mesmos moldes factuais e epistemológicos que vinham sendo questionados pela historiografia oficial. Assim, ao procurarem mulheres que poderiam ter uma agência similar à masculina nos espaços públicos, acabaram por, de fato, criar uma separação binária. Se por um lado, a única narrativa possível seria baseada na hierarquização dos géneros, na qual eles sempre se apresentariam enquanto oposição e não enquanto pontos de vistas distintos da mesma narrativa; por outro, elas reforçavam uma história dos indivíduos calcada no papel, agora, das grandes mulheres perpetuando a tradição de uma memória que remonta à

---

<sup>3</sup> Sonya O. Rose, "Introduce to Dialogue: Gender History/Women's History: Is Feminist Scholarship Losing its Critical Edge? *Journal of Women's History*, vol. 5, n.º 1. Bringhamton: primavera, 1993, pp. 89-101.

tradição grega das epopeias, dos heróis e das batalhas.<sup>4</sup> À história, então, caberia compreender o seu papel a partir de um revisionismo político e teórico.

Escrever a história é um trabalho triplo: revela-se o passado, revela-se o presente, projeta-se o futuro. Como um espelho, o texto histórico reflete a si mesmo quando tenta analisar o outro e, dessa maneira, a história, enquanto disciplina teórica, muitas vezes, acaba ganhando a função de explicar o presente e projetar expectativas para um futuro ainda incerto. Quando a história começou a se afastar da literatura no século XIX e começou a refletir sistematicamente sobre a sua função e a sua epistemologia, acabou por surgir enquanto a perpetuação de um tempo ido o qual pode ser apreendido a partir dos documentos escritos que foram deixados. Assim, a sua primeira base já parte de uma exclusão de todos aqueles que não desenvolveram as letras e que, para ela, não poderiam ter suas histórias ouvidas por aqueles homens. Continuando com esse caráter excludente, o olhar positivista terminou por imprimir à história um modelo o qual deveria ser o mais neutro possível, a fim de ser utilizado em diferentes tempos da humanidade. Com o objetivo de realizar tal missão, os historiadores se valeram da constituição de arquivos e museus para que esses relatos do passado continuassem sendo preservados dotando as suas fontes de um caráter monumental.<sup>5</sup> A principal implicação dessa política é que, ao selecionar os objetos que devem ser eternizados, excluam todos os vestígios materiais daqueles que não eram nem homens, nem brancos, nem europeus, nem pertencentes à elite, assim, as outras vozes, apareceriam apenas como ecos dessa narrativa principal.<sup>6</sup> Em outros termos,

o que corresponde a nossa visão foi pré-selecionado e é pré-determinado para nós, não tanto pelo acaso, mas antes por pessoas que estavam consciente ou inconscientemente imbuídas por uma visão especial pensando que os factos que fundamentavam essa visão eram dignos de serem preservados<sup>7</sup>.

Dessa pequena reflexão sobre a memória, conclui-se que ela fez que com que fossem perpetuados os conceitos e as limitações sociais de um determinado grupo social cujas experiências

---

<sup>4</sup> Cf. Jacques Le Goff, “História”. In.: Jacques Le Goff, *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 2013, p. 37.

<sup>5</sup> Jacques Le Goff, “Documento/Monumento”. In: Jacques Le Goff, *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 2013, pp. 485-498.

<sup>6</sup> Michelle Perrot, “Práticas da memória feminina”. *Revista Brasileira de História*, vol. 9, n.º 5. São Paulo: ago/set 1989, pp. 9-18.

<sup>7</sup> Edward Carr, *O que é a História?* Lisboa: Grodina, 1982, p. 12.

foram tomadas pretensiosamente de forma universal. Esses homens ao se utilizarem desses mecanismos de eternização da sua própria existência, traçaram uma linha de continuidade temporal que permite que eles se identifiquem com homens do passado e garantem a perpetuação de um futuro. Em contrapartida, a história relegada às mulheres é marcada por uma série de descontinuidades de modo que “a história das mulheres foi construída sobre os destinos de heroínas sem par. Como se, em cada nova geração, fosse preciso que as mulheres construíssem uma nova memória, que reatasse um fio perpetuamente partido”<sup>8</sup>.

História e mulheres, dessa forma, parecem ocupar posições antagônicas e paralelas. Com o intuito de superar essa distância, Joan Wallach Scott, nos anos de 1980, propõe o gênero enquanto um novo termo para uma nova abordagem tanto política quanto acadêmica<sup>9</sup>. Assim, ao se basear no conceito foucaultiano de poder, as mulheres deixam de ser objeto de estudo para que as suas relações dentro do campo político sejam analisadas. Gênero, portanto, delimita-se enquanto uma ferramenta metodológica a qual poderia contribuir para a reescrita da história oficial, sem segregar os trabalhos realizados sobre as mulheres. O problema é que, na maior parte das vezes, gênero é tido como sinônimo de mulher e, portanto, em linhas gerais, os estudos voltados às mulheres continuam confinados em seus departamentos. Este trabalho, no entanto, utilizará gênero enquanto categoria analítica, uma vez que, as análises, reflexões e críticas aqui feitas respeitarão as balizas temporais estabelecidas pela história oficial<sup>10</sup>.

No que tange mais especificamente à história política ou à história do pensamento político, apesar de haver uma série de críticas aos conceitos criados, os quais, de acordo com as feministas carregariam consigo a marca do gênero<sup>11</sup>, também serão mantidos por acreditar que elas também participaram da criação e da utilização deles. A premissa utilizada para tal análise parte das concepções de mundo que foram se desenhando pós 1789 a partir de sua burocratização e tecnocratização. Assim, o mundo assistiu à constituição de uma nova definição de política baseada

---

<sup>8</sup> Christine Zuber-Kapisch, “Introdução”. In: Georges Duby (dir.), *História das mulheres no Ocidente*, vol. 2. Porto: Afrontamento, 1993, p. 10.

<sup>9</sup> Joan Wallach Scott, “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica” *Educação e realidade*, vol. 20, n.º 2. Porto Alegre: jul/dez 1995, pp. 71-99.

<sup>10</sup> No que tange a discussão acerca de uma temporalidade particular à história das mulheres ver: Julia Kristeva, “Woman’s Time”. *Signs*, vol. 7, n.º 3. Chicago: outono 1981, pp. 13-35.

<sup>11</sup> Helen Crowley, “Knowing Woman: feminism and knowledge”. In.: Helen Crowley (org.), *Knowing Woman: feminism and knowledge*. Grã-Bretanha, The Open University, 1995, p. 3.

na polarização entre espaço público e espaço privado, cujas características passavam, principalmente, por estereótipos e papéis de gênero. É importante frisar que essa concepção de mundo circunscreve uma parcela da população a qual não só compreende a linguagem política quanto a mantém e sustenta enquanto sistema. Dessa forma, ao abordar as críticas políticas de Teresa Margarida da Silva e Orta, tem-se em consideração que o seu público leitor era composto por indivíduos que concordavam ou reconheciam o seu sistema de crenças e as suas propostas. O valor de suas ideias dentro desse panorama discutido até a esse momento, reside exatamente no momento em que esfera pública e esfera privada ainda estavam entrelaçadas, em certa medida, até para as elites socioeconômicas portuguesas. De modo que, ao propor o seu manual de etiqueta e de moral para as mulheres de diferentes grupos sociais, ela classifica a educação enquanto um assunto da esfera política tal como os ideais de comportamento feminino. O estereótipo da mulher, portanto, desenha-se enquanto parte vital para a construção de um projeto político que visa a modernização do país, mesmo que ele seja feito a partir de premissas universalizantes. Educação, política e comportamento tecem, portanto, o panorama da definição de política que será usada ao longo da dissertação, o qual abrange mais temas do que a tentativa setecentista de circunscrever o poder aos seus limites jurídicos<sup>12</sup>. Sendo assim, justifica-se o predomínio das ideias da autora em detrimento a sua vida de modo que não haveria fôlego para realizar uma biografia cuidadosa, além das linhas gerais já levantada por outros pesquisadores<sup>13</sup>.

Frente a esse cenário, a dissertação dividir-se-á em três partes. A primeira intitulada de “Palavra de mulher” tem como objetivo repensar a prática da escrita em Portugal a partir da perspectiva da teoria literária. A segunda, “Feminino/Masculino” discutirá os limites e a construção das categorias binárias de homem e mulher a partir das teorias de gênero e, por fim, a terceira parte “Ideias políticas” limitar-se-á à discussão dos aspectos políticos de *Aventuras de Diófanos ou Máximas da virtude e formosura* a partir da bibliografia de teoria e filosofia política produzidas sobre Portugal setecentista.

---

<sup>12</sup> Michel Foucault, *História da sexualidade*, vol. 1. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 85.

<sup>13</sup> Ver: Conceição Flores, *As aventuras de Teresa Margarida da Silva em Orta em terras do Brasil e Portugal*. Natal: Opção Gráfica e Editora, 2006.

É na tentativa de transformar essa narrativa parcial que esse trabalho se junta a uma série de outros os quais procuram arduamente a defesa de que “a diferença dos sexos e as relações que eles mantêm intervêm no jogo social, de que eles são criação e efeito ao mesmo tempo que motor”<sup>14</sup>. Posto isso, ainda que fosse mais frutífero ao campo da historiografia das ideias propor uma análise comparativa entre escritos femininos e masculinos que sigam a mesma linha, não é o objetivo dessa dissertação. Dessa forma, limitar-se-á a um esboço das expectativas sociais depositadas nos ideais de mulheres a partir do livro supracitado. A escolha desse *corpus* documental embora não possa falar sobre a totalidade das experiências femininas possibilita uma ampla compreensão daquilo que se objetivava construir para um novo ideal de sociedade, ou em outras palavras, “enquanto a Historiografia procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornece uma expectativa do seu vir-a-ser”<sup>15</sup>. É, portanto, na relação entre expectativas de homens e mulheres desse grupo e de suas publicações que se pode compreender por completo essa mudança da sensibilidade europeia dentro da cultura portuguesa.

Para a escrita desta dissertação, foram levantadas 520 máximas as quais foram divididas em três categorias gerais sendo: cultura, economia, e política. Estes grandes grupos foram subdivididos em novos grupos. A grande dificuldade metodológica apresentada foi a sobreposição das categorias, no entanto, como este trabalho não tem como objetivo final o levantamento das máximas, ele foi feito de maneira instrumental a fim que pudesse auxiliar tanto na separação delas quanto em sua análise. Assim, a subcategoria “casamento” pode aparecer tanto em “cultura” quanto em “política” a depender do contexto, com o intuito de evitar essas confusões teóricas, optou-se por fazer as distinções entre “relações afetivas” naquilo que se entendia do casamento enquanto união do foro privado e “casamento” quando se tratava de uma união com um intuito político. Essa escolha léxica foi feita em decorrência do objetivo final da dissertação a qual procura mapear as ideias políticas de Teresa Margarida da Silva e Orta.

A categoria de política é, indubitavelmente, aquela que concentra o maior número de máximas totalizando 414. É importante frisar que ao se tratar de um espelho de príncipe há uma

---

<sup>14</sup> Christiane Zuber-Klapisch, “Introdução”. In: Georges Duby; Michelle Perrot (dir.), *História das mulheres no Ocidente*. Vol. 2. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 11.

<sup>15</sup> Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 29.

série de repetições e que, portanto, o número analisado e interpretado é inferior a esse que foi levantado. Ainda assim, o grupo “política” engloba desde a teorização do poder, passando pelas funções do rei, da rainha, da nobreza e dos súditos até aos comportamentos de género. A subcategoria mais representativa é a que diz respeito ao comportamento do rei que, caso fosse o objetivo deste trabalho, necessitar-se-ia de uma subdivisão a fim de obter uma análise ainda mais apurada das máximas. De uma forma geral, pode-se depreender que, salve as repetições, Teresa Margarida da Silva e Orta, teve uma preocupação muito grande no levantamento dos comportamentos nocivos ao bom funcionamento da sociedade tal como no encaminhamento para a correção destes. É por meio da análise desses dois pontos que se procura compreender o universo de expectativas e desejos para Portugal setecentista.

## Estado da Questão

É sabido que toda a fonte analisada apresenta uma dupla restrição à sua total compreensão. Isso pode ser reflexo do fato de que por mais que se objetive a extração das ideias contidas nela, isso nunca é feito de maneira neutra e isenta por parte do estudioso. Primeiramente porque, muitas vezes, projetam-se as questões que permeiam o presente no passado, acentuando-as. Segundamente porque, quanto mais antigo é o documento, menos informações complementares são possíveis de encontrar. Ainda que não seja via de regra, esse cenário é, sim, aquele no qual se encontra o livro escrito por Teresa Margarida da Silva e Orta. Assim, toda a literatura crítica produzida nos séculos XX e XXI coloca questões as quais, muitas vezes, não se podem responder devido à falta de documentação referente à vida da autora. Mesmo assim, é significativo o número de trabalhos que vem sendo feito, principalmente, dentro da área da crítica literária.

A redescoberta, portanto, do texto de Teresa Margarida da Silva e Orta no final dos anos 1990 é, principalmente, um resultado direto da inserção dos movimentos feministas na academia. Buscando uma reescrita dos sistemas teóricos, a análise do livro vem com o intuito de engrossar o coro da produção e da autoria de obras de mulheres, reafirmando que os objetos de pesquisa tal como as suas interpretações são fortemente marcados por visões ideológicas enviesadas e excludentes. Posto isso, objetiva-se fazer uma retrospeção crítica das análises feitas, principalmente no século XX, de *Máximas da virtude e formosura com que Diófanes, Climinéia e Hemirena, Príncipes de Tebas, venceram os mais apertados lances da desgraça*, publicado em 1752, mas conhecido como *Aventuras de Diófanes*, seguindo a escolha editorial da segunda edição de 1777 e mantida desde então.

Quando se analisa a ampla gama de trabalhos publicados sobre o livro, nota-se um predomínio de textos do campo dos estudos literários. Assim, ainda que haja um reconhecimento da importância de *Aventuras de Diófanes ou Máximas da virtude e formosura*<sup>16</sup> no âmbito da história da literatura luso-brasileira, pouco se tem dito sob o valor histórico da obra principalmente no que tange às ideias políticas presentes ao longo do corpo do texto. Discute-se muito o valor do

---

<sup>16</sup> Optou-se pelo uso dos dois títulos a fim de contemplar tanto a escolha da autora quanto a coerência com as publicações subsequentes à primeira edição, as quais, em sua grande maioria, conservaram o título da publicação de 1777 como *Aventuras de Diófanes*.

texto e a sua relevância para a literatura portuguesa e brasileira, mas pouco se analisa o conteúdo da obra enquanto documento histórico relevante para a compreensão dos debates políticos<sup>17</sup> presentes no século XVIII português. Isto porque o iluminismo em Portugal foi dotado de cores particulares devido à marca e influência da confessionalização católica sob aquele território. A análise, portanto, do livro sob a perspectiva da história das ideias permite a observação da circulação dessas novas influências filosóficas em Portugal tal como a sua recepção nos setores médios e altos da sociedade.

Ainda que *Aventuras de Diófanos ou Máximas de virtude e formosura* se revele um frutífero documento para tal reflexão, o que se observa é a concentração da discussão em torno de duas problemáticas: a nacionalidade e a questão da feminilidade na obra. Elas se apresentam intrinsecamente ligadas a partir do momento em que as discussões acadêmicas se voltam, cada vez mais, para as questões identitárias em voga desde a década de 1970. Assim, as teorias pós-coloniais juntamente com a crítica feminista dão o tom das interpretações mais recentes. No que tange àquelas primeiras direcionadas à autora e ao seu livro, encontram-se inseridas no panorama teórico de estabelecimento de identidades nacionais comuns à primeira metade do século XX. Se em Portugal isso se manifestou pelo movimento de afirmação das soberanias nacionais, no Brasil foi reflexo da construção de uma nova República que buscava desvincular-se do passado de ex-colônia, firmando-se enquanto nação. É, principalmente, nas manifestações culturais e teóricas que se observa essa narrativa oficial constitutiva das nacionalidades. Essa busca genealógica da produção cultural, portanto, revela-se fundamental à fundação de uma tradição tanto ideológica quanto estilística partilhada em maior ou menor grau por todo o continente europeu. Consequentemente, esse se apresentar como o principal debate em meados do século XX é procurar inserir ambas as literaturas dentro da tradição literária ocidental.

Do ponto de vista da história de gênero e da discussão de feminilidades e masculinidades, encontra-se o predomínio do debate em torno do conceito de mulher vislumbrado por Teresa

---

<sup>17</sup> Apesar do século XVIII ser retratado enquanto um período de estabilidade política, não se pode negar que a construção do campo político, segundo o conceito de Bourdieu, é constituído por forças que se relacionam de maneira a sempre criar uma tensão. Dessa forma, o conceito de estabilidade política é advindo dessas relações as quais não são fixas, fazendo com que, na monarquia, o rei seja a principal peça para o balanceamento delas. Cf. Pierre Bourdieu. *O poder simbólico*. Lisboa: Difusão Editorail, 2001.



Margarida da Silva e Orta e pela geração de setecentos. Assim, como toda a produção é dotada de uma determinada historicidade, não é de se estranhar que as virtudes a serem exaltadas correspondam àquelas apregoadas pelos homens contemporâneos da autora. Em relação à crítica, o que se observa é o uso das protagonistas como exemplos de ações e ideias postumamente consideradas feministas a fim de enviesar a discussão para uma óptica mais politizada do que normalmente é feita.

Estes dois aspectos, enquanto olhares metodológicos dos estudos produzidos acerca de *Aventuras de Diófanes ou Máximas da virtude e formosura*, sustentam as discussões travadas. Se se recupera a fortuna crítica cronologicamente, revelar-se-ão os caminhos percorridos pelo próprio fazer crítico e seus diferentes tratamentos quando provenientes de Portugal ou do Brasil. Como esse não é o objetivo do presente trabalho, propõe-se apresentar as questões a partir dos pontos em comum da discussão entre eles e, sobretudo, revelar como essas foram desdobradas em cada um dos estudos.

### **1.1 Uma questão de autoria**

A primeira edição de *Aventuras de Diófanes* publicada em 1752 sob o título de *Máximas da virtude formosura com que Diófanes, Climinéia e Hemirena, Príncipes de Tebas, venceram os mais apertados lances da desgraça* continha o nome de Doratheia Engrassia Tavadeda Dalmira. A polêmica que circula em torno da autoria do texto é reflexo da história da publicação deste. Dotado de quatro edições em um intervalo de um pouco menos de cinquenta anos, o nome da autora é modificado a partir da terceira edição de 1790, na qual ao lado dele é posta a adenda de “Alexandre de Gusmão *verdadeiro autor*”. Com o objetivo de justificar essa mudança de autoria, a edição é acompanhada de um prólogo no qual é apresentada a justificativa pelo ocultamento do nome de Gusmão. Nele, o editor afirma uma suposta vergonha do autor em assinar a obra, posto que ela seria fruto de sua mocidade. A quarta e última edição dessa primeira leva, datada de 1818, por sua vez, substitue tanto o nome dela quanto o dele: “por huma dama portugueza”. Assim, a partir da

comparação entre as primeiras duas edições é que Ernesto Ennes e Rui Bloem debruçam-se respectivamente em Portugal e no Brasil, pela solução deste suposto enigma.

O estudioso português publicou, em 1938, um artigo intitulado “Uma escritora brasileira do século XVIII” o qual será revisto em 1947 sob o título de “Uma escritora brasileira do século XVIII: Teresa Margarida da Silva e Orta (1711 ou 12 – 1793)” com o objetivo de trazer à luz a história dessa autora.<sup>18</sup> No que tange especificamente à discussão da autoria, Ennes a inaugura com o uso de fontes bibliográficas como as obras de Diogo Barbosa Machado e sua *Bibliotheca Lusitana* e Inocêncio Francisco da Silva em seu *Diccionario bibliographico portuguez*, o primeiro publicado em quatro volumes entre 1744 e 1759, enquanto o segundo é composto por vinte e três volumes dando continuidade ao trabalho do primeiro. De acordo com os três estudiosos, uma terceira obra, também do século XVIII, intitulada *Sumário da Biblioteca Lusitana*, escrita por Bento José da Souza Farinha, datada de 1789, confirma a autoria de Teresa Margarida. Para Ennes, no entanto, o segundo apenas replicaria a informação já contida em Barbosa Machado.<sup>19</sup> Assim, a fim de que a informação pudesse ser fiável, ele se vale da reputação de Barbosa Machado tal como do fato dele ser contemporâneo de Teresa Margarida da Silva e Orta. Na mesma época, em São Paulo, Rui Bloem comprova como os nomes de Doratheia Engrássia Tavadra Dalmira e Teresa Margarida da Silva e Orta acrescido de Dona, tal como exigia o tratamento da época, são um anagrama perfeito.<sup>20</sup> A partir desse estudo e do reconhecimento dele por Ennes, a autoria é atribuída a Orta em todas as publicações subsequentes inclusive a de 1945 feita no Brasil.

Nesse primeiro momento da discussão, o que se observa é o movimento de revelação da verdadeira autoria o qual teria sido camuflado pelo nome de Doratheia Engrássia. A suspeita de que esse nome seja um pseudônimo advém, como posto anteriormente, não somente das transformações editoriais pelas quais a obra passou, como também, pelo trabalho do bibliófilo Barbosa Machado, reconhecido até hoje pelo seu esforço de fazer um levantamento da literatura portuguesa. O traço comum que perpassa pela crítica da primeira metade do século XX é a correção

---

<sup>18</sup> Ernesto Ennes, “Uma escritora brasileira do século XVIII”. In: Teresa Margarida da Silva e Orta. *Obra reunida*. São Paulo: Graphia, 1993, pp. 204-211.

<sup>19</sup> *Apud*. Ernesto Ennes, *Op. Cit.* p. 209.

<sup>20</sup> Rui Bloem, “O primeiro romance brasileiro: retificação de um erro na história literária do Brasil”. In: Teresa Margarida da Silva e Orta. *Obra reunida*. São Paulo: Graphia, 1993, pp. 211-220.

de uma injustiça feita a Teresa Margarida da Silva e Orta ao ser ignorada pelos grandes manuais de literatura portuguesa e brasileira. Ainda longe das discussões de género que tornar-se-ão o tom da crítica à obra, eles defendem a honra da autora, a despeito de sua conturbada biografia. Esse movimento é uma clara tentativa de antecipar a escrita do primeiro romance em língua portuguesa a uma obra do século XVIII, um século antes do que os historiadores da literatura costumam colocar. Assim, a esse primeiro embate sucede o questionamento não só da própria nacionalidade da obra, como também, se *Aventuras de Diófanés ou Máximas da virtude e formosura* pode ou não ser considerado um romance.

Se a questão da autoria parecia ter sido resolvida com esses primeiros estudos, no entanto, é na tese de doutoramento de Maria de Santa-Cruz, defendida na Universidade de Lisboa em 1990, que essa questão é retomada. Nesta, a sua argumentação sustenta-se em uma coautoria de Teresa Margarida da Silva e Orta e Alexandre de Gusmão. Para tal, a autora baseava-se em dois pontos: o primeiro da popularização de obras escritas a quatro mãos e o conteúdo da obra. Sem desautorizar Orta nem questionar a sua erudição, a estudiosa defende que muitas das ideias apresentadas, principalmente as que tangem a política, a economia e a crítica ao reino poderiam ter sido redigidas por Alexandre de Gusmão devido à sua trajetória política, no Brasil, e intelectual, seguindo os preceitos da ilustração. Vale a pena retomar, nesse ponto, o exercício analítico de Rui Bloem que ao comparar as datas de nascimento de Gusmão com a da publicação da obra, conclui que ela jamais poderia ter sido publicada na juventude.<sup>21</sup> No Brasil, em contrapartida à tese de Maria Santa-Cruz, uma outra tese defendida em 2002 na Universidade de São Paulo e outra publicada em 2006 pela Universidade Federal de Pernambuco advogam pela autoria individual de Teresa Margarida da Silva e Orta. Se na primeira, a pesquisadora Ceila Martins não faz dessa a questão central sob a qual se debruça, para Conceição Flores isso se torna o foco de sua pesquisa. Assim, Martins frisa o fato de que Orta teria sido apenas influenciada pelo pensamento de Alexandre de Gusmão e que isso seria insuficiente para reclamar a autoria de uma obra.

Utilizando o género enquanto categoria analítica, Flores afirma o carácter misógino tanto da trajetória da publicação quanto das leituras em torno de Teresa Margarida. Assim, ela traz à luz a

---

<sup>21</sup> Idem, “O primeiro romance...”, p. 216.

tendência de apagamento e silenciamento da autoria feminina,<sup>22</sup> posto que, a polêmica residiria na velha concepção de que uma obra como *Aventuras de Diófanos ou Máximas da virtude e formosura* não poderia ter sido escrita por uma mulher. Longe de pretender a resolução do conceito de autoria ou ainda das defesas em relação à existência de uma literatura feminina ou não, o que se observa nessa discussão travada é o questionamento da capacidade racional dessas mulheres e, portanto, de uma autoridade a partir da assinatura de um texto. Muitas vezes, esses preconceitos são adquiridos *a posteriori* e os conceitos já vêm embebidos de concepções que escapam da realidade da publicação da obra. O debate se revela, então, enquanto mimetismo das discussões travadas no campo dos estudos literários, uma vez que, essas mulheres que escreviam, publicavam e tinham suas ideias a circular, encontravam espaço para tal. Assim, para Vanda Anastácio a questão da autoria estava vinculada à do seu reconhecimento enquanto tal, o qual

não estava associado, nem à publicação impressa de suas obras, nem ao retorno financeiro que estas senhoras podiam obter com a venda destas, nem ao facto de essas escritoras estarem afiliadas a qualquer sociedade erudita ou instituição social. Trata-se geralmente de mulheres originárias da aristocracia ou da alta burguesia mercantil que na maior parte dos casos não tiveram acesso a uma educação formal, mas estudaram em ambiente doméstico com professores particulares e prosseguiram depois os seus estudos de forma autodidacta.<sup>23</sup>

Ou seja, a autoridade feminina de suas ideias e de seus escritos erguia-se a partir de sua reputação, da moral e, principalmente, do sobrenome de sua família, sujeitando os seus livros a julgamentos pessoais.

A escrita possibilitou que algumas mulheres ocupassem um espaço significativo dentro da esfera pública o que fez com que o século XVIII fosse considerado um século rico para a documentação produzida por mulheres. Ainda que as situações materiais restringissem as publicações às camadas abastadas da sociedade, é impossível negar o fator género como determinante para a quantidade de impressos. Assim, se homens encontravam dificuldades para terem suas ideias impressas, mulheres ainda esbarravam em estigmas sociais referentes à sua própria capacidade racional. Paradoxalmente, é exatamente no seio dessa discussão que a brecha

---

<sup>22</sup> Conceição Flores, *As aventuras de Teresa Margarida da Silva e Orta em terras de Brasil e Portugal*. Natal: Opção Gráfica&Editora, 2006, p. 151

<sup>23</sup> Vanda Anastácio, “O que é uma autora? Reflexões sobre a presença feminina no campo cultural luso-brasileiro antes de 1822”. *Matraca*, vol. 18, n.º 19. Rio de Janeiro: jul/dez 2011, p. 219.

foi criada para a circulação e a escrita aberta de ideias de mulheres. Entre o choque argumentativo que circulava em panfletos e papéis volantes de setecentos por toda a Europa, algumas mulheres da elite e dos setores médios da sociedade criam o seu espaço de influência e produção intelectual. Assim, assiste-se a formação dos salões literários e da publicação e circulação de manuscritos de autoras as quais quebravam sistematicamente com os padrões comportamentais que lhes eram impostos. Em resposta a esse movimento, a parcela conservadora da sociedade se torna mais feroz na defesa da inferioridade intelectual feminina.

Dentro dessa tendência, Portugal se apresenta com uma rica produção presente nos conventos femininos.<sup>24</sup> Recentemente, trabalhos publicados no país, acompanhando a tendência dos estudos das mulheres, têm procurado recuperar as vozes daquelas que contribuíram para a modelação da sociedade do período moderno. Assim, quando se analisa a obra e a trajetória de Teresa Margarida da Silva e Orta a partir de uma narrativa de exaltação da sua individualidade como é feito no trabalho de Conceição Flores, ignora-se todo um corpo de produção como o de Teresa de Mello Breyner (Condessa do Vimeiro), Leonor de Almeida Portugal (4.<sup>a</sup> Marquesa de Alorna), Soror Maria Benta do Céu, para citar somente alguns nomes do século XVIII.<sup>25</sup> O que se observa, portanto, é que o questionamento em torno da autoria da obra recai sob o conteúdo de seus escritos. Como o conceito de autoria reclama ao indivíduo uma certa autoridade sobre as palavras escritas, segue que Teresa Margarida da Silva e Orta é a autora do livro não descartando a influência de Alexandre de Gusmão para a criação de *Aventuras de Diófanos ou Máximas da virtude e formosura*.

---

<sup>24</sup> Sobre essa questão ver: Lígia Bellini, “Vida monástica e práticas da escrita entre mulheres em Portugal no Antigo Regime”, *Campus social*, n.º 3/4. Lisboa: 2006/2007, p. 210-218; Violeta Crespo Figueiredo, “Papéis volantes do século XVIII – 5. MULHER”. *História*, n.º 5. Lisboa: março 1979, pp. 54-64.

<sup>25</sup> A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa realizou uma pesquisa com o intuito de montar um catálogo com as principais escritoras da língua portuguesa anteriormente ao século XIX. Para maiores informações, consultar: <http://www.escritoras-em-portugues.eu/home>, projecto do Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa tendo como investigador responsável a professora doutora Vanda Anastácio. Ver também: Mónica Rector, *Mulher: objeto e sujeito da literatura portuguesa*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1999.

## 1.2 O silêncio dos arquivos: uma reconstituição biográfica a partir da questão da nacionalidade

Para que fosse possível a solução da autoria, era necessário a reconstituição da vida de Teresa Margarida da Silva e Orta, tarefa que, em sua grande maioria, tem na falta de documentação primária o seu grande entrave. É importante frisar que após o trabalho feito por Ernesto Ennes, pouco se avançou na narrativa biográfica da autora. Sem dúvidas, sendo a grande referência quando se procura falar sobre Orta, ele encontrou na documentação de familiares do sexo masculino referências sobre a autora. No entanto, assim como é comum à grande maioria das histórias de mulheres que antecedem o século XX, as informações encontram-se limitadas pela figura masculina à qual estão submetidas. Teresa Margarida, então, existe publicamente e para o reino português primeiramente enquanto filha de José da Silva, depois enquanto esposa de Pedro Moller e, por fim, irmã de Mathias Aires. A peculiaridade da história dessa mulher é a ampla documentação, quando comparada a outras mulheres da mesma época, presente na chancelaria de D. José I e D. Maria I. Tal fato se deve, segundo o trabalho de Ennes, ao casamento realizado quando contava 16 anos e às lutas pela herança paterna travadas contra o irmão ao longo dos anos. Para além disso, o pesquisador recuperou algumas cartas trocadas com influentes personalidades da época.

Essas cartas, no entanto, até onde foi levantado e seguindo as referências de Ernesto Ennes, estão espalhadas por uma série de arquivos portugueses sem nunca terem sido publicadas ou analisadas de uma forma sistemática. Tem-se, no entanto, um entrelaçamento entre vida e obra, atrela-se Teresa Margarida da Silva e Orta a *Aventuras de Diófanos ou Máximas da virtude e formusura* se esquecendo, em grande parte das outras três publicações da sua autoria, de que se tem conhecimento. Para além disso, a própria história da autora se alinhava à das edições do texto estabelecendo uma relação direta de causa e efeito entre elas, como pode ser visto no livro *As aventuras de Teresa Margarida da Silva e Orta em terras do Brasil e Portugal* de Conceição Flores. Os outros trabalhos limitam-se a referências ou à obra desta ou à de Ennes.

A grande diferença que pode ser estabelecida entre a obra dos dois historiadores é o enfoque dado às personagens da vida da autora. O primeiro sempre relaciona a escritora a figuras masculinas da família ou ainda a personalidades importantes do iluminismo português. Já o discurso construído pela segunda, procura colocar a escritora enquanto protagonista de sua própria história, tal como faz Maria de Santa-Cruz, outra grande referência dos estudos biográficos e da obra de Teresa Margarida.

Em seu estudo, mais detalhado e apurado do que o de Ennes, a pesquisadora reafirma a necessidade de uma leitura a qual coloque a personagem em questão dentro dos limites da época e as suas possíveis transgressões. Para além disso, traz uma importante observação à biografia da autora que ainda não havia sido trabalhada: a maçonaria.<sup>26</sup> Além da grande influência exercida nos principais círculos da elite portuguesa setecentista, Santa-Cruz argumenta como os ideais de tal grupo se apresentam e são desenvolvidos ao longo do texto. Ainda que ela não seja membro de nenhuma loja devido ao fato de ser mulher e essas serem proibidas dentro do grupo, convivia com personalidades influentes tal como convivia com as suas ideias e intenções. E é a partir desse pressuposto que Maria de Santa-Cruz reconstitui a história pessoal de Teresa Margarida da Silva e Orta. No que tange aos estudiosos brasileiros, o tema da maçonaria não é quase referindo, tendo optado por uma narrativa que se atenha mais aos documentos oficiais e referenciados por Ernesto Ennes e, também, por Santa-Cruz.

O que se apreende dessa repetição da narrativa de Ernesto Ennes é consequência da pouca informação que se pode obter das fontes primárias, fato que não é característica particular nem de Teresa Margarida da Silva e Orta nem de Portugal, mas sim, comum a todas as tentativas de reconstrução de biografias de mulheres que antecedem o século XX. Assim, a fim de seguir os rastros de suas existências, faz-se necessário sempre a procura nas histórias de homens importantes e influentes que perpassaram pelas vidas dessas mulheres. É importante frisar o privilégio de se estudar personalidades pertencentes aos setores mais abastados da sociedade que possibilitam a sua existência enquanto ecos e figurantes das vidas desses homens. Consequentemente, a maior

---

<sup>26</sup> Maria De Santa-Cruz, *Crítica e confluência em Aventuras de Diófanos (1752)*. Tese (Doutoramento). Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990.

parte das informações disponíveis em relação a Teresa Margarida é enquanto filha, esposa e irmã dificultando uma inteira compreensão de sua subjetividade enquanto agente histórico.

Nesse sentido, talvez ainda falte uma biografia que procure nas cartas trocadas com outros homens importantes da época traçar quem foi Teresa Margarida ao desvinculá-la de seu círculo familiar. Como apontado pelos trabalhos supracitados, há a presença de cartas escritas por Teresa Margarida da Silva e Orta nos documentos de Alexandre de Gusmão e Dom Frei Manuel do Cenáculo que raramente aparecem nas reconstituições biográficas, ao menos enquanto nomes pertencentes a um mesmo círculo social dos estrangeirados.<sup>27</sup> Possivelmente, ao recuperar essas ideias, romper-se-ia com a sua representação meramente privada compreendendo um pouco melhor as influências e as redes de circulação e de sociabilidade em que estava inserida.

### 1.3 À sombra de Fénelon: uma eterna e presente comparação

Paralelamente à questão das mudanças de autoria, pôs-se a questão do título. A segunda edição datada de 1777 foi publicada como *Aventuras de Diófanos imitando o sapientíssimo Fénelon na sua viagem a Telémaco*, encurtando em muito o original ao ocultar as personagens femininas e atrelar à obra a autoridade do francês. A primeira observação a ser feita é que logo quando publicado em 1752, a crítica saía na *Gazeta de Lisboa*, em 28 de agosto do mesmo ano,

---

<sup>27</sup> O conceito de estrangeirados, apesar de estar inserido dentro de uma discussão na historiografia portuguesa a respeito de ser ou não ser uma categoria válida, foi utilizado aqui no sentido de dar unidade a um grupo de pessoas as quais compartilhavam de uma mesma formação intelectual no estrangeiro, principalmente em França e Inglaterra, dividindo, a mesma crença nos preceitos iluministas. Opondo-se a esta visão, Jorge Borges de Macedo argumenta que tal categoria teria sido difundida no início do século XX com o objetivo de justificar um suposto atraso português quando comparado ao resto da Europa, sendo ineficiente, posto que a função do historiador não seria a de projetar problemáticas do presente sob as suas fontes. Para além desta questão metodológica, o autor segue a sua crítica ao afirmar que o seu uso acaba por aplanar a dialética presente dentro do corpo social português cujo o qual se articulava de acordo com diferentes perspectivas filosóficas. Ainda que o experimentalismo iluminista, de fato, tenha encontrado relutância para ser amplamente difundido pelo imaginário luso, este não foi o único sistema filosófico relevante do século XVIII, nem o único progressista, podendo-se ressaltar a importância da escolástica à formação da mentalidade moderna europeia, por exemplo, -a qual se encontrava presente no ideário português. Cf. Jorge Borges de Macedo. *“Estrangeirados”: um conceito a rever*. Lisboa: Edições do Tempo, s.d.



estabelece a relação entre as duas obras ao afirmar que *Máximas da virtude e formosura* “imita, ou excede ao Sapiientíssimo Fénelon na sua viagem de Telémaco”.<sup>28</sup> A edição seguinte, no frontispício já menciona explicitamente essa obra.

As primeiras críticas tanto de Bloem quanto de Ennes em nada questionam a escolha da mudança do título e ainda reforçam a tese de que *Aventuras de Diófanos ou Máximas da virtude e formosura* seria uma cópia das de Telémaco sem, no entanto, diminuir o valor da primeira. Assim, estes estudiosos tendem a corroborar a escolha editorial de validar a obra de Teresa Margarida Orta a partir do romance de Fénelon<sup>29</sup>. Nesse sentido, para os estudiosos, como já foi ressaltado anteriormente, quanto mais pontos em comuns com a tradição erudita francesa, mais respaldo a argumentação teria a fim de incluir o livro na história da literatura de língua portuguesa.

Não se objetiva aqui fazer uma análise comparativa entre as duas obras a fim de concluir se o livro de Orta seria uma cópia da obra de Fénelon. Ainda que autores, como Isabel Drumond Braga, listem os pontos de convergência como o papel do rei enquanto servidor dos vassallos e a defesa do combate ao luxo e à ociosidade; a exaltação dos valores morais como fidelidade, compreensão e justiça<sup>30</sup>; procura-se compreender como que a obra de Orta dialoga com o seu tempo a despeito das suas similitudes com a obra do autor francês. Por sua vez, Moizeis de Sousa e Fábio da Silva frisam que essa aproximação é um recurso a fim de dotar *Aventuras de Diófanos ou Máximas da formosura* de capital simbólico.<sup>31</sup> Contraditoriamente a essa vontade, o que se

---

<sup>28</sup> *Apud.* Isabel Maria Ribeiro Mendes, “As ‘Máximas de Virtude e Formosura’ de Teresa Margarida da Silva e Orta (1752) ou a influência de Fénelon em Portugal”. In: Maria Helena Carvalho Dos Santos. *Portugal no século XVIII – De D. João V à Revolução Francesa*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1991, p. 298.

<sup>29</sup> François Fénelon (1651-1715) foi um importante escritor francês do século XVIII. Tendo como formação o sacerdócio, publicou em 1687 o *Traité de l'éducation des filles* com o objetivo de sugerir a educação feminina dentro dos preceitos da fé cristã. Dois anos mais tarde, recebeu a tarefa de ser o preceptor do Duque de Borgonha, neto de Luís XIV. *Les aventures de Télémaque* publicado em 1699 seria uma continuação da *Odisseia* de Homero no qual narra as viagens de Telémaco, filho de Ulisses. Com enfoque educacional, o autor utiliza as aventuras do protagonista para ditar comportamentos e qualidades desejadas para um futuro homem. A popularidade da obra ao longo do século XVIII faz com que ela seja considerada a mais traduzida e a de maior circulação tanto na Europa quanto no continente americano.

<sup>30</sup> Isabel Maria Ribeiro Mendes, “As ‘Máximas de Virtude...”, p. 300

<sup>31</sup> Moizeis Sobreira Da Silva, “Problemáticas da autoria e da camuflagem feminina em ‘Aventuras de Diófanos’, de Teresa Margarida da Silva e Orta”. *Cadernos Pagu*, nº 49. Campinas: 2017, p. 4.

observou foi a diminuição do valor da obra, posto que ela se trataria de uma mera cópia e, assim, inferior estética e estilisticamente a *Aventuras de Telémaco*.

Essa discussão é fundamental para a reflexão da inserção do livro dentro do cânone da literatura de língua portuguesa.<sup>32</sup> Ao fazer um retrocesso da presença de *Aventuras de Diófanos ou Máximas de virtude e formosura* ao longo dos manuais de literatura portuguesa e brasileira encontramos um cenário pouco favorável ao reconhecimento dela ainda mais quando se analisa a formação do romance de língua portuguesa. Assim, tais manuais do século XX, no entanto, continuaram a excluir a obra da autora, tanto os brasileiros quanto os portugueses, relegando a discussão para notas de rodapé. Afrânio Coutinho em sua *A literatura no Brasil* menciona Matias Aires entre os grandes pensadores neoclássicos e reforça o fato dele se ter mudado ainda pequeno do Brasil, o que seria o suficiente para compor a narrativa historiográfica portuguesa. No que diz respeito a Teresa Margarida da Silva e Orta, foi referenciada em uma nota de rodapé enquanto a irmã de Matias Aires e autora de *Aventura de Diófanos ou Máximas de virtude e formosura*.<sup>33</sup> Nelson Werneck Sodré em *Formação da literatura brasileira* menciona a autora, também em uma nota de rodapé, atrelada ao irmão. A grande diferença é que este autor reconhece o valor de Matias Aires, apesar de sua formação fazer com que ele não possa ser considerado estritamente brasileiro, enquanto rebaixa Teresa Margarida da Silva e Orta ao afirmar que a classificação dela enquanto romancista é póstuma e que *Aventuras de Diófanos ou Máximas de virtude e formosura* não se enquadraria na classificação de um romance *stricto sensu*. Assim, afirmá-la enquanto primeira romancista brasileira era duplamente falacioso, posto que não poderia nem ser considerada brasileira, tal como seu irmão, tampouco romancista<sup>34</sup>. Nos outros importantes livros de formação da literatura como o de Antônio Cândido, seu nome nem é referenciado. Já no que tange os manuais portugueses como a *História da literatura portuguesa* de Antônio José Saraiva e Óscar Lopes, o seu nome é mencionado, também em notas de rodapé, apenas enquanto exemplo de um romance árcade ou atrelada à biografia do irmão, excluindo-a do capítulo referente às ideias iluministas no

---

<sup>32</sup> Aqui se utiliza o conceito cunhado por Antônio Cândido de que haveria uma literatura comum a todos os países falantes da língua portuguesa. Essa proposta de solução é posta frente à dificuldade de classificação quando se trata de escritos produzidos no Brasil antes de 1822, uma vez que, este ainda estava sob o controle da Coroa Portuguesa. Antônio Cândido, *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Ouro sobre azul, 2017.

<sup>33</sup> Afrânio Coutinho, *A literatura no Brasil. Era Barroca/Neoclassicismo*, vol. 2. Rio de Janeiro: Global Editora, 2010, pp. 270-271.

<sup>34</sup> Nelson Werneck Sodré, *Formação da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, pp. 111 e 127.

Portugal setecentista ou ao grupo dos estrangeirados. A única referência feita com um pouco mais de dedicação ao livro classifica-o enquanto levemente feminista e liberal<sup>35</sup>. Hernâni Cidade, por sua vez, menciona Teresa Margarida tanto em *Lições de cultura e literaturas portuguesas*<sup>36</sup> quanto em *Perspectiva histórica da ficção portuguesa: das origens ao século XX*<sup>37</sup> de formas muito parecidas traçando primeiro uma biografia da autora para depois aproximá-la da tradição francesa. No *Dicionário do Romantismo literário português*, coordenado por Helena Buescu, o nome de Teresa Margaria aparece no verbete novela, excluindo, portanto, a sua obra do género romance.<sup>38</sup>

Ao que diz respeito ao género da obra, os estudiosos portugueses tendem a ser coesos em relação a isso, classificando-a enquanto novela e não enquanto romance. Já os brasileiros, por sua vez, dedicam uma parte de suas argumentações a provar que *Aventuras de Diófanés ou Máximas da virtude e formosura* é um romance. Posições contrárias à norma, no entanto, existem, como pode-se notar quando Nerlson Weneck Sodré nega a obra enquanto romance ao afirmar que: “nem Teresa Margarida escreveu romance a rigor, nem romance brasileiro”.<sup>39</sup>

Seguindo com esta posição, Ceila Martins argumenta que a ideia de novela é proveniente ou da confusão feita em língua portuguesa pelos termos novela e romance ou pelo contato único com a edição de 1818 que, como dito anteriormente, foi editado de modo que apenas os três primeiros capítulos fossem publicados.<sup>40</sup> Para além disso, a autora lista as características necessárias para um escrito ser considerado um romance e, segundo a autora, todas as exigências estariam presentes em *Aventuras de Diófanés ou máximas da virtude e formosura*. É, no entanto, na escrita desse romance, segundo Maria de Santa-Cruz – perpassando, muitas vezes, por outros géneros da escrita como “écloa, diálogos, monólogos, rimance, cartas e máximas”<sup>41</sup> – que Orta explicitará as suas ideias acerca de temas como filosofia, política, educação feminina e

---

<sup>35</sup>José António Saraiva, *História da literatura portuguesa*, 16ª edição, Porto, Porto Editora, p. 609.

<sup>36</sup>Hernâni Cidade, *Lições sobre cultura e literatura portuguesas*. Coimbra: Coimbra Editora, 1984, pp. 341-343.

<sup>37</sup>Hernâni Cidade, , *Perspectiva histórica da ficção portuguesa: das origens ao século XX*. Lisboa: Dom Quixote, 1987, pp. 241-243.

<sup>38</sup>Helena Buescu, *Dicionário do Romantismo literário português*. Lisboa: Caminho, 1997, p. 375.

<sup>39</sup>Nelson Werneck Sodré, *Op. cit.* p. 127.

<sup>40</sup>Ceila Maria Ferreira Batista Rodrigues, *Entre as luzes e as sombras do Iluminismo: uma edição crítica de Aventuras de Diófanés ou máximas de virtude e formosura de Teresa Margarida da Silva e Orta*. Tese (Doutoramento). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002, pp. 12-13.

<sup>41</sup>Maria De Santa-Cruz, “Introdução”. In: Teresa Margarida da Silva e Orta, *Aventuras de Diófanés*. Lisboa: Caminho, 2002, p. 21.

comportamentos feminino e masculino. Sendo assim, os géneros literários se adaptam conforme a necessidade da mensagem a ser passada. É nessa perspectiva que a crítica literária afirmará que “é, sem dúvida, o primeiro romance, em língua portuguesa, assinado por uma mulher; o primeiro romance anti-absolutista e o único do século XVIII; o único romance doutrinário do Iluminismo”<sup>42</sup>.

Por fim, Moizeis de Sousa e Fábio da Silva vão além dessa discussão de estabelecer se é um romance ou não, e argumentam que contrariamente ao romance de Fénelon, que seria de formação, o de Teresa Margarida da Silva e Orta seria de provação, uma vez que focalizaria a manutenção da formosura e da virtude, já presentes na personalidade da personagem. Assim, a partir desses posicionamentos, o presente trabalho segue a classificação da obra da autora enquanto romance.

#### **1.4 As ideias políticas em *Aventuras de Diófanés ou Máximas da virtude e formosura***

Quando se observa as máximas contidas em *Aventuras de Diófanés ou máximas de virtude e formosura* e, portanto, das suas ideias políticas, chega-se à conclusão de que predomina a discussão em torno daquelas que se ocupam do comportamento feminino. A literatura crítica menciona muito o cunho político da obra, mas, no entanto, falta um trabalho sistemático de análise histórica das máximas e como se articulam com o pensamento iluminista português. Posto isso, é importante frisar que em nenhum momento as máximas morais e comportamentais são pensadas enquanto constituintes do projeto político de Teresa Margarida, muito provavelmente, pela relutância que alguma história política tem tido em romper com as velhas tradições

---

<sup>42</sup> Idem, *Ibidem*, p. 21.

metodológicas.<sup>43</sup> Ainda que isso seja um outro debate, ele aparecerá ao longo da presente dissertação.

Assim, o trabalho que tem como principal objetivo a análise das ideias políticas é o artigo de Isabel Drumond Braga intitulado “*As Máximas de Virtude e Formosura de Teresa Margarida da Silva e Orta (1752) ou a influência de Fénelon em Portugal*”.<sup>44</sup> Nesse artigo, a autora procura, de forma muito contundente, traçar um paralelo entre as ideias da autora e o governo de D. João V, assim como, tece uma breve reflexão sobre a própria cultura do livro em Portugal. Consequentemente, apesar de não constituir um texto original, para a historiadora, deve-se reconhecer o seu valor histórico por encontrar conceitos-chave da história e da ciência política nas palavras de Teresa Margarida da Silva e Orta.

Com um foco um pouco diferente, Lúcia Maria Cabrita em sua dissertação de mestrado intitulada *Representação da mulher no pensamento iluminista português*, não só eleva Teresa Margarida da Silva e Orta ao posto de filósofa, como também tece uma breve reflexão sobre o significado e a repercussão da obra.<sup>45</sup> Apesar de não tratar das ideias políticas no seu sentido ortodoxo, analisa as ideias referentes à educação e aos comportamentos femininos exaltados, criticados e recomendados por meio das máximas proferidas pelas personagens femininas.

A partir desses dois trabalhos, portanto, estabelecem-se as bases dessa dissertação no sentido em que ela busca analisar o texto de Teresa Margarida da Silva e Orta sob a ótica da história. Transpassando as fronteiras dos estudos literários, busca-se compreender o pensamento iluminista português no que tange ao debate político e às discussões nele inseridas. Para isso, é importante que se desenhe os limites entre autora e obra para que, a vida da primeira não seja utilizada excessivamente enquanto parâmetro comparativo ao texto por ela escrito, ou seja, para que esse possa ser devidamente analisado à luz de seu tempo. Este trabalho, portanto, vem

---

<sup>43</sup> Ver: Jean-Frédéric-Schaub, “Une histoire culturelle comme histoire politique”. *Annales*, nº 4-5. Paris: 2001, pp. 981-997.

<sup>44</sup> Isabel Maria Ribeiro Mendes, *Op. Cit.*, pp. 295-305.

<sup>45</sup> Lúcia Maria Sánchez Coelho Da Silva Cabrita, *A representação da mulher no pensamento dos filósofos iluministas portugueses*. Dissertação (Mestrado). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2010.

acrescentar à bibliografia que se refere ao reinado de Dom João V, a partir das críticas e das utopias escritas pela autora.

## **PARTE I**

## 1. Palavra de Mulher

A história da escrita está intimamente atrelada à história dos grupos dirigentes, assim, ela se constitui enquanto uma ferramenta ao serviço de interesses particulares e específicos. Se a escrita se constitui, em sua primeira fase, em um aparato à construção do Estado de justiça e de finanças calcado na burocracia, nos arquivos e na comunicação diplomática e administrativa, logo ela começa a romper com esses limites, espalhando-se para outros setores da sociedade como o religioso e o cultural<sup>46</sup>. Isso, no entanto, não significa que a história da escrita tenha sido sempre livre de qualquer regulação ou normatização. O mesmo grupo que a monopolizava era responsável por censurá-la e enquadrá-la dentro de seus próprios ideais, movimento que toma cada vez mais corpo ao longo da Idade Média europeia culminando na criação de listagens de livros proibidos e nas instituições de censura, sejam elas religiosas ou laicas. Falar sobre a escrita, portanto, é tratar, também, de seus silêncios, mas acima de tudo, é a compreensão a partir da sua materialidade, ou seja, de todos os suportes dos quais dependia para ser veiculada.

É importante fazer a distinção entre leitura e escrita, as quais, por influência da atual realidade, induz a aproximação das duas. Ler e escrever, portanto, ao contrário do que acontece hoje, eram atividades que não estavam necessariamente relacionadas. Sem pretender fazer uma pequena história da escrita e da leitura, propõe-se a retomada de dois aspectos, os quais são fundamentais para a compreensão desse sistema no qual Teresa Margarida da Silva e Orta se insere. A primeira delas refere-se, exatamente, à separação entre essas duas. É sabido que a escrita surge enquanto ferramenta administrativa, portanto, ela se restringia ao mundo da necessidade. Por se tratar de uma técnica a qual deve ser dominada em todos os seus aspectos formais e simbólicos, esteve vinculada a trabalhos específicos os quais dependiam dela para desenvolver as suas funções. Assim, o número de pessoas que tem acesso à escrita até ao século XVIII, ainda que ao longo da história da Europa tenha aumentado, revela-se ínfimo. Mesmo assim, é possível propor uma

---

<sup>46</sup> Roger Chartier, “Escutar os mortos com os olhos” *Estudos Avançados*, vol. 24, n.º 69. São Paulo: 2010, p. 15.

arqueologia da escrita como diversos historiadores e a própria disciplina da linguística têm feito ao longo dos anos, principalmente, pelos seus resquícios materiais. A dificuldade, consequentemente, reside em traçar a história da leitura a qual, muitas vezes, tem as suas raízes fincadas na oralidade, dificultando o acesso à sua prática. Se ao longo da Idade Média as práticas da escrita estavam praticamente limitadas aos muros dos mosteiros com os seus monges copistas - os quais poderiam copiar manuscritos sem, necessariamente, compreenderem o seu conteúdo -, foi a partir do “século XVI que os homens tomaram posse da Palavra. Durante o século XVII, começaram a decodificar o ‘livro da natureza’. E no século XVIII, aprenderam eles próprios a ler”<sup>47</sup>. Muito mais do que circunscrita a um determinado grupo sociológico, a escrita se configura enquanto uma técnica a qual pode ser apreendida a partir da sua utilidade. Essa distinção entre quem sabe ler e quem sabe escrever faz com que os estudos acerca do conceito da alfabetização na Europa pré-1789 sejam muito mais sensíveis e complexos do que se deseja<sup>48</sup>.

O segundo aspecto seria a respeito do que tange a questão de género. É senso comum que ao longo da história as mulheres sempre foram privadas de acesso à educação. Essa afirmação é feita a partir de duas premissas: a primeira levando em consideração uma pretensa exclusão da mulher ao espaço público e a segunda a ausência delas enquanto autoras de manuscritos. Não se pretende negar, no entanto, que a sociedade europeia se estruturou de maneira patriarcal e que as mulheres, de forma geral, tenham sofrido privações ao longo da história. O que se pretende é propor uma suspensão dessas assertivas políticas, a fim de se pensar relações de poder e de género as quais se manifestam de maneiras menos estáticas de acordo com os grupos sociais e as condições geográficas. Para isso, é importante ressaltar que quando se pretende uma categorização de mulheres neste trabalho, tem-se em mente que ela abarca somente mulheres livres e pertencentes à nobreza e aos grupos médios europeus, assim, a forma como as relações de poder se estabelecem ganha contornos distintos daqueles partilhados pelas mulheres das camadas populares, por exemplo. Para além disso, frisa-se a preocupação com a normatização da moral e do comportamento feminino presente ao longo dos textos deixados por homens e por mulheres ao longo da tradição cultural europeia. Partindo da máxima de que a escrita se coloca no limiar da

---

<sup>47</sup>Robert Darnton, “História da leitura”. In: Peter Burke (org.), *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 237.

<sup>48</sup>Idem, *Ibidem*, pp. 203-241.



realidade e da ficção, depreende-se, portanto, que o alto número de publicações de manuais de comportamento se justifica no entrelaçamento entre a sua vertente positiva e negativa, ou seja, entre o que se vislumbra e entre os hábitos sociais, respectivamente.

Pontuada a questão do conteúdo, cabe agora uma pequena reflexão sobre a produção feminina. O conceito de autoria tal como é assimilado hoje, tem a sua constituição ao longo do século XVIII. Para tal, tem-se como base a sedimentação da ideia de indivíduo ao longo da Idade Moderna, a qual substitui, paulatinamente, a concepção agostiniana de que o mundo e, assim os homens, comportar-se-iam à imagem e semelhança do mundo divino e de Deus. No que se aplica ao mundo dos ofícios da arte e da escrita, tem-se, progressivamente, a concentração da criação em torno de uma pessoa ao invés da divisão do trabalho. Assim, se uma escultura feita em um ateliê contava com inúmeros artesãos na sua confecção, a cópia de um documento e, até a criação de um, contava também com diferentes pessoas as quais se condensavam sob um único nome, quando as obras eram assinadas. Assim, a escrita era uma atividade técnica. É a partir do século XV, dentro dos setores alios da sociedade, que se observa a valorização do domínio dela e da leitura com o incentivo da educação das crianças nobres. A educação delas, ainda que privilegie o género masculino, não exclui nos primeiros anos a formação das meninas. De uma forma ou de outra, pode-se concluir que a linha divisora entre a alfabetização e o analfabetismo se estabelece de acordo com a sua posição na sociedade de uma maneira muito mais direta do que de acordo com o seu género.

### **1.1.1 Ser mulher e escrever em Portugal**

O século XVIII é marcado por um traço de desenvolvimento cultural e das letras que em maior ou menor grau pode ser observado em vários reinos europeus. Se a maior parte das historiografias nacionais já dedicaram uma extensa bibliografia a esse tema, no que tange a Portugal, ainda há muito a fazer, principalmente no que respeita aos estudos sobre a produção

literária e a sua recepção nas estratificações da sociedade<sup>49</sup>. Assim, ainda que num primeiro momento, coloca-se uma grande barreira à compreensão do ambiente no qual Teresa Margarida da Silva e Orta estava inserida, pela carência de estudos sistemáticos sobre a cultura letrada, por outro, é por meio desses mesmos trabalhos pontuais que se possibilita uma ideia do cenário intelectual português. Ainda que não se objetive a reconstrução da circulação de escritos, nem tampouco a análise das condições de produção, impressão e circulação dos papéis, fazem-se algumas observações sobre o assunto.

Ao tratar da alfabetização e do acesso ao livro no Portugal setecentista, deve-se levar em consideração aspectos como: níveis de letrados, estratificação social, género, região e círculos leigos e religiosos. Como já foi explanado anteriormente, é importante sempre ter em mente a distinção entre ler e escrever, assim como ter presente que a posse de livros não implica, necessariamente, em uma real leitura deles. Isso se deve ao fato de que, ainda que se observasse a presença de escritos entre determinados grupos sociais, a leitura ainda era uma atividade social, ou seja, ainda era feita em voz alta alcançando um número maior de pessoas do que se consegue mesurar<sup>50</sup>. No que tange à questão da estratificação social, é inegável que quanto mais alta a posição social do indivíduo, maiores eram as hipóteses de ter recebido algum nível de educação<sup>51</sup>. Em uma sociedade patriarcal como a portuguesa, não é de se estranhar a predileção e o cuidado com a educação masculina a colocando como um objetivo a ser cumprido, ainda que isso não implique a completa exclusão das mulheres<sup>52</sup>. Estar inserido em um círculo urbano, por sua vez, fazia com que as hipóteses de alfabetização também fossem superiores às daqueles indivíduos que residem no campo. E por último e, talvez, um dos fatores mais gritantes sobre a cultura letrada setecentista, seja a sua forte presença dentro da vida religiosa que quando comparada com a nobreza, por exemplo, revela-se enquanto “uma necessidade, pois desempenhava um papel

---

<sup>49</sup> Raquel Bello Vazquez, “Elite Female Authours in the Field of Power in Eighteenth Century Portugal: Epistolary Writing as Part of a Political Strategy”. *Journal of the Eighteenth Century Studies*, vol. 39, n.º 2. Marshall: jun 2015 p. 255.

<sup>50</sup> Robert Darnton, *Op. Cit.* p. 239.

<sup>51</sup> Ana Hatherly, “Tomar a palavra: aspectos de vida da mulher na sociedade barroca”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades*, n.º 9. Lisboa: 1996, p. 270.

<sup>52</sup> Martiene Sonnet, “Uma filha para educar”. In: George Duby, *História das mulheres no Ocidente*, vol. 3. Porto: Edições Afrontamento, 1992, pp. 140-179.

importante no ensino e na missionação, para os nobres a instrução não era tão premente necessária, e se entre os nobres houve muitos e ilustres letrados, também os houve fortemente iletrados”<sup>53</sup>.

Ao pensar na materialidade da palavra, até ao século XIX, Portugal contava com o predomínio de manuscritos em detrimento dos impressos<sup>54</sup>, o que implica uma dificuldade em rastreá-los. Somando a essa realidade, João Luís Lisboa argumenta que uma grande parcela dos papéis produzidos em setecentos escapavam dos instrumentos de censura e não constavam nos inventários dos letrados<sup>55</sup>. Essas, portanto, seriam algumas das dificuldades encontradas quando se objetiva fazer uma macro análise da cultura literária. Assim, a falta de uma sistematização do panorama geral faz com que estudos de caso, como este em relação a Teresa Margarida da Silva e Orta, ganhem um espaço maior quando se procura pensar sobre a cultura letrada portuguesa.

Se é comum a ideia de que não havia muitas mulheres nos espaços iluministas de Portugal, Raquel Vazquez afirma que isso é um reflexo das narrativas políticas adotadas ao longo do século XIX e que não condizem com a realidade da época<sup>56</sup>. Assim, sem negar a dificuldade formal do acesso à cultura por parte das mulheres e levando-se em consideração que a educação não ocupava uma centralidade entre a nobreza como um todo; pode-se levantar a hipótese de que não somente as diferenças de alfabetização não eram tão grandes entre os géneros, como também, que as mulheres estavam muito mais inseridas nesses círculos do que se tem ciência. Infelizmente, ainda faltam dados suficientes para que seja comprovada ou refutada a hipótese, posto que, grande parte da documentação não foi preservada para análise.

Ao analisar os escritos produzidos por mulheres, portanto, é comum encontrá-los em espaços como recolhimentos e conventos. Levando em consideração que ao longo dos séculos XVII e XVIII, o número de integrantes da nobreza portuguesa enclausurada era alto<sup>57</sup>, não é de se estranhar que esses espaços mimetizavam a cultura nobiliárquica<sup>58</sup>. Eram nesses espaços,

---

<sup>53</sup> Ana Hatherly, *Op. Cit.* p. 15.

<sup>54</sup> Ana Isabel Buescu, *Memória e poder: ensaios de história da cultura (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, p. 39.

<sup>55</sup> João Luís Lisboa, “Papéis de larga circulação no século XVIII. *Revista de História*, vol. 20. Coimbra: 1999, p. 133.

<sup>56</sup> Raquel Bello Vazquez, ““Elite Female Authours ...”, p. 252.

<sup>57</sup> João Luís Lisboa, “Papéis de larga...”, p. 135.

<sup>58</sup> Leila Mazan Algranti, *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Editora HUCITEC/FAPESP, 2004, p. 45.

consequentemente, que se difundiam as letras e a troca de ideias. Os motivos que levavam ao enclausuramento das mulheres eram os mais diversos: desde a moral religiosa da castidade e da pureza até questões de ordens práticas como a proteção de mulheres pobres as quais não possuíam nem bens nem figuras masculinas a fim de garantirem a sua integridade. Estes, por sua vez, eram os ambientes nos quais haveria a possibilidade de educação a despeito de esforços familiares individuais. É importante ressaltar, no entanto, que

nem todas eram capazes de ler, mas às religiosas ou recolhidas do coro era exigida essa habilidade. As demais poderiam ser dispensadas do Ofício Divino e da leitura sem a perda de status. O mesmo acontecia com a escrita, pois, entre as que sabiam ler, nem todas desenvolviam a capacidade de escrever<sup>59</sup>.

Segundo Leila Algranti, a literatura produzida nos claustros podia ser classificada em três tipos. O primeiro de ordem doméstica ou intelectual cujo escopo é a administração da casa, ou seja, os livros de contas, registros de entradas, óbitos e profissões. O segundo do foro íntimo ou privado que englobada as correspondências particulares e os escritos de consciências aos confessores. E o terceiro envolve biografias ou autobiografias com o intuito de servirem como modelo de ética e conduta<sup>60</sup>. A esses gêneros literários, soma-se a poesia laudatória e de circunstância cujo elevado índice de produção é reflexo da autoridade que lhes era atribuída devido ao seu *status* social sagrado. Lígia Bellini ainda relembra que a literatura conventual era utilizada como mecanismo de negociação entre o mosteiro e corte adquirindo prestígios e benesses tanto para as autoras quanto para o convento<sup>61</sup>. Assim, em 1770, quando Teresa Margarida da Silva e Orta é presa no Convento de Chelas, redige duas petições, a primeira endereçada a D. José I e a segunda a D. Maria I solicitando o perdão de sua pena.

Teresa Margarida da Silva e Orta nasce em 1711 ou 1712 na vila de Piratininga. Filha de um comerciante português e de Catarina d'Orta, pertencente à elite colonial brasileira, muda-se ainda criança para Lisboa onde é enclausurada no Convento das Trinas. Como era de praxe no seu grupo social, recebeu a instrução que competia ao seu gênero (costura, etiqueta, religião, primeiras

---

<sup>59</sup> Leila Mezan Algranti, *Op. Cit.* p. 51.

<sup>60</sup> Idem, *Ibidem*, p. 60.

<sup>61</sup> Lígia Bellini, "Cultura escrita, oralidade e gênero em conventos portugueses (séculos XVII e XVIII)". *Tempo*, n.º 29. Rio de Janeiro: 2009, p. 214.

letras e aritmética básica) para que se tornasse uma esposa exemplar. A educação feminina, muito mais do que um fim em si mesma, revelava a sua função de proporcionar aos seus maridos uma conversa mais agradável e aos seus filhos o acompanhamento de sua formação<sup>62</sup>, logo, não se objetivava a mesma erudição esperada dos homens. A racionalidade feminina, dessa forma, era exercitada em assuntos específicos tendo o seu auge na religiosidade<sup>63</sup>. Nesse mesmo sentido, Regine Pernoud argumenta que desde a Idade Média<sup>64</sup>, não só se aconselhava a educação de crianças de ambos os gêneros como também, a instrução da sociedade era feita por meio da tradição oral vinculada aos rituais cristãos<sup>65</sup>.

Esse tema da escrita feminina era muito comum em Portugal devido ao grande número de conventos e de uma cultura fortemente marcada pela devoção religiosa. Assim, uma mulher poderia ser reconhecida por sua escrita ao atingir um estado de graça o qual lhe permitiria entrar em contato com o divino<sup>66</sup>. A ela, não cabia a discussão dos assuntos seculares, dessa forma, as publicações que rompiam com essa tendência eram recebidas de uma maneira muito passional, suscitando defesas e ataques igualmente comprometidos por parte dos homens<sup>67</sup>. A voz de Teresa Margarida da Silva e Orta, nesse cenário, vem para somar-se a muitas mais vozes femininas, principalmente dos altos extratos sociais, que permearam toda cultura escrita portuguesa. Ainda que essas vozes se escondam, muitas vezes, atrás do senso comum difundido pelo grande número de viajantes estrangeiros que relatam de forma surpreendente a ausência de mulheres no espaço público<sup>68</sup>, essa exclusão da vida externa não implica no silenciamento delas. A literatura epistolar que, muitas vezes, perdeu-se devido ao pouco valor dado a um escrito de mulher, fez com que muitos documentos fossem sistematicamente destruídos. Vale lembrar que, esse pretense

---

<sup>62</sup> Martine Sonnet, “Uma filha para educar”. In: Georges Duby; Michelle Perrot (org.), *História das mulheres no Ocidente*, vol 3. Porto: Edições Afrontamento, 2002, p.140-179.

<sup>63</sup> Lígia Belini. Vida monástica e práticas da escrita entre mulheres em Portugal no Antigo Regime. *Campus Social*, n.º 3/4. Lisboa: 2006-2007, p. 211.

<sup>64</sup> Ainda que não se ignore a existência de outras realidades para fora da Europa no período analisado, o presente artigo não tem pretensão alguma de englobá-las. Além disso, os marcos temporais aqui tratados foram escolhidos de acordo com o impacto cultural, político e social causado na formação da sociedade europeia do século XVIII.

<sup>65</sup> Regine Pernoud. *A mulher no tempo das catedrais*. Lisboa: Gradiva, 1984, pp. 60-69.

<sup>66</sup> Durante o século XVII, podemos citar os trabalhos de Sórora Violante do Céu e Sórora Maria do Céu. Já para o século XVIII, tem-se Leonor de Almeida Lorena, mais conhecida como Marquesa de Alorna.

<sup>67</sup> Violeta Crespo de Figueiredo. “Papéis volantes do século XVIII”. *História*, n.º 5. Lisboa: março 1979, pp. 54-64.

<sup>68</sup> Ana Vicente, *As mulheres portuguesas vistas por viajantes estrangeiros (séculos XVIII, XIX e XX)*. Lisboa: Gótica, 2001.

silenciamento é fruto direto das políticas de memória, como discutido por Michelle Perrot<sup>69</sup>, e do forte peso da oralidade, uma vez que homens brancos e ricos exerciam o monopólio da tinta.

Paradoxalmente, é do enclausuramento dessas mesmas mulheres membros da elite que se possibilita a apreensão de uma extensa produção de manuscritos existentes, em decorrência da educação recebida nessas instituições. Se, para os homens, a escrita era um exercício da materialidade das suas ideias e da preservação da sua existência por meio da memória, para as mulheres era o espaço de liberdade, dificultando a delimitação entre esfera pública e esfera privada. Dessa forma, perpetuar ideias de que as mulheres são sempre vítimas e prisioneiras da sua condição biológica, tem-se revelado uma afirmação infundada e descabida, posto que, os exemplos das participações no espaço público revelam-se cada vez mais plurais. Embora haja poucos vestígios dessas mulheres, apenas um seria o suficiente para questionar esse suposto monopólio masculino da esfera pública, pensando em um predomínio da narrativa e, consecutivamente, da memória. Consequentemente, ao invés de pensá-las enquanto exceções à regra, ou seja, que apesar do seu gênero, elas foram capazes de feitos excepcionais tal como os homens de sua época, deve-se valorar as suas ações em si mesmas rompendo definitivamente, com o que Simone de Beauvoir nomeia de "eterno feminino"<sup>70</sup>.

Não se deve, portanto, pensar em uma literatura feminina ou em uma escrita feminina a partir da sua autoria, mas como essas obras se inserem dentro da tradição literária portuguesa. Assim, a tomada da palavra por mulheres portuguesas do século XVIII tem começado a ser estudada recentemente e tem possibilitado uma nova perspectiva sobre a cultura escrita e a circulação do conhecimento para além das instituições educativas. Se, a educação masculina se tornava cada vez mais leiga com o progressivo protagonismo das universidades, a feminina ecoava dentro dos muros dos conventos. Dessa forma, mesmo que Teresa Margarida da Silva e Orta não seja a única mulher de seu tempo a escrever críticas políticas e a pensar a própria condição do seu

---

<sup>69</sup> Michelle Perrot, "Práticas da memória feminina". *Revista brasileira de História*, vol. 9, n.º 18. São Paulo: ago/set 1989, pp. 09-18.

<sup>70</sup> O conceito desenvolvido pela filósofa tem como objetivo sustentar a tese de que a mulher definir-se-ia enquanto um ser sexual, ao contrário do homem que nunca o faz de tal maneira. Dessa forma, toda a sua agência estaria sempre vinculada a essa condição biológica a qual, ela mesma, faz questão de frisar que tanto em termos biológicos quanto em termos sociais, já não é mais sustentável. Ver: Simone De Beauvoir. *O segundo sexo*, vol. 1. Lisboa: Quetzal Editores, 2009.

gênero nesse período, os estudos sobre essas mulheres ainda é feito pontualmente, objetivando, por meio da biografia, a retomada da memória dessas autoras. Ainda que tal trabalho se revele da mais pura importância, posto que muitas ainda se encontram desconhecidas, uma análise sistemática desse corpo documental se faz mais urgente para que se possa compreender a história da escrita e das ideias políticas portuguesas como um todo.

No que tange, especificamente, às ideias portuguesas durante o Iluminismo, apesar da praxe não envolver personagens femininas no pensamento clássico, é inegável a sua presença no debate. Seja por tornarem-se objetos de estudo, seja por abrirem a porta de suas casas para tais debates ou ainda pela posição social ocupada a qual permitia o contato com as ideias estrangeiradas, essas mulheres estavam cientes das principais discussões da época. Dessa forma, a sua participação se revela de uma forma muito mais sensível, uma vez que, não se manifestam pelas formas oficiais da burocracia. Raquel Bello Vázquez, por exemplo, sugere que as damas do paço teriam uma função política muito mais ativa e importante do que se imagina, mas que ainda se carece de estudos aprofundados e sistemáticos sobre isso<sup>71</sup>.

Teresa Margarida da Silva e Orta, além de ser irmã de Matias Aires, autor de *Reflexões sobre a vaidade dos homens*, também se relacionava com intelectuais de sua época como Alexandre de Gusmão e o Marquês de Pombal fazendo com que as ideias deles também ecoassem em seus escritos. Essa rede de ideias, muitas vezes, é percebida pela troca de cartas entre eles. Infelizmente, ao que tange a Teresa Margarida, por não possuir um arquivo próprio, a sua presença é dada de forma pulverizada em outros arquivos, como relata Ernesto Ennes<sup>72</sup>. Outras pesquisadoras como Conceição Flores e Tânia Furquim procuraram encontrar a documentação referente à autora, mas não obtiveram resultados muito positivos. Assim, ainda falta um trabalho biográfico rigoroso a fim de reconstituir a vida de Teresa Margarida da Silva e Orta.

---

<sup>71</sup> Raquel Bello Vazquez, “Escrever, imprimir, publicar: conceitos a rever no Estudo da Ilustração”. In.: Paz Romero Portilla (org), *El libro en perspectiva una aproximacion interdisciplinaria: III Simposio de estudios humanísticos*. Corunha: Universidad da Coruña, 2008, p. 130.

<sup>72</sup> Ernesto Ennes, “Uma escritora brasileira do século XVIII”. In: Teresa Margarida da Silva e Orta, *Obra reunida*. São Paulo: Graphia, 1993, p. 55.

Em linhas gerais, Teresa Margarida da Silva e Orta se casa aos 16 anos com Pedro Jansen Moller, filho de um desembargador holandês. Ernesto Ennes, a despeito de seu discurso misógino, comprova por meio de cartas e brigas jurídicas que o casamento foi feito à revelia dos desejos da família. Assim, ela se vale de uma lei aprovada em 1616, na qual uma união poderia ser realizada sem a autorização familiar conquanto obtivesse a do rei, a da Mesa do Desembargo do Paço ou corregedores ou provedores de comarcas, de acordo com a posição social. O que se analisava para a permissão era o *status* social dos noivos, ou seja, caso pertencentes ao mesmo estrato social, dificilmente haveria uma oposição ao matrimônio<sup>73</sup>. A consequência disso foi a deserção por parte do pai que, apesar disso, continua pagando uma mesada para a filha além de suas dívidas, muitas delas contraídas pelo marido. Com a morte de José Ramos da Silva, o irmão, Matias Aires, procura revogar a quantia mensal paga à irmã, assim como o pagamento do dote prometido por seu pai antes de seu falecimento.

Em 1752, Teresa Margarida publica, por fim, a única obra impressa de título *Máximas da virtude e formosura com que Diofanes, Clyminea, e Hemirena Principes de Thebas venceraõ os mais apertados lances da desgraça* pela oficina tipográfica de Miguel Menescal da Costa, sob o pseudônimo de Doratéia Engrassásia Tavadra Dalmira. Apesar de ter suscitado algumas dúvidas em relação à sua autoria, os escritos do século XVIII tinham como principal público alvo o círculo social no qual eles estavam inseridos, fazendo com que manter o anonimato do livro fosse praticamente impossível<sup>74</sup>. Dessa forma, ainda que a autora tenha assinado sob um pseudônimo, o subterfúgio poderia se revelar pouco eficaz no que respeita à preservação de sua identidade. Ainda que se levantem dúvidas em relação à real autoria da obra, o censor frei José de São Gualter Lamatide afirma que “podem as mulheres competir com os maiores homens do mundo, porque com prudentes conselhos de mulheres se têm remediado desordens, que os homens mais sábios não descobriram remédio”<sup>75</sup>.

Pode-se perceber, então, a recepção positiva a *Aventuras de Diofanes ou máximas da virtude e formosura* tal como se observa uma pequena nota publicada em *A Gazeta de Lisboa*, em

---

<sup>73</sup>Tânia Magali Ferreira Furquim, *Aventuras instrutivas: Teresa Margarida da Silva e Orta e o romance setecentista*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, pp. 11-12

<sup>74</sup>Raquel Bello Vázquez, *Escrever, imprimir, publicar...*, pp. 137-138.

<sup>75</sup>Ceila Maria Fferreira Batista Rodrigues Martins, *Op Cit.* p 27



27 de agosto daquele mesmo ano, referindo-se ao livro como “uma obra discreta, erudita, política e moral”<sup>76</sup>, aconselhando também, a sua compra. Assim, não é de se estranhar a popularidade do livro que contou com pelo menos cinco edições no século XVIII (duas em 1752, mais duas em 1777, e outras em 1792 e 1790) e uma no século XIX (1818)<sup>77</sup>. Teresa Margarida da Silva e Orta falece em Lisboa no ano de 1793, após aproveitar de uma reclusa vida depois de sua libertação do cárcere em 1777.

## ***1.2. Aventuras de Diófanos ou Máximas de virtude e formosura: Aspectos Gerais***

### ***1.2.1 As edições***

O levantamento das edições de *Aventuras de Diófanos ou máximas da virtude e formosura* foi feito por Celia Maria Ferreira Martins. Segundo a autora, o ano de 1752 foi marcado por duas edições de *Máximas de virtude e formosura*, a primeira contava com ilustrações de Derby enquanto que a segunda apresentava uma errata sugerindo que a autora havia feito pequenas modificações em relação a primeira tiragem. A edição de 1777 e a sua subsequente tiragem foram publicadas pela Régia Oficina Tipográfica, no mesmo ano da libertação de Teresa Margarida da Silva e Orta do cárcere. Sendo assim, acredita-se que dificilmente teria feito alterações às edições, revendo-as ou manifestando a sua opinião acerca da mudança do título<sup>78</sup>. Sob o título de *Aventuras de Diófanos, imitando o sapientíssimo Fénelon na sua viagem de Telémaco*, a obra é impressa e divulgada. Essa transformação pode ser reflexo da crítica saída na *Gazeta de Lisboa* na qual traça um paralelo entre a obra de Orta e de Fénelon. De uma forma ou de outra, essa mudança do título

---

<sup>76</sup>Cf. Maria Arisnete Câmara De Moraes *et al*, “Tecendo a História das mulheres no século XVIII: Teresa Margarida da Silva e Orta”. In: *Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação: História e Memória da Educação Brasileira*. Natal: UFRN, 2002, p. 8.

<sup>77</sup>Idem, *Ibidem*, p. 28.

<sup>78</sup>Idem, pp. 23-25.

ocasionou uma série de debates póstumos, encabeçados pela crítica literária, na qual se questiona a originalidade da obra.

Teresa Margarida, no Prólogo, afirma a originalidade da sua obra ao escrever que se “achares cousa, que te contente, não entendas que são adoções, pois confesso que da pequena esfera deste entendimento só nasce o inútil, e quando mais, o indiferente”<sup>79</sup>, associar tal obra à de Fénelon era equiparar-lhe em grandeza, posto que, essa foi uma das obras de maior circulação e leitura do século XVIII. Moizeis de Sousa afirma que a obra se configuraria enquanto um romance de provação se opondo à de Fénelon que seria um romance de formação. Dessa forma, se *Telémaco* teria como principal objetivo a sua formação enquanto homem aprendendo as virtudes masculinas socialmente desejadas, Hemirena já possuiria as femininas tendo que conservá-las ao longo de sua viagem<sup>80</sup>. Sendo assim, ainda que seja inegável a influência de Fénelon, não poderia se afirmar que *Aventuras de Diófanos ou máximas da virtude e formosura* é um plágio de *Aventuras de Telémaco*. Outro aspecto relevante é o apagamento tanto de Hemirena quanto de Climinéia do título dando à obra um único protagonista e um caráter puramente masculino. Este caráter acaba, portanto, elevando a personagem de Diófanos ao centro da narrativa quando, na realidade, a sua relevância seria a mesma ou ainda inferior às das outras duas personagens centrais.

A terceira edição de 1790 é publicada sob o título de *Aventuras de Diófanos* e tem o nome de Dorotheia trocado pelo de Alexandre de Gusmão. Amigos íntimos, todas as fontes comprovam a relação entre os dois. Dessa forma, ainda que não se deva especular os motivos pelos quais Teresa Margarida da Silva e Orta teria permanecido em silêncio em relação à atribuição de sua obra ao amigo, pode-se compreender as implicações da mudança. Barthes em seu célebre artigo “A morte do autor” defende que as obras devam ser analisadas independente da pessoa que as publica<sup>81</sup>. Se por um lado ele faz uma ponderação importante a fim de evitar o entrelaçamento, muitas vezes, inexistentes entre autor e obra, por outro, é de suma importância conhecer e analisar os produtores de discurso para o processo histórico. Não porque esse se sustente apenas em cima das

---

<sup>79</sup>Teresa Margarida da Silva e Orta, *Aventuras de Diófanos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1945, p. 1.

<sup>80</sup>Moizéis Sobreira da Silva, “Problemáticas da autoria e da camuflagem feminina em ‘Aventuras de Diófanos’ de Teresa Margarida da Silva e Orta. *Cadernos Pagu*, n.º 49. Campinas: 2017, p.15.

<sup>81</sup>Roland Barthes, A morte do autor. In: Roland Barthes, *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, pp. 1-6.

personagens, mas pelo simples fato de que essas pessoas revelam as estruturas sociais e de poder de uma determinada época. Sendo assim, a atribuição da obra a um homem revela muito mais sobre o caráter da sociedade portuguesa em relação ao papel que uma mulher pode ocupar do que, simplesmente, uma troca sem importância. Implica, portanto, no maior valor de um escrito de homem.

Posto isso, esbarra-se, novamente na questão da autoria e da autoridade. Por se tratar de um escrito político que faz uso de uma narrativa, para publicitar as suas ideias moderadamente progressistas, questiona-se a capacidade de uma mulher de fazer tais observações. Teresa Margarida da Silva e Orta soluciona essa questão ao afirmar que “como sou estrangeira, tenho visto bastante para poder contemplar soberanas propriedades”<sup>82</sup>, ou seja, que a sua experiência lhe confere autoridade. Se esse prólogo comprovaria a autoria de Teresa Margarida da Silva e Orta, a edição de 1790, além do nome de Alexandre de Gusmão, vem acompanhada da seguinte frase “verdadeiro autor”<sup>83</sup>.

Tais palavras implicariam que as duas edições antecedentes conjuntamente com as suas impressões teriam sido publicadas sob a autoria errada. Submeter a um homem tal obra é reafirmar que uma mulher, ainda que circulasse nos mesmos meios intelectuais, seria incapaz de produzir um romance tal como *Aventuras de Diófanos* ou *Máximas da virtude e formosura*. É perdurar a ideia de que às mulheres caberiam determinados assuntos como os amorosos e de devoção religiosa e não os políticos. É o projeto educacional das luzes que embora defenda a educação das mulheres, deveria de ser feita de uma maneira comedida e limitada. Na percepção da sociedade setecentista pré-revolucionária, uma mulher circular pelo espaço público era, não somente, raridade, mas suspeito<sup>84</sup>, uma vez que, contrariaria o decoro e a discrição. Ressalta-se aqui, no entanto, que é durante o governo de D. João V que as regras de sociabilidade se transformam ao criar espaços de sociabilidade mistos, ou seja, espaços nos quais as mulheres teriam permissão para circular<sup>85</sup>. O trabalho de Ana Vicente revela, paradoxalmente, que aos olhos dos viajantes

---

<sup>82</sup>Teresa Margarida da Silva e Orta, *Op. Cit.* p. 1.

<sup>83</sup>Helaine Aparecida Hipólito, *Aventuras de Diófanos: as “aventuras” do romance português*. Tese (Mestrado). Assis: Universidade Estadual de São Paulo, 2004, p. 17.

<sup>84</sup>Michele Perrot, *Mulheres públicas*. São Paulo: Editora UNESP, 1988, pp. 7-11.

<sup>85</sup>Suely Creusa Cordeiro De Almeida, *O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império (XVI-XVIII)*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2005, pp. 71-72.

estrangeiros, ainda era raro encontrar mulheres nas ruas a não ser por idas à igreja ou festividades religiosas, assim, a mulher saía em três momentos: no batismo, no casamento e no seu enterro.<sup>86</sup> Independente de qual das duas visões seja a mais precisa sobre a realidade da mulher nobre portuguesa, é inegável que durante todo o século XVIII, o espaço de sociabilidade que elas dominavam eram os conventos e que apesar de todas as tentativas de moralização dos regentes, elas continuavam a gozar de certa liberdade<sup>87</sup>.

A única edição do século XIX, por sua vez, publicada em 1818 já aparece descaracterizada. Primeiramente, porque a autoria é dada a “uma dama portuguesa” e segundo porque, ela não é publicada na íntegra. As únicas edições do século XX são brasileiras. A de 1945 vem impressa pela primeira vez com o nome de Teresa Margarida da Silva e Orta e a de 1992 é um compêndio dos escritos conhecidos da autora. A edição mais recente portuguesa é datada de 2002 e foi prefaciada por Maria de Santa-Cruz.

### ***1.2.2 O enredo***

*Aventura de Diófanos ou máximas de virtude* é uma obra dividida em sete livros e acompanha a história da família real de Tebas, composta por cinco integrantes dos quais, quatro deles embarcam em uma viagem com destino a Delos, local no qual se realizará o casamento entre Hemirena e o príncipe Arnesto. Logo no início, eles são surpreendidos por uma tempestade a qual naufraga o navio matando o irmão de Hemirena. Foram aprisionados e escravizados quando encontrados e, a fim de manter a honra e a dignidade, Diógenes aconselha tanto a esposa quanto a filha a manterem as suas identidades em anonimato quando são separados. O primeiro destino que se acompanha é o de Hemirena que obedecendo à ordem de seu pai e rei não revela a sua

---

<sup>86</sup> Ana Vicente, *As mulheres portuguesas vistas por viajantes estrangeiros (séculos XVIII, XIX e XX)*. Lisboa: Gótica, 2001, p. 42.

<sup>87</sup> Maria Antónia Lopes, *Mulheres, espaços e sociabilidades: a transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

identidade. Assim, ela se acomoda nas terras de Hortélio onde é tratada injustamente por Anquísia, filha dele. Lá, desperta a paixão de um pastor de nome Túrnio o que agrava situação e faz com que Hortélio venda Hemirena para Artemisto. Este, por sua vez, oferece-a como presente à princesa ateniense Beraniza.

Ao contrário do que havia acontecido na sua primeira paragem, Hemirena é tratada muito bem pela princesa, uma vez que, essa reconhece a sua distinção. A relação entre as duas se estreita com o tempo construindo uma amizade que perdurará até a morte de Beraniza. É nesse período também que o príncipe Ibério revela o seu amor por ela despertando um interesse recíproco. Como Hemirena estava prometida a Arnesto e deve manter a sua palavra e honra salvaguardadas, planeja a sua fuga no meio da noite. Para tal, recorre ao travestimento passando a atender pelo nome de Belino, como estratégia de se manter em segurança. Após a sua fuga, Ibério abdica da linha sucessória do trono ateniense e enclausura-se no campo, levando uma vida desprovida de luxos.

Belino, então, ao longo de sua peregrinação, chega a Corinto e encontra-se com Diófanes, escondido sob o nome de Antinor, dentro de uma caverna. Inicia-se um diálogo entre os dois nos quais o segundo rememora como havia chegado até aquele lugar, revelando que era um pastor, mas que estava sempre a aconselhar as pessoas do povo a fim de as educar e de melhorar o comportamento delas. Aganimedes, rei de Corinto, ao ouvir falar desse sábio homem, intima-o à Corte a fim de escutar, também, os seus conselhos. Ainda que Antinor tenha protestado veementemente contra a sua ida, acaba por obedecer ao desejo do rei e por lá se instala. A partir de então, sucedem-se as primeiras máximas políticas contidas no livro e que dizem respeito, maioritariamente, ao mau comportamento vivido na Corte tal como suas más práticas. Com a morte do rei, sucede-lhe ao trono o filho Anifrau o qual mantém Antinor como um de seus conselheiros até que este contraia a lepra. Em decorrência da sua doença, é-lhe permitido a volta ao campo terminando assim a sua narrativa.

A terceira paragem de Belino é feita em Argos onde encontra com uma anciã de nome Delmeter - o disfarce adotado por Climinéia -, e os dois dirigem-se a Micenas onde são acolhidas por Leda, uma pastora. Nessas novas terras, Belino passa os seus dias como pastor de rebanhos enquanto Delmeter se ocupada da educação das crianças. O ápice desse núcleo é o casamento que

ocorrerá entre Learco e Olímpia. Na celebração, cada pessoa contribui com a sua melhor qualidade, Belino entoando belíssimas canções e Delmeter se disponibilizando a responder a dúvidas dos convidados sobre casamento, educação e comportamentos femininos e masculinos. Aqui, manifestam-se as ideias progressistas dos ilustrados ao propor a formação idealizada do povo. Ressalta-se, também, as ferrenhas críticas traçadas por Teresa Margarida da Silva e Orta em relação aos comportamentos masculinos dentro do casamento que perpassam desde a negligência económica até a violência doméstica. É em Micena, também, que Atilia se declara a Belino, concedendo-lhe a sua mão. Mais uma vez, a fim de manter a sua honra, Belino e Delmeter partem em direção a Esparta.

Chegando a Esparta, Belino entra em uma fonte pública a fim de aliviar-se do calor. Como tal prática era proibida e por ele desconhecida, foi preso fazendo com que se separasse de Delmeter. Belino é recrutado para o exército, uma vez que se encontra novamente na condição de escravo e Delmeter inicia uma jornada à procura dele. Desembarcando em Corinto, encontra-se com Antinor contando a sua história recente e ouvindo a dele. Apesar de ele contar basicamente a mesma história que contou a Belino quando se encontraram, apresentam-se alguns detalhes que antes foram omitidos, além de uma reflexão sobre o poder, o sistema político e a justiça. Posteriormente, tanto Delmeter quanto Antinor são presos. De dentro do cárcere, Delmeter e Belino reencontram-se e este procura um meio de libertar a mãe a quem, vendo o sofrimento em que se encontrava pela prisão de Antinor, revela-se. Climinéia, então, narra o que se passou com ela desde o dia do naufrágio.

Antinor com o intuito de escapar de sua condenação, acaba por revelar-se enquanto rei de Tebas e assim é solto, reencontrando Climinéia e Hemirena. Ainda em Corinto, encontram-se com Arnesto cujo que esteve à procura da família tebana desde então. Após narrar os seus percalços e descrever como ajudou a fundar um reino justo em Argos, retornam a Tebas para a restituição do trono à família real. Por fim, Hemirena e Arnesto podem recolher o prémio que lhes era destinado após tantos anos: o casamento. Já casados, embarcam para Delfos onde reinam a partir de todas as máximas apresentadas ao longo do livro, baseando-se, acima de tudo, na justiça. Delfos, então, estabelecer-se-ia enquanto o modelo ideal de reinado com a ressalva de que é preciso sempre pensar sobre o bem comum e a felicidade do reino.

## **PARTE II**

## 2.1 Feminino/Masculino

A obra *Aventuras de Diófanés ou máximas da virtude e formosura* foi publicada, primeiramente sob o título de *Máximas da virtude e formosura com que Diófanés, Climinéia e Hemirena, Príncipes de Tebas, venceram os mais apertados lances da Desgraça*, possibilita, a partir da análise da construção das personagens, a percepção de homens e mulheres. Quando comparados entre si, Diófanés é o que se apresenta de forma mais rasa e mais constante, apresentando poucas transformações ao longo das aventuras. Assim, depreende-se que nesta obra, tem-se uma discussão de possibilidades de feminilidades que, até então, encontrava-se muito raramente e pouco desenvolvida na literatura portuguesa. No que diz respeito às masculinidades, os principais representantes são Diófanés, como apontado anteriormente, e Arnesto, o pretendente de Hemirena. Belino, por sua vez, será analisado à parte enquanto uma terceira possibilidade ao binarismo de género. O que cabe perguntar, a partir de todas essas personagens e das máximas moralizantes e educacionais acerca do comportamento social, é como feminino e masculino se constroem enquanto espaços públicos, ou seja, enquanto locais fixos repletos de significados e expectativas nos quais as personagens se inserem adquirindo aquelas determinadas características.

Simone de Beauvoir ao argumentar que ter um útero não é sinónimo de ser mulher, mas que é preciso emular todas as atribuições e funções que lhe são empregadas<sup>88</sup>, teoriza a sensível diferença entre sexo e género. Sendo o primeiro uma característica biológica e o segundo uma construção social, a filósofa propõe uma reinterpretação e uma nova leitura no que diz respeito à natureza humana. Se esta é uma das principais questões filosóficas, as mulheres se constituíram enquanto a pedra de toque no que respeita à unidade da raça humana. Isso porque, se por um lado, a natureza se baseia em algo comum partilhado por todos, as mulheres, por outro, constituem-se enquanto parte dissonante dentro do conjunto, uma vez que suas diferenças fenotípicas as colocam em oposição ao homem. Assim, este é sempre tomado enquanto a norma e, consequentemente, o

---

<sup>88</sup> Simone De Beauvoir, *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Europeia de Livros, 1980, p. 7.



conhecido, enquanto a mulher é relegada para o lugar do desconhecido. Desse não-lugar ocupado pelas mulheres - enquanto coletividade - que se manifesta como uma questão metafísica, na verdade, revela-se, também uma questão política. Compreender, portanto, quais são esses papéis femininos e masculinos, em última instância, é compreender quem é reconhecido ou não enquanto agente político. E é por meio das construções, reproduções e propagações de estereótipos e imaginários que se consegue apreender as especificidades históricas de uma determinada sociedade.

Seguindo ainda a tradição filosófica, tem-se que toda a constituição e desenvolvimento do conceito de sexo está intimamente ligada às tradições platônicas e aristotélicas. Ainda que muitos pesquisadores se dividam entre reclamar traços do pensamento feminista ou a inexistência dele, o que se entende é que essa discussão tem como principal característica o paradoxo. Esse, consequentemente, faz com que leituras enviesadas sejam sempre possíveis desviando as discussões daquilo que deve ser, de fato, discutido. Enquanto se dedica um tempo considerável a eleger aqueles autores que são mais ou menos favoráveis às questões sociais, acaba-se por descontextualizar as ideias de sua sociedade produtora e reprodutora fazendo com que, muitas dessas leituras, tornem-se anacrônicas ao dotar as ideias de uma autonomia que não possuem. O caráter paradoxal, portanto, é fruto desse embate entre o sexo e o gênero, entre o universal e o particular, e entre todas as outras inúmeras dicotomias sobre as quais o imaginário social se construiu. As disputas que se seguem entre homens e mulheres, se essas seriam iguais aos homens ou se realmente configurariam um outro, impacta diretamente no acesso que elas teriam à esfera política. Em outras palavras, reconhecê-las enquanto semelhantes aos homens é reconhecer que elas possuem os mesmos direitos e privilégios do que eles, e, assim, sendo preciso considerar a função exercida dentro do aparato político. Ainda que em nenhum momento se tenha negado a existência real das mulheres, equipará-las aos homens é libertá-las de suas funções biológico-reprodutivas rompendo com o que Beauvoir nomeia de eterno feminino<sup>89</sup>, ou seja, a eterna redução da sua existência ao seu aparelho reprodutor. Ao fazer essa cisão, a questão da sua função social se coloca como gritante uma vez que se insere no jogo político um novo agente.

---

<sup>89</sup> Simone De Beauvoir, *Op. Cit.*, pp. 7-17.

Platão ao propor a discussão em seu livro V de *A República* costura metafísica e política ao questionar não somente a natureza da mulher como também a sua função dentro de sua utopia. Ao desafiar os seus opositores que “ensine qual é a atividade, relativamente ao serviço da cidade, para cujo exercício a natureza da mulher difere da do homem”<sup>90</sup>, o filósofo assume como cruzada a defesa da unidade da raça humana. Se, ainda segundo o autor, “as aptidões naturais estão igualmente distribuídas pelos dois sexos e é próprio da natureza que a mulher, assim como o homem, participe em todas as atividades, ainda que em todas seja mais fraca do que o homem”<sup>91</sup>.

Torna-se, assim, ilógico afirmar que funções iguais seriam provenientes de naturezas distintas, uma vez que, ao concluir que as mulheres possuem a mesma função dos homens na comunidade, ou seja, de preservá-la e conservá-la, elas compartilham da mesma natureza de que os homens, uma vez que naturezas iguais possuem funções iguais.

O paradoxo presente na teoria platônica reside no posicionamento acerca do limite dessa equiparação. Ao valorar o corpo feminino em relação ao corpo masculino, ele não destitui as mulheres de força, mas as inferioriza quando comparadas aos homens. Assim, a partir desse ponto de vista, tem-se a construção de duas possibilidades de mulher, uma a partir do seu caráter teórico-universal e outra partindo de seu aspecto material-individual. O que está expresso nessa passagem e que se revela enquanto traço comum aos pensadores que antecedem a teoria feminista, é uma questão ontológica a qual contrapõe diferença e igualdade, cujo limite se manifesta a partir da diferença fenotípica, ou seja, do corpo. Dessa forma, obtém-se que se em tese, a mulher e o homem em nada podem diferir no que concerne à potencialidade de suas faculdades, no que tange ao que é feito em ato, o corpo se coloca enquanto principal condição para a realização das atividades.

Essa percepção dos sexos só é possível pela própria diferenciação que Platão estabelece entre matéria e alma, na qual a primeira seria finita e a segunda eterna, reencarnando em outros corpos. Consequentemente, a alma não apresentaria distinção de sexo sendo essa uma característica de sua matéria, ou em outras palavras, a alma permaneceria sem gênero sendo

---

<sup>90</sup> Platão *A República*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997, p. 154.

<sup>91</sup> Idem, *Ibidem*, p. 157

encarnada em corpo sexuado. Para além dessa ideia, em *O Banquete*, o filósofo discorre que a humanidade seria composta por homens, mulheres e andróginos, sendo

cada indivíduo embrionariamente constituído de uma face dupla, de quatro braços e outras tantas pernas, e de dois troncos geminados. Fendidos ao meio, cada metade passou a tomar por rumo de vida a busca de sua correspondente, até os deuses se lembrarem de que, pelo acasalamento de duas metades diversas, se obteriam seres novos<sup>92</sup>.

Dessa forma, Platão se posiciona enquanto o filósofo da falta, uma vez que, esta seria responsável por fazer com que os seres humanos vivessem em uma eterna busca. A partir dela, configurar-se-ia a procura pela outra metade que havia sido separada durante a fase formativa. Ainda que Aristóteles apresente pontos de vista convergentes aos de Platão, o primeiro ao propor uma nova interpretação sobre o conceito de natureza faz com que a sua percepção acerca de homens e mulheres se desenvolva sobre diferentes bases.

Para o filósofo, segundo Nicholas D. Smith, os seres humanos são “a combination of soul and body. Both the souls and bodies of women differ in nature from those of men, the soul lacking sovereignty in its deliberative part, and the body having a different role in the activities and relationships in the household, such as reproduction and child-rearing”<sup>93</sup>. Dessa forma, ao considerar que corpo e alma compunham o ser inteiro e que o corpo seria um reflexo das atribuições da alma, a existência de um feminino e um masculino implicaria na existência de almas igualmente sexuadas. Se a natureza dita a função da matéria e homens e mulheres têm naturezas distintas, logo, suas funções, também o seriam. Assim a divisão dos trabalhos na sociedade nada mais seria do que um reflexo das diferentes naturezas que se manifestam.

Essas duas ideias de forma mais ou menos trabalhadas pelos pensadores que os sucederam são a base dos argumentos e contra-argumentos encontrados nas construções de Teresa Margarida da Silva e Orta. Se por um lado se tem a crença convicta de que homens e mulheres têm funções biológicas distintas, por outro, é também possível encontrar argumentos que defendam a igualdade

---

<sup>92</sup>*Apud.* Maria De Fátima Silva, “A tradição grega em Simone de Beauvoir, *Le deuxième sexe*”. *Sapere Aude*, v. 2, n.º 3. Belo Horizonte: junho 2011, p. 10.

<sup>93</sup>Nicholas D. Smith, “Plato and Aristotle on the Nature of Women”. *Journal of the History of Philosophy*, vol. 21, n.º 4. Baltimore: outubro 1983, p. 477.

entre homens e mulheres. É a partir da análise desse paradoxo, ou melhor, dos limites da igualdade e da diferença entre homens e mulheres em *Aventuras de Diófanos ou Máximas da virtude e formosura* que se objetiva compreender quais seriam os estereótipos e os imaginários de masculinidades e feminilidades almejadas neste romance iluminista.

O conceito de estereótipo tem como premissa uma generalização e uma uniformidade dos comportamentos sociais os quais, muitas vezes, reforçam preconceitos presentes no imaginário coletivo. A relação entre estereótipo e imaginário pode ser apreendida dentro do par signo e significado, no qual, os sentidos e interpretações da realidade real e das aspirações coletivas se desenham. Dessa forma, o estereótipo se apresenta dentro de um espaço mais restrito, “uma vez que só é identificada por seu caráter de fixação de uma verdade que não seria provada ou que seria falsa”<sup>94</sup>. Em outros termos, ele se limitaria a reproduzir pré-conceitos que são incapazes de serem determinados enquanto verdadeiros ou falsos. O imaginário, por sua vez, não obedece a esse sistema verdadeiro-falso, mas sim, em “uma proposição de visão do mundo que se baseia nos saberes que constroem os sistemas de pensamento, os quais podem se excluir ou se sobrepor uns aos outros”<sup>95</sup>. O entrecruzamento, portanto, entre o estereótipo materializado nas construções das personagens e o imaginário, pelo discurso das máximas, aproxima-se e refuta-se igualmente ao longo da obra revelando algumas das contradições e das aspirações da elite intelectual ilustrada.

### 2.1.1 Feminilidades

Diogo Manuel Aires de Azevedo publicou em 1734 *Portugal ilustrado pelo sexo feminino* no qual por meio de três partes procurou compilar vidas ilustres de portuguesas cujos feitos deveriam ser utilizados como exemplos comportamentais. A primeira parte seria destinada a mulheres religiosas sendo o primeiro grupo representado por santas reconhecidas por Roma

---

<sup>94</sup>Patrick Charaudeau, “Os estereótipos muito bem. Os imaginários ainda melhor.” *Entrepalavras*, vol. 7. Fortaleza: jan/jun 2017, p. 587.

<sup>95</sup> Idem, *Ibidem*, p. 587.

enquanto o segundo por aquelas que deveriam ser santificadas por conta de seu comportamento. A segunda parte seria composta por mulheres que se destacam nas ciências e nas artes e a terceira por aquelas que têm nas armas a sua habilidade e reconhecimento. Todas essas mulheres, apesar de suas mais diversas trajetórias, apresentam vidas muito semelhantes: repletas de sacrifícios, de violências, de autoflagelos e, principalmente, de uma resignação e aceitação de seus destinos<sup>96</sup>. A mulher louvável, dessa forma, apresentava-se enquanto um estereótipo o qual deveria ser seguido dentro dos ideais de servidão e submissão, de um ser imperfeito e pecador o qual deveria sempre buscar a sua redenção.

Essa imagem da mulher pecadora e imperfeita é conhecida por ser um lugar-comum dentro do imaginário dos países tradicionalmente cristãos, apresentando pouquíssimas possibilidades que não fossem esta. É curioso notar que no caso português, ainda que se exaltassem mulheres que tivessem habilidades e conhecimentos e não somente por aquilo que tange a sua moralidade e a sua virtuosidade, elas ainda continuam sujeitas à lógica do martírio. Assim, as personagens apresentadas por Teresa Margarida da Silva e Orta possibilitam uma nova visão sobre o conjunto mulher, o qual não é, necessariamente, definido somente a partir da mitologia cristã.

Um dos traços mais interessantes da obra de Teresa Margarida da Silva e Orta diz respeito à multiplicidade de personagens femininas com características tão distintas entre si. Sejam elas pertencentes à nobreza urbana ou rural, ricas ou pobres, novas ou velhas, a autora consegue, em determinado nível, apresentar diferentes realidades com diferentes questões e redigir conselhos a serem adotados por todas elas, além de compor personagens com estereótipos de acordo com a sua posição social. A partir de todas essas diferenças postas, é importante reconhecer que para a autora não há dúvidas sobre o que é ser mulher, ou seja, estava dado pela condição biológica, continuando a tradição clássica apresentada.

---

<sup>96</sup> Carla Maria Pinto Avelino, *Portugal ilustrado pelo sexo feminino de Diogo Manuel Aires de Azevedo (Lisboa, 1734). Estudo preliminar, notas e estabelecimento de texto*. Dissertação (Mestrado). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.

Dentro do estrato social da nobreza, Hemirena<sup>97</sup>, Climineia e Beraniza, ainda que pertençam à primeira nobreza, possuem características que ora se manifestam da mesma forma, ora se manifestam de formas contrárias. Anquísia e Franésia, pertencentes aos setores médios da sociedade, por sua vez, se apresentam enquanto contraexemplos, ou seja, personagens cujos comportamentos e morais não devem ser emulados. Nas camadas baixas, tem-se Leda, Olímpia, Amartice, Pachina e Atilia sendo estas apresentadas de forma superficial. Apesar de todas as diferenças existentes entre elas, o que existiria em comum é que possuem a mesma natureza e, consequentemente, a mesma função social tal como Platão e Aristóteles arguem. No entanto, é por meio das máximas verbalizadas por Climinéia e a sua defesa apaixonada pela educação das mulheres e da sua equidade para com os homens que se apresenta o discurso mais consistente entre todas essas mulheres.

### **2.1.2 As Mulheres em *Aventuras de Diófanes ou Máximas da virtude e formosura***

De todas as personagens a que tem maior consciência de sua função é Climinéia-Delmeter que se apresenta, primeiramente, como a rainha de Tebas e depois como escrava e velha. É importante notar a transformação da personagem ao longo da obra e como a sua agência ganha espaço quando afastada do rei-marido Diófanes. Se por um lado essa observação pode parecer pueril, por outra, revela a importância da manutenção da ordem e da hierarquia, aspectos tão caros a Teresa Margarida da Silva e Orta. Dessa forma, analisar-se-á a personagem a partir de seu duo constituinte no qual Climinéia tal como os outros súditos devem se apresentar de maneira obediente ao seu rei - quando em público - enquanto Delmeter, não mais no *pathos* de rainha, apresenta uma maior liberdade para se expressar.

---

<sup>97</sup>A ela será dedicado um subcapítulo à parte por entender que Hemirena-Belino constituem uma opção que escapa ao binarismo apresentado nesse primeiro momento.

A primeira observação a ser feita é que tal personagem detém a maior parte das falas femininas da obra sendo aquela que, não apenas tem voz, mas a quem as pessoas param para ouvir. Dessa forma, a autoridade que lhe foi dada em nenhum momento foi questionada, tendo-a primeiramente por conta de seu título nobiliárquico e secundamente, por conta de seu conhecimento. Assim, apresenta-se um dos constantes paradoxos presentes ao longo da obra: o choque entre tradição e progresso sendo o primeiro mimetizado pela rigidez social e o segundo pelo avanço das ciências e pela ascensão intelectual. A segunda é que Delmeter teoriza o comportamento exercido por Climineia, assim, enquanto rainha de Tebas, cabe-lhe executar a sua função de mãe, já quando disfarçada e liberta de tais obrigações, estende estas atribuições para aqueles que estejam dispostos a emular essa relação como é o caso de Belino ou ainda quando permanece na casa de Almerina educando seus filhos. Essa relação entre esses dois polos pode ser compreendida na própria escolha do nome Delmeter, que segundo Nelly Coelho, é uma referência direta a deusa Demeter, arquétipo da deusa-mãe e deusa-terra<sup>98</sup>. Sendo assim, tal como a homenageada, a rainha de Tebas tem como função a maternidade, a educação e, segundo Maria de Santa-Cruz, seria a personagem de maior relevância<sup>99</sup>.

Se Diófanes-Antionor constrói a sua narrativa de apresentação a partir de sua história e é pela sua própria memória que a sua autoridade se estabelece, no caso de Climineia-Delmeter a personagem precisa provar a sua própria autoridade pelo que ela é naquele momento e não pelo que fez até então. Mesmo que tal premissa não fosse um fato dado como no caso do primeiro, a reclamação dela é feita de maneira natural, ou seja, de forma que estivesse de acordo com a sua natureza e, principalmente, com a sua função de mãe-rainha. Esta é a primeira apresentação da personagem quando, após o naufrágio e frente à batalha, Climineia é descrita pelo narrador animando os soldados, cuidando dos feridos e lamentando a morte do filho. Ao descrevê-la “com igual valor”<sup>100</sup>, as suas funções são equiparadas às de Diófanes reconhecendo a importância do apoio e do cuidado.

É no Livro III de *Aventuras de Diófanes ou máximas de virtude e formosura* que Teresa Margarida da Silva e Orta lhe reserva o papel de protagonista. Nesse capítulo do reencontro entre

---

<sup>98</sup>Nelly Novaes Coelho, "A imagem da mulher do século XVIII: *Aventuras de Diófanes* de Teresa Margarida". *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, n.º 53. São Paulo: jan/dez, 1995, p. 30.

<sup>99</sup>Maria de Santa-Cruz, *Crítica e confluência em Aventuras de Diófanes (1752)*. Tese (Doutoramento). Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990, p. 420.

<sup>100</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Op. Cit.* p. 3

mãe e filha escondidas sob as máscaras de Delmeter e Belino e irreconhecíveis, ela discorre sobre a condição da mulher, revelando quase nada de sua trajetória até então. Assim, ao contrário do que se construiu nos livros anteriores, este é o primeiro em que se desenha de fato um espaço de ação na temporalidade em que a narrativa acontecia. Enquanto Climínea tem uma postura de subserviência, Diófanes, que detém a palavra nesse primeiro capítulo, ao se encobrir sob o nome de Delmeter e no seu encontro com Belino, transforma-se na personagem de autoridade.

No que diz respeito às suas ponderações, elas se restringem basicamente a aconselhar as mulheres a se comportarem da melhor maneira possível, ainda que possa ser vista como uma série de recomendações apenas ao comportamento feminino, o que se tem, na realidade, é um manual de conduta que oscila entre a subserviência e a liberdade da mulher.

Se, por um lado, Delmeter prega abertamente o decoro, a obediência e o zelo ao marido, suas ações são exatamente o oposto do seu discurso. As máximas aqui apresentadas no formato de diálogo no qual, os habitantes de Micena a interrogam sobre questões relativas ao amor, à amizade, aos defeitos das mulheres da corte, ao matrimônio e aos maiores defeitos femininos segundo os homens; apresentam-se enquanto as expectativas utópicas de comportamentos as quais devam ser seguidas. Assim, no que tange o seu caráter simbólico, para além da tradição da própria cerimônia em si, Teresa Margarida da Silva e Orta instrui o casal como deve se comportar e portar-se dentro dos princípios e das virtudes necessárias para resultar numa boa união. Impressionados com as respostas dadas por Delmeter, os maiores sábios da cidade, também a questionam e ouvem as suas considerações. O que se deve observar nesse capítulo é não somente a centralidade que a mulher ocupa, mas, também, o destaque da sua voz e das suas ideias. Se a norma garante ao homem a palavra e o conhecimento, como por vezes é afirmado na obra, além de exemplificado no capítulo anterior no encontro entre Belino e o filósofo Antionor, Delmeter coloca-se em praça pública e toma para si o lugar da autoridade invertendo, assim, a relação de poder entre mulher e homem.

Se ao filósofo cabe o conselho e orientação do governante, à mulher-filósofa a educação, uma vez que a autoridade do primeiro residia em “ter notícias melhores leis, e costumes das outras



nações”<sup>101</sup>, a da segunda é obtida após o seu discurso, ou nas palavras de Teresa Margarida da Silva e Orta,

reparavam aqueles domésticos, que as palavras de Delmeter eram brandas, e acertadas; e que suavemente chega a si os meninos, que a ouviam com gosto, e atenção. Assim se foi justificando tanto a sua capacidade, que Almerina lhe encarregou a educação de três filhos, que tinha<sup>102</sup>.

Disso, depreende-se que a autoridade de Antionor reside nele mesmo e a de Deméter na sua capacidade de articulação. A mulher, portanto, quando bem-educada deve garantir, também, a formação das crianças. Ainda que os sábios da cidade reconheçam a racionalidade de Delmeter, não lhe será concedido o título de filósofa, mas sim o de educadora, pois ao primeiro compete a orientação política e à segunda a educação do comportamento. E é nesse sentido que suas máximas são feitas.

A outra personagem que merece devida análise é a de Beraniza, princesa de Atenas. Ela é apresentada na obra enquanto contraponto a Anquísia, sintetizando as qualidades que uma mulher da corte deveria ter. A princesa, ao receber Hemirena na condição de escrava, logo a reconhece enquanto uma mulher educada e virtuosa e, portanto, coloca-a dentro do seu círculo cortesão. Isso faz com que Hemirena saia simbolicamente da relação mulher livre-escrava, posto que, ao exercer toda a sua benevolência, Beraniza coloca a princesa tebana diretamente sobre a sua proteção. São inegáveis o respeito e a admiração conquistados a partir do gosto pelas ciências e pelas belas letras. Anquísia aparece junto de palavras negativas como inveja, colérica, excesso de braveza, furiosa, loucura, grosseira, mal e vileza. Em contrapondo, Hemirena é apresentada como uma “beleza sem afetação, nem enfeites, aquela natural, e agradável modéstia, e aquela prudência discreta, em cada palavra das poucas, que diz, parece que dilata o seu império nos corações”<sup>103</sup>, e ainda amável e severa. Beraniza, por sua vez, “era sumamente agradável tinha excessiva graça, desgarre, e afabilidade para com as gentes, e tão sabiamente ligava a estas amáveis qualidades, o ânimo varonil”<sup>104</sup>. O uso de “ânimo varonil” indica que, em última instância, ainda que as mulheres

---

<sup>101</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 14.

<sup>102</sup> Idem, *Ibidem*, p. 27.

<sup>103</sup> Teresa Margarida Da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 4.

<sup>104</sup> Idem, *Ibidem*, p. 53.

excedessem nas suas diversas qualidades, a sua máxima qualidade era sempre adjetivada a partir de uma característica masculina, que em outras palavras, pode ser sintetizado pela razão. Assim, ela se opõe a um ânimo feminino, o qual estaria ligado às emoções e ao descontrole, características de Anquísia.

Já Hemirena e Beraniza, ainda que as duas fossem virtuosas, assim o eram por razões distintas. Se o que caracteriza a primeira eram os conselhos que Climinéia havia lhe dado antes de se separarem:

conserva sem desmaios as sólidas doutrinas da tua educação, o exercício das virtudes, e a lembrança da distinção, com que nasceste, para sempre serem nobres as tuas ações, teme os Deuses, ama constante o decoro, despreza o ócio, e serve o teu destino<sup>105</sup>,

Beraniza é marcada por se entregar “à dominante paixão dos estudos, que na gostosa conversação dos bons livros, e astronômicas observações passava insensivelmente, e muitas noites”<sup>106</sup>. Se a princesa tebana é mais inclinada à subserviência, a ateniense domina as artes e as ciências sendo a curiosidade a sua principal atividade.

Assim, dentro da nobreza, tem-se pelo menos, três estereótipos femininos. A primeira simboliza a loucura, a segunda a beleza e a terceira a razão. As duas últimas seriam exemplos a ser seguidos, enquanto a primeira a ser evitado, uma vez que, os vícios dos governantes eram percebidos por todo o reino. Ainda que Climinéia faça parte do mesmo estrato social, é a representação do arquétipo mulher-deusa e, portanto, foi analisada fora desse grupo. Ao apresentar, no entanto, essas multiplicidades de possibilidades do exercício da feminilidade, todas estas mulheres tinham uma mesma característica que as unia enquanto tal: a formosura.

### **2.1.3 Masculinidades**

---

<sup>105</sup> Idem, *Ibidem*, p. 3.

<sup>106</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 53-54.

Opondo-se à multiplicidade das feminilidades, os homens que são construídos e as máximas acerca de seu comportamento se revelam muito mais planos e menos intencionalmente trabalhados. Se sobre as mulheres é discutida as suas subjetividades, paixões e sentimentos, os homens são representados a partir de sua funcionalidade no espaço público sem haver espaço para a discussão de seus desejos. Assim, eles aparecem enquanto rei, filósofos, soldados, pastores, trabalhos que dependem exclusivamente de sua racionalidade e de suas experiências. Isso não quer dizer, no entanto, que os homens, de maneira geral, sejam apresentados enquanto seres perfeitos. As críticas que lhe foram feitas, em sua grande maioria, tangem as suas funções e apenas durante o discurso de Delmeter é que ela propõe uma reflexão sobre as relações entre homem e mulher, a partir de seus estados de marido e esposa, trazendo a discussão para o conceito de masculinidade.

A principal personagem masculina que é construída é Diófanes-Antionor o qual apresenta uma personalidade muito menos real do que as femininas, quando comparadas. Assim, ele é primeiramente apresentado enquanto o rei de Tebas e nessa função deve adotar características condizentes com a sua função. Vale ressaltar, no entanto, que a separação entre rei e pai é muito tênue, fazendo com que ele exerça uma paternalidade sobre seus súditos. Enquanto rei, cabe-lhe o reconhecimento das dificuldades e, principalmente, o controle da situação. Dessa forma, o seu discurso sempre vai de encontro a conselhos e recomendações. Quando escondido sob a identidade de Antionor, Diófanes assume o papel de filósofo como consequência de sua sabedoria e experiência. Ao contrário das personagens femininas, ele sempre se encontra exercendo algum papel social mesmo quando este se encontra com Delmeter, ele tende a permanecer no controle de suas emoções não deixando que elas sejam demonstradas. Diófanes, no limite, encarna o grau mais alto da hierarquia político-social devendo mostrar o controle e superioridade em relação a sua esposa, a sua rainha, aos seus filhos e aos seus súditos.

A outra personagem masculina de destaque nessa obra é Arnesto, príncipe de Delos e noivo de Hemirena. No Livro I, apenas é referido enquanto o futuro marido da princesa tebana e a partir do Livro V, aparece enquanto personagem ativa. Sintetiza o príncipe ilustrado, mais do que Diófanes, cujas ações vão sempre de encontro à sua função de futuro rei. É por meio do casamento com Hemirena que, no final da narrativa, Arnesto atinge o seu destino de um rei justo e responsável

pelos seus súditos. Consequentemente, as ações dentro do espaço público e no espaço privado são bem delimitadas pela divisão sexual do trabalho.

É importante ressaltar, no entanto, que embora haja a correlação direta entre rei e pai, essa só existe no que respeita à questão da autoridade, a qual a autora não questiona diretamente em nenhum momento. As críticas feitas ao homem no espaço doméstico sempre caminham para a tentativa de correção do comportamento e não uma crítica à estrutura marcada pelo gênero. Hemirena aparece por duas vezes como a desgraça para a vida de dois homens que se apaixonam por ela. O primeiro, um pastor de nome Túrnio, o qual cego pela sua paixão defende a amada das maldades de Anquísia, assim, ao interceder por Hemirena e ver o seu pedido de casamento negado pela primeira e a partida da segunda, comete suicídio. O segundo, príncipe de Atenas e irmão de Beraniza, Ibério se declara duas vezes sendo rejeitado duplamente. Hemirena argumenta que apesar de ser tratada enquanto uma mulher livre por Beraniza e pela nobreza ateniense, ainda era uma escrava e, portanto, o casamento e até os sentimentos entre um homem da nobreza e uma escrava seriam proibidos. Com o intuito de manter a sua pureza, após a morte da princesa ateniense e não mais podendo resistir às próprias paixões, Hemirena foge de Atenas para preservar todas as suas virtudes. Ibério decide se afastar da corte e renunciar ao trono para se dedicar a uma vida sem luxo e privilégios no campo, após seu pai e rei negar a autorização para o casamento e a procura pela princesa tebana.

Esses dois episódios revelam as implicações de uma paixão desmedida no espírito masculino. Sendo um tema que Teresa Margarida da Silva e Orta sempre apresenta de uma forma negativa, procura por diversas formas apresentar os malefícios que a paixão romântica pode acarretar no fim da vida do homem, seja de forma direta como foi o caso do pastor ou simbólica no caso do príncipe. Assim, faz-se necessário que homens e mulheres consigam controlar seus impulsos a fim de cumprirem com as suas obrigações sociais. Se o primeiro experiencia um fim trágico ao se ver privado de seu amor, o segundo com a sua reclusão, revela a sua incapacidade para se tornar o sucessor ao trono ateniense. Ainda cego pela sua paixão, inicia uma guerra contra o seu pai pelos domínios do reino na qual recebe a ajuda de Arnesto.

Apesar de *Aventuras de Diófanos ou Máximas da virtude e formosura* ser escrito de acordo com os moldes das grandes aventuras do século XVIII e tendo como inspiração as grandes epopeias gregas, as personagens masculinas aqui pouco reverberam os ideais heróicos de tradição clássica. O que se observa é exatamente esta transformação das expectativas heróicas masculinas que não buscam mais honra e virtude na guerra, mas sim na cultura cortesã. Assim, a guerra que, até então era um traço significativo da cultura masculina, nesta obra é posta de lado trazendo à discussão o papel do homem-marido e do homem-pai.

Delmeter, no seu discurso durante as festividades do casamento entre Olímpia e Learco, responde a questões sobre comportamentos masculinos e femininos, exemplifica essa transformação não apenas naquilo que se observa na sociedade, mas também, a partir do que se espera do comportamento desse novo homem. Antes de iniciar as ponderações acerca do discurso, devem-se fazer duas observações. A primeira é no que tange o mau comportamento feminino como marca de uma visão preconceituosa por parte dos homens e, a segunda, é no que diz respeito aos próprios vícios masculinos os quais muitas vezes são ignorados frente a uma ideal de perfeição masculina amplamente popularizada na sociedade. Assim, Delmeter apresenta desvios morais de maneira generalista enquanto os protagonistas de *Aventuras de Diófanos ou máximas de virtude e formosura* apresentam comportamentos exemplares e honrosos mesmo quando cometem algum erro. A honra e a nobreza dessas personagens não se manifestam somente pelas suas ações e ideias, mas também, no reconhecimento de seus defeitos e de seus vícios. Assim, Delmeter condena a traição, a violência doméstica, o não sustento da casa, os preconceitos em relação às mulheres e os vícios que comprometem uma boa organização da casa.

Quando perguntam a Delmeter quais são os defeitos que os homens mais odeiam nas mulheres, a resposta que apresenta é uma defesa das mulheres ao apontar que o juízo de valor masculino é pior do que o mau comportamento feminino. Assim, os três inimigos delas seriam: a ignorância, a maldade e a loucura. A primeira se limitaria aos falsos poetas e filósofos que se preocupam em difamar a natureza feminina sem terem argumentos concretos e reais. A segunda seria fruto dos erros cometidos pelos próprios vícios. E a terceira seria referente aos homens que decepcionados com uma mulher tomam-na enquanto norma difamando todo o grupo a partir de

um único indivíduo. Assim, retoma a discussão sobre sexo e gênero e a defesa pela igualdade ao afirmar que

Alguns há tão faltos de espírito, e capacidade, que se lhe tirassem um só grau, não lhes faltaria nada para brutas, assim como são inumeráveis as heroínas, que se têm visto inteligentes, que umas têm parecido milagre nas artes, e outras têm dado a entender que eles julgam ignorância, o que são efeitos da modéstia<sup>107</sup>.

Dessa forma, a principal diferença que existiria entre homens e mulheres seria a opinião negativa que determinados homens compartilham e que insistem em reproduzir diminuindo e questionando as qualidades femininas. Para Teresa Margarida da Silva e Orta, isso se apresenta enquanto uma falha na personalidade, posto que não haveria argumentos lógicos ou científicos que frisassem e comprovassem a diferença entre almas. Consequentemente, o que se observa é um desvio do entendimento masculino ocasionando pelo mau uso da razão. A maldade masculina também se manifestaria nas afirmações de que os vícios masculinos seriam uma consequência dos femininos, posto que as mulheres não sabem “entender, ajuizar, aprender, e queremos sempre pior”<sup>108</sup>, quando, na verdade, “há sempre neles mais que repreender, e nas mulheres muito que louvar”<sup>109</sup>.

Essas repreensões as quais Delmeter se refere no que tange ao casamento aparecem sempre como comportamentos masculinos que são normalizados tanto pela justiça quanto pela sociedade setecentista. Se por um lado, as mulheres eram consideradas como manipuladoras, por outro, pouco se falava sobre os abusos cometidos pelos homens e esses pouco são encontrados em processos judiciais<sup>110</sup>. Assim, Delmeter relata que “os maridos são tão arrebatados, que nem vizinhos podem sofrê-los, porque de coléricos passam a furiosos, que quando vêm para casa dão nos filhos, gritam com as mulheres descompondo-as de feias, e mal precedidas”<sup>111</sup>. Em casos mais

---

<sup>107</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 24.

<sup>108</sup> Idem, *Ibidem*, p. 24

<sup>109</sup> Idem, *Ibidem*, p. 24

<sup>110</sup> Isabel Maria Ribeiro Mendes Drumond Braga, “Violência no Feminino. Violência sobre o Feminino.” In.: *Vivências no feminino: poder, violência e marginalidade nos séculos XV a XIX*. Lisboa: Tribuna da História, 2007, p. 19.

<sup>111</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 24.

brandos, “vizinhas buscam alegres, servem cuidadosos, e festejam com gosto, e se aproveitam das mulheres próprias para lhes fazerem comer, criar filhos e guardar a casa”<sup>112</sup>.

Nesse capítulo do livro, Teresa Margarida da Silva e Orta coloca o homem na centralidade da responsabilidade do sucesso de um bom casamento. Ao fazer isso, propõe uma discussão e uma reflexão as quais eram comumente destinadas às mulheres cabendo-lhes o cerceamento de seus comportamentos e vontades. A autora ao destinar ao homem funções para além de ser o provedor, questiona a função do homem a partir da ordem dos afetos, opondo-se, por exemplo à *Carta de Guia aos Casados*, de D. Francisco Manuel de Melo, publicada em 1651, cujo conteúdo era destinado à administração da casa e do casamento<sup>113</sup>.

As possibilidades de masculinidades trabalhadas ao longo da obra se apresentam de forma objetiva: enquanto as personagens são sempre positivas seja pelas suas características ou pela responsabilidade que têm em relação aos seus vícios, a abstração homem é preenchida por uma visão negativa, principalmente quando construída a partir do discurso feminino. Dessa forma, observa-se uma preocupação maior com a centralidade da mulher e da feminilidade que se apresentam de formas mais plurais e densas. Mesmo assim, é importante ressaltar que a ideia de um homem ideal está presente ao longo de *Aventuras de Diófanes ou máximas da virtude e formosura* no sentido de que ele teria sempre uma série de virtudes as quais seriam intrínsecas ao indivíduo masculinizado. É aqui, também, que se observa uma cisão muito mais clara entre ideal e realidade, uma vez que, o discurso de Delmeter é marcado por comportamentos que, apesar de serem condenados por mulheres, em teoria, encontram respaldo na justiça e nas próprias relações de poder. Assim, essa masculinidade constrói um sistema patriarcal a qual elege os homens enquanto senhores da casa, mas cuja gerência é função das mulheres reafirmando a hierarquia entre os géneros na sociedade setecentista.

---

<sup>112</sup> Idem, *Ibidem*, p. 24.

<sup>113</sup> Isabel M. R. Mendes Drumond Braga; Maria Elsa Mourão, “Género e discurso proverbial no Portugal..”, p. 96.

## 2.2 Da Natureza e da Educação

A relação entre natureza e educação pode ser compreendida dentro da compreensão da igualdade entre homens e mulheres. Se a educação era uma possibilidade para aqueles que exerciam o entendimento, possibilitar um acesso real e institucional das mulheres significava, em última instância, o seu reconhecimento enquanto semelhantes aos homens. Ainda que, muitas vezes, a análise acerca das questões das mulheres se apresente dentro do campo identitário, elas se caracterizam enquanto um questionamento sobre a própria concepção de homem e, portanto, sobre igualdade. No século XVIII, a racionalidade manifesta na educação e na erudição do indivíduo reclamaram para si as polêmicas sobre a natureza da mulher. Se a civilidade caminha lentamente para o seu rompimento com uma visão biológica do mundo, as mulheres ainda continuam reféns de suas particularidades. Assim, o reconhecimento da razão, em última instância, está latente a uma transformação do papel social feminino.

A educação, ao longo de setecentos, transforma-se em uma das principais bandeiras dos pensadores iluministas, na construção de uma nova sociedade marcada pela civilidade e cidadania. Como reflexo disso, é possível observar a multiplicação de obras educativas, moralizantes e de manuais de comportamento que se popularizam ao longo desse período. Se por um lado se discutia como os homens livres deveriam ser educados, por outro, discutia-se se as mulheres deveriam ou não serem educadas. Opiniões apaixonadas foram dadas tanto na defesa quanto na refusa da educação feminina, por parte de homens e mulheres, de modo, que era comum encontrar um capítulo nos manuais e tratados de civilidade, ou ainda, obras específicas destinadas às mulheres. Ressalta-se que as opiniões favoráveis a essa luta se organizavam a partir do conceito de natureza platônica enquanto que os contrários se limitavam à reprodução de preconceitos e estereótipos exagerados. No século XV, em França, Christine de Pizan publica, em 1405, *A cidade das damas* e *O livro das três virtudes* com o objetivo de fazer uma defesa não só da racionalidade feminina, mas também, de reclamar para esse grupo uma excepcionalidade a qual se costumava encontrar em relatos masculinos.



Inspirada pela obra de Giovanni Boccaccio publicada em 1374, *De mulieribus claris* no qual procura exaltar a vida de mulheres míticas as quais devem ser rememoradas, o ponto dessa compilação é forjar uma memória específica que, até então, apresentava-se em menor número e dissipada em torno de hagiografias e textos apócrifos. Assim, ao juntar todas essas personagens que em algum nível permeavam o imaginário coletivo, tanto a obra de Boccaccio como a de Pizan possibilitam a criação de um *ethos* comportamental no qual as mulheres devem se inspirar. Assim, as mulheres excepcionais da autora se igualam ou excedem em racionalidade, coragem, prudência e honra aos homens. *O livro das três virtudes*, então, apresenta essa obrigação da educação moral, enquanto *A cidade das damas* propõe uma cidade dominada quase que exclusivamente por mulheres, uma vez que essas se equiparam aos homens. Razão, direiteza e justiça são as principais virtudes que devem acompanhar as mulheres ao longo da sua vida, “porque duram sem fim e som tesouro da alma que é perpétua. E as outras passam como fumo! E, tanto como espiroal gosto sente sua doçura, as deseja que outra cousa mundanal pode ser desejada”<sup>114</sup>.

Essa defesa pela igualdade feminina fez com que se gerasse um debate no espaço público em que homens e mulheres saíssem em defesa do género feminino. Conhecida como a *Querelle des femmes*, é possível encontrar a sua reverberação em diferentes países do território europeu tal como em diferentes momentos ao longo da época moderna como Aphra Behn nascida em 1640 e morta em 1689 na Alemanha e Mary Astell nascida em Inglaterra em 1666 e falecida em 1731<sup>115</sup>. O grande debate que se coloca é o papel da mulher no espaço público e qual deveria ser o comportamento adotado pelo género feminino. É indiscutível que este debate era posto tanto pela aristocracia quanto pelos círculos médios da sociedade, no sentido de criar um grupo civilizado. Para Joan Kelly, essa cultura civil que se inicia nesse período se revela muito mais cruel às mulheres, em geral, do que a cristã, uma vez que, a salvação - principal sustentáculo do Cristianismo - poderia ser atingido tanto por homens quanto por mulheres, enquanto na República a mulher era destituída de direitos políticos<sup>116</sup>. Assim, o reconhecimento público da racionalidade feminina era o seu reconhecimento político e, portanto, de igualdade para com os homens.

---

<sup>114</sup> Christine De Pizan, *O livro das três virtudes a Insinuação das Damas*. Lisboa: Editora Caminho, 2002, p. 80.

<sup>115</sup> Joan Kelly, “Theory and the ‘Querelle des Femmes’, 1400-1789”. *Signs*, vol. 8, n.º 1. Chicago: University of Chicago, outono 1982, p. 7.

<sup>116</sup> Idem, *Ibidem*, p. 8.

Vanda Anastácio argumenta que em Portugal esse debate se manifestou de uma forma distinta do que nas outras regiões já referidas. Segundo a autora, ele se manifesta principalmente no século XVIII por meio dos papéis volantes devido à sua grande circulação<sup>117</sup>. É em 1741 que Paula da Graça escreve *Bondade das mulheres vindicada, e malícia dos homens manifesta. Papel metrico, e apologetico, em que se defende a feminina innocencia contra outro em que injustamente se arguê a sua maldade, com o título de Malícia das Mulheres*. Nele, a autora faz uma crítica ao trabalho escrito em 1759 de Baltazar Dias intitulado *Malícia das mulheres* na qual ele critica as mulheres afirmando a inferioridade intelectual delas. Não é, no entanto, só na cultura popular que é posto esse debate. A questão sobre a educação das mulheres era encontrada em uma série de manuais de educação como o de Luís António Verney em *O verdadeiro método de estudar*, publicado em 1746. Essa discussão era prefaciada com a polémica sobre a natureza feminina, assim mais do que uma defesa educacional, tinha-se uma argumentação em torno do reconhecimento da mulher enquanto semelhante ao homem. O autor ao afirmar que “elas [as mulheres] não são de outra espécie no que toca a alma; e a diferença do sexo não tem parentesco com a diferença do entendimento”<sup>118</sup>, posiciona-se em sua defesa retomando a tese platónica. Corroborando essas defesas, Matias Aires, irmão de Teresa Margarida, defende que homens e mulheres seriam iguais, mas essas ainda seriam tratadas como animais ao serem enclausuradas devido a sua mansidão, o seu enternecimento, a sua agradabilidade, e pela sua capacidade de dar vida<sup>119</sup>. Matias Aires se apresenta, conseqüentemente, como um dos maiores defensores do fim da clausura compulsória das mulheres, uma vez que, ela representaria uma deturpação da fé cristã.

Na obra de Teresa Margarida da Silva e Orta transparece o seu platonismo ao afirmar que “não resplandece em todas a luz brilhante das ciências; porque eles ocupam as aulas, em que não teriam lugar, se elas a freqüentassem, pois temos igualdade de almas, e o mesmo direito aos conhecimentos necessários”<sup>120</sup>. Para a autora, portanto, homens e mulheres não diferem enquanto a natureza das almas, mas as suas diferenças são perceptíveis, apenas por não dividirem as mesmas possibilidades de educação, em outras palavras, enquanto a razão é um elemento da natureza e

---

<sup>117</sup>Vanda Anastácio, “Notes on the Querelle des Femmes in Eighteenth-Century Portugal”. *Portuguese Studies*, vol 31, n.º 1. Cambridge: 2015, p. 54.

<sup>118</sup> Luis António Verney. *O verdadeiro método de estudar*. Lisboa: Sá de Costa, 1952, p. 124.

<sup>119</sup> Matias Aires, *Reflexões sobre a vaidade dos homens*. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, 2007. p. 124.

<sup>120</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 23.

compartida pelos dois gêneros, o conhecimento é um direito, portanto, um fator externo às capacidades de um dos dois. Essa defesa pela igualdade entre os sexos, muitas vezes, aparece com um traço de humor, uma vez que, a obediência feminina era consequência de que “eles vieram primeiro ao Mundo, fizeram as leis, e tomaram para si as regalias, já que são mais velhos, não há mais remédios que fazer gala da sujeição, viver com eles, e ter paciência”<sup>121</sup>.

Se as mulheres não têm “a profissão das ciências nem obrigação de sermos sábias; mas também não fizemos voto de sermos ignorante”<sup>122</sup>, a diferença entre a razão nos homens e nas mulheres, residiria, nesse caso, na utilização. Enquanto os homens teriam por obrigação o exercício da sabedoria, as mulheres o seriam por possibilidade. Essa possibilidade seria consequência de que a razão deveria estar submetida às formosuras femininas, assim, nem a curiosidade nem o tempo dedicado às letras e à ciência deveriam se transformar no mote da vida dessas mulheres. O limite ao entendimento feminino era traço do despotismo esclarecido, uma vez que, entendia-se a mulher a partir de sua utilidade pública e não a partir de seu dever. A mãe, a esposa e a filha, nesse sentido, deveria preceder a mulher. A educação feminina, consequentemente, era defendida como uma forma de melhor formar as mulheres, posto que essas seriam as primeiras responsáveis pela criação dos homens. Um outro uso da educação delas era proporcionar um entretenimento aos seus maridos que, segundo ao senso comum setecentista, encontrar-se-iam enfadados pelos temas conversados por elas.

### 2.3 Da Formosura

A formosura se apresenta como a principal virtude que as mulheres devem possuir. Segundo Maria de los Ángeles Pérez Samper tanto a beleza quanto a formosura eram fundamentais

---

<sup>121</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Aventuras de...*, p. 26.

<sup>122</sup> Idem, *Ibidem*, p. 23

para o exercício do poder simbólico da rainha e a sustentação e perpetuação da monarquia<sup>123</sup>. Todas as qualidades lhe estariam condicionadas e, portanto, essa se constrói enquanto o principal limite para as ideias progressistas de Teresa Margarida da Silva e Orta. Essa restrição, consequentemente, demonstra o caráter reformista de sua obra e não revolucionário. Assim, se por um lado se objetivava um ideal de mulher que se assemelhasse o máximo possível com os homens, por outro era necessário reafirmar e subjugar todas essas características à formosura. É importante ressaltar que ela é valorada tanto de forma negativa quanto de forma positiva dependendo de seu significado. Posto isso, cabe compreender as diferentes implicações que formosura adquire ao longo do texto.

A formosura, muitas vezes, é associada diretamente à beleza feminina. Sendo um traço físico e não moral, é visto de forma negativa e um dos principais defeitos das mulheres, uma vez que, “não há desgraça de que um espelho as não console, nem tristeza de que se não esqueçam”<sup>124</sup>. Os exemplos da condenação à beleza física são múltiplos e extrapolam os limites aqui traçados pela obra encontrando respaldo nos provérbios populares da época os quais circulavam oralmente. “A mulher e a cereja, por seu mal se enfeita”; “Cabelos a cantar, não fazem um bom enxoval”; “Diz-lhe que é formosa e tornar se-ha doida”<sup>125</sup> poderiam ser máximas encontradas dentro de *Aventuras de Diófanos ou Máximas da viturde e formosura*, mas que, na verdade, são esses ditados que permeavam o imaginário cultural da época à revelia do grupo social.

Para Teresa Margarida da Silva e Orta, a beleza deve ser “sem afetação, nem enfeites, aquela natural, e agradável modéstia, e aquela prudência discreta, em cada palavra das poucas, que diz, parece que dilata o seu império nos corações”<sup>126</sup>. Consequentemente, condena aquelas mulheres que dedicam o seu tempo com “a eleição das cores, com que pintam a formosura, pois gastam a maior parte do dia em contínuas transformações, sem chegarem a conhecer que o natural lhes está melhor”<sup>127</sup>. Para a autora, portanto, o conceito de natural se revela como um dos traços principais da beleza feminina, sem que essa seja utilizada de modo a obter vantagens e benefícios

---

<sup>123</sup> Maria De Los Ángels Pérez Samper, “La figura de la reina en la monarquía española de la edad moderna: poder, simbolo y ceremonia. In: Maria Victoria Lopez-Cordón; Gloria Franco (coord.), *La reina Isabel y las reinas de España: realidad, modelos e imagen*. Madrid: Fundación Española de Historia Moderna, 2005, p. 296ss.

<sup>124</sup> Matias Aires, *Op. Cit.* p. 47.

<sup>125</sup> Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, Maria Elsa Mourão, “Género e discurso proverbial no Portugal moderno”. *Faces de Eva*, n.º 33. Lisboa: 2015, p. 94.

<sup>126</sup> Teresa Margarida Da Silva E Orta, *Op. Cit.*, p. 62.

<sup>127</sup> Idem, *Ibidem*, p. 22.

nas relações pessoais. A beleza é, maioritariamente, apresentada a partir de seu polo positivo, poucas vezes, Teresa Margarida da Silva e Orta disserta sobre a feiura, dizendo apenas que as feias devem se contentar em serem estimadas a partir de seu recato<sup>128</sup>. A beleza, portanto, só seria uma qualidade quando acompanhada de outras virtudes, ou nas palavras de Delmeter, “muitas ignoram que a formosura do rosto apenas nasce, tem mil contrários, que a arruinam, que só faz cara ao tempo, e aos trabalhos, a que consiste em um espírito aprazível, e modesto”<sup>129</sup>. A partir dessas duas falas de Delmeter é possível compreender o conceito de formosura o qual será utilizado ao longo do texto: a beleza deve ser natural e a formosura para ser completa deve ser exercida, também, pela alma na qualidade de virtudes.

Se a autora faz essa crítica às mulheres cuja única preocupação é a sua própria beleza, também critica a sociedade de corte a qual cria o ambiente para que “em oitenta anos, que viveram, nunca tiveram mais aplicação do que seus enfeites”<sup>130</sup>, sendo urgente a sua educação. Beraniza enquanto a personagem feminina que simboliza o exercício da razão, tem o seu gosto pela ciência e pelas letras restringido quando Ibério afirma que “o contínuo estudo, em que se emprega a vossa discreta curiosidade, tem degenerado em susto nosso”, porque desperdiçaria a formosura já que a “amável delicadeza, a que sempre é oposta a fadiga, e o desvelo, com que vos negais a todo o género de descanso”<sup>131</sup>. Assim, a moderação seria a principal aliada da razão feminina.

Esse posicionamento, no entanto, dialoga diretamente com as discussões que ocorriam em Portugal naquele momento sobre os limites da educação feminina. Se o senso comum se manifestava contrário a isso, como é possível ver nesse dito popular:

De mula que faz him!  
E de mulher que fala latim,  
Livra-te Deus e a mim<sup>132</sup>,

Havia uma preocupação para mudar essa percepção. O Cavaleiro de Oliveira, por exemplo, defende que “a sapiência na mulher deve ser como o sal nos temperos, nem muito, nem pouco,

---

<sup>128</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 62.

<sup>129</sup> Idem, *Ibidem*, p. 21.

<sup>130</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 21-22.

<sup>131</sup> Idem, *Ibidem*, p. 54.

<sup>132</sup> Francisco Xavier De Oliveira, “Recreação periódica”. In: Artur Portela, *Cavaleiro de Oliveira: aventuras do século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 140 (pp. 133-155).

regradinho”<sup>133</sup>. Verney, no entanto, apresenta uma opinião mais favorável sobre as mulheres acreditando em sua completa instrução e sugere que “se as mulheres se aplicassem aos estudos tantas, quanto os homens, então, veríamos quem reinava”<sup>134</sup>.

Teresa Margarida da Silva e Orta ainda sugere que as mulheres deveriam dominar a música, a poesia e uma parte da astronomia<sup>135</sup>, tal como a História sagrada e profana exemplificada por Delmeter e seus discursos comparativos, a leitura e a escrita, conversação, civilidade, recato e economia<sup>136</sup>. A economia, por sua vez, revela-se enquanto a principal função de uma mulher casada, assim, segundo Verney, “a providência as pôs neste mundo, para ajudarem os maridos, ou parentes, empregando-se nas coisas domésticas, no mesmo tempo em que eles [os homens] se aplicam, às de fora”<sup>137</sup>. Uma boa esposa deveria, conseqüentemente, combater o ócio, ser asseada, silenciosa, cozinhar, cuidar dos filhos e, principalmente, guardar a casa.

Assim, além de ser uma boa esposa, esperava-se que fosse uma boa mãe, para isso, além de garantir a segurança dos filhos, deveria educá-los nos primeiros anos de vida. A relação entre Climínea e Hemírena revela a crença em um instinto maternal o qual se revela mais fortemente ao longo da jornada das duas camufladas pelas identidades de Delmeter e Belino. Apesar da rainha tebana não reconhecer sua filha travestida de homem, ela toma Belino como se fosse seu próprio filho reforçando não só a função social da mulher enquanto mãe, mas também de uma ligação entre mãe e filho que se manifesta de forma independente e natural. No entanto, para Teresa Margarida da Silva e Orta, o respeito proveniente dessa relação seria advindo do medo e não do amor, devendo um filho não conhecer

os ternos sentimentos da mãe [...] e convém não brincar com eles desde muito pequeninos, porque desde então principia obrar o respeito. Bem sabeis que o vosso maior cuidado se deve aplicar em que tremam, sendo ameaçados convosco, e que uma vossa palavra, ou olhar severo, sintam com o maior castigo<sup>138</sup>.

---

<sup>133</sup> Idem, *Ibidem*, p. 140.

<sup>134</sup> Luís António Verney, *O verdadeiro método de estudar*. Tomo II. Valença [Nápoles], na oficina de Antonio Balle [Genaro e Vincenzo Muzio], 1746, p. 291.

<sup>135</sup> Idem, *Ibidem*, p. 8.

<sup>136</sup> Idem, *Ibidem*, p. 21.

<sup>137</sup> Luís António Verney, *O verdadeiro método...*, p. 295.

<sup>138</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Op. Cit.*, pp. 27-28.

Assim, o “melhor efeito faz do ânimo de um filho o severo olhar de seus pais”<sup>139</sup>. Já no que tange a educação dada pelas mães, é necessário que “ensinam a temer a ira dos Céus, a amar a honra, a verdade, a pobreza, as virtudes, e as letras”<sup>140</sup>. À mulher, portanto, cabia a apresentação da religião e das virtudes cristãs aos filhos, tal como o reconhecimento da importância das letras. Para isso, era indispensável que essas mulheres fossem bem-educadas e instruídas, já que “nos meninos, como cera branda, tudo se lhes imprime; e que se os maus costumes têm as raízes na educação, raríssima vez deixavam de ser os frutos monstruosos”<sup>141</sup>. O domínio das histórias profanas e sagradas, conseqüentemente, revelar-se-ia como a forma mais assertiva da constituição de um arsenal moral baseado nas aventuras e exemplos de homens e mulheres excepcionais.

Ainda que *Aventuras de Diófanos ou máximas da virtude e formosura* não se apresente enquanto um tratado propositivo com as recomendações detalhadas da educação de meninas e meninos como Verney o faz em seu *O verdadeiro método de estudar*, indiretamente apresenta as competências que julga serem fundamentais à uma boa instrução feminina e masculina. Contrapondo a certeza de que a educação é fundamental para os bons costumes, a educação tem seu limite ao que tange à natureza humana. Quando essa se apresenta pela má índole, a educação consegue moderar os ímpetos da alma assegurando o equilíbrio e o decoro<sup>142</sup>. Ela, portanto, constitui-se enquanto a base da civilidade ao proporcionar um convívio social dentro das normas e das expectativas comportamentais da época.

É importante ressaltar, no entanto, que apesar da ode feita às ciências e letras, “as serranas, que não podeis instruir as filhas nas ciências, basta que não as deixeis viver ociosas, pois é tão precioso o acostamá-las com o trabalho cotidiano, como ao lavrador o arado, e ao militar as armas”<sup>143</sup>. Se o conhecimento, muitas vezes não advém da instrução e dos livros, Teresa Margarida da Silva e Orta, não exclui aqueles provenientes da experiência e, portanto, “a ciência, que exercitam os serranos é a experiência; porque a experimental faz inteira demonstração de todas as

---

<sup>139</sup> Idem, *Ibidem*, p. 27.

<sup>140</sup> Idem, *Ibidem*, p. 28.

<sup>141</sup> Idem, *Ibidem*, p. 27.

<sup>142</sup> Idem, *Ibidem*, p. 27.

<sup>143</sup> Idem, *Ibidem*, p. 22.

cousas e desterra a ignorância, que impede os êxitos favoráveis, ensina a verdade, e acautela erros futuros, porque é mãe dos acertos”<sup>144</sup>.

Essa percepção em relação ao conceito de ciência assim, revela-se como um traço de toda a filosofia moderna na própria constituição do conceito de razão. A noção que se constrói aqui é a experiência enquanto um caminho a ser percorrido para atingir a razão, uma vez que, por meio desta poderia se apreender a verdade sensorial e impedir a repetição de alguns erros. Elevar a experiência a esse patamar é reconsiderar todas as premissas e todas as verdades irrefutáveis em relação ao mundo que, muitas vezes, apareciam sobre a roupagem do dogma. A experiência, portanto, poderia tanto construir uma nova explicação para fenômenos do mundo quanto refutar explicações e verdades utilizadas até então.

Se na nobreza o combate à ociosidade é feito pela leitura de livros, nas baixas camadas da sociedade é pelo trabalho. No que tange a esse tópico, Teresa Margarida da Silva e Orta apresenta duas realidades a de trabalhadoras do campo, livres, chamadas de pastoras e de escravas. Começando pela segunda, a autora constrói a partir da relação entre Anquísia e Herimena e posteriormente dessa com Bereniza o comportamento aceitável para a condição social. A primeira característica vista é referente à formosura da mulher, uma vez que, quando o era, essa era destinada aos trabalhos domésticos e não do campo. Assim, Hemirena, primeiramente, passa a servir Anquísia a qual irada pela servidão e complacência da primeira a manda para o campo enquanto castigo, a fim de que o trabalho pesado interferisse na beleza da princesa tebana. Esse episódio faz com que a personagem se apresente enquanto refém de sua formosura a qual só adquire um valor moral concreto devido às suas qualidades morais que são constantemente reforçadas ao longo da obra. A beleza de Hemirena revela-se enquanto a sua principal aliada na sobrevivência, mas também, enquanto o seu carrasco. Se por um lado, o despertar de paixões masculinas garantia a sua integridade e a sua vida, por outro, despertava a inveja e a ira de mulheres que em relações hierárquicas de poder, exerciam-no de forma injusta e leviana. Ao ser vendida a um comerciante, esse compra-a impressionado com a sua beleza e pronto a ofertá-la a Bereniza. Em Atenas, Hemerina serviria enquanto uma escrava doméstica da princesa ateniense, a qual ao

---

<sup>144</sup> Idem, *Ibidem*, p. 26.



perceber a erudição e educação da escrava, mantém-na cativa, mas em uma relação de respeito<sup>145</sup>. O discurso de Teresa Margarida da Silva e Orta reforça a necessidade da formação moral da mulher ainda que a sociedade a julgue pelos seus atributos físicos. Ao criticar o papel de mulher-ornamento, ela defende a agência feminina, fundamental ao funcionamento do corpo social.

No que tange às pastoras, essas exerciam trabalhos com direito a pequenas pausas. Leda, camponesa de Micena, é a responsável por sua casa e por uma terra as quais abrigam Belino e Delmeter, assim, cabe a ela a atribuição de tarefas aos forasteiros. A Belino, são atribuídos os rebanhos enquanto a Delmeter os cuidados de uma idosa. Além disso, também lhe é delegada a educação dos filhos de Almerina exemplificando mais duas possibilidades de trabalhos livres femininos. É importante pontuar, no entanto, que estes estão intimamente ligados com a concepção de natureza feminina, ou seja, os cuidados, a maternidade e a educação.

O trabalho enquanto antítese de trabalho, garantiria a soberania do entendimento, uma vez que, esse seria arruinado pelas paixões ardentes, frutos da ociosidade. Esta, em conformidade, seria o pior defeito feminino ao exercer tudo o que fosse inútil, ou seja, os adornos e a vaidade da beleza. Em contrapartida, as mulheres dever-se-iam adornar com “prudente moderação em todas as suas ações, e palavras”<sup>146</sup>.

A formosura, portanto, imprime-se, primeiramente, no corpo ao estabelecer quem é bela e quem não é o é na sociedade. Teresa Margarida da Silva e Orta não nega a importância da beleza física como forma de obter benefícios e facilidades ao longo da vida, mas defende sistematicamente que ela só pode ser exaltada se a mulher for virtuosa. Dessa forma, a relação entre virtude e formosura nas mulheres se apresenta de uma forma imbricada, na qual elas se encontram subjugadas entre si. Isso permite que a noção que a autora crie de formosura extrapole os limites do corpo e manifeste-se a partir de virtudes comportamentais femininas aprendidas por meio da educação. A formosura, então, para além da beleza pode ser compreendida a partir da modéstia, do decoro, da educação, da discrição, da comedida vivacidade, de uma aplicação moderada, do trabalho e do combate à ociosidade. Todas essas qualidades eram indispensáveis

---

<sup>145</sup> O tema da escravidão e suas relações de poder serão melhor trabalhadas na Parte III desta dissertação.

<sup>146</sup> Teresa Margarida Da Silva E Orta, *Op. Cit.*, p. 22.

para a função de esposa e mãe, sem fazer distinção social. A diferença entre a nobreza e os súditos estaria, portanto, no exercício da razão, no qual, ainda que esse o poderia ser feito pelas camponesas, não era apreciado da mesma forma que o era entre as nobres.

## 2.4 Das Relações Afetivas

As relações afetivas por praxe são relegadas para áreas de pesquisa como a psicologia e a sociologia a partir de uma ideia de subjetividade e do próprio paradigma construído ao longo do século XVIII da valorização da ciência em detrimento das emoções. Se no auge do positivismo, a racionalidade era vista como a maior qualidade de um indivíduo e sendo essa responsável pela cisão entre verdade e narrativa, o século XVIII ainda considerava o amor e a amizade como temas políticos e da esfera pública. Para além disso, é a partir das relações entre homens e mulheres e desses com seus pares que se compreende não somente o tecido social, mas a própria dinâmica de poder entre eles. Assim, Pedro Cardim destaca a centralidade dos afetos para a coesão social e política do setecentos português e europeu, uma vez que, eles seriam os elementos de construção, manutenção e legitimação de ligações sólidas e duradouras<sup>147</sup>.

Quando se pensa em relações afetivas, a família se apresenta como a primeira no imaginário coletivo. Esta, configurando-se enquanto um dos principais pilares sociais, é vista como o início e o fim do desenvolvimento individual, uma vez que inicialmente as pessoas se apresentam enquanto filhas e filhos, depois como esposas e maridos, construindo uma nova unidade familiar. A importância das relações afetivas tem um papel central na narrativa de Teresa Margarida da Silva e Orta, sendo o casamento o catalisador de toda a narrativa. Sem o intuito de analisar aqui o caráter

---

<sup>147</sup> Pedro Cardim, *O poder dos afectos: ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, Tese (Doutoramento), Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. 5.

simbólico e político dessas relações nesse primeiro momento, elas serão pensadas a partir do jogo de poder e das hierarquias que essas estabelecem, enfraquecendo o discurso intencional da autora de apresentar, muitas vezes, uma tensão entre as categorias homem e mulher.

É importante distinguir que quando se pensa em categorias, elas são construídas de forma muito bidimensional, a partir de características que devem ter e de expectativas a serem correspondidas. Como visto anteriormente, mulher e homem apresentam especificidades muito claras e distintas, mas que quando sobrepostas às próprias personagens da trama, revelam-se contraditórias. Isso comprova que ainda que seja inegável a existência de um sistema patriarcal o qual, a partir do século XVIII, preocupa-se em esconder as mulheres da elite e encerrá-las dentro de muros - simbólicos ou não - no cotidiano ele se manifesta de formas plurais e menos sistematizadas do que quando são teorizadas. Essas relações, por conseguinte, ainda que estejam permeadas pelas discussões da *Querelle des femmes* e da discussão entre natureza e cultura, podem ser apresentadas de forma muito mais brandas e harmoniosas do que normalmente são colocadas.

A preocupação de Teresa Margarida da Silva e Orta em reeducar os comportamentos e a moral frisa a necessidade da razão, nos homens, e da formosura, nas mulheres, uma vez que, essas seriam responsáveis por transformar uma característica em vício ou em virtude. A autora procura apresentar exemplos positivos e negativos sobre o mesmo tema, demonstrando por meio do discurso das personagens ou de suas ações os seus limites. A paixão, por exemplo, ainda que condenada, na esmagadora maioria, apresenta-se enquanto necessária para a sustentação de um casamento de sucesso. O que se observa é que a razão e a formosura devem interceder a fim de nortear e limitar os costumes e as paixões.

A relação familiar ocupa uma centralidade inquestionável na narrativa. Tratando-se da história de uma família nobre que é vendida como escrava, as aventuras se resumem a um jogo de encontros e desencontros, de familiaridade, de reconhecimento e de estranheza que se articulam em diferentes espaços com diferentes realidades sociopolíticas. A família tebana não só é o núcleo da narrativa como também é o elo que mantém todas as personagens ligadas principalmente quando estão longe umas das outras.

Se, como já foi abordado anteriormente, Delmeter afirma que os filhos não devem ter conhecimento do amor de seus pais para que se sustente a autoridade e a hierarquia da relação, Hemirena tem uma relação muito próxima tanto com o pai quanto com a mãe, manifestando assim, carinho, ternura e preocupação. Essa família tem como pilares o respeito que a princesa tebana tinha por seus pais e o zelo que os reis tebanos deveriam ter para com a sua filha. Essa relação, ao contrário das outras, é descrita todas as vezes de forma muito harmoniosa e coesa sem haver conflito entre as partes. Mesmo quando se encontram escondidos sob as identidades de Belino, Delmeter e Antionor, a dinâmica em nada muda, sendo o primeiro sempre submisso e obediente, a segunda protetora e o terceiro um tutor. As outras relações que são mostradas, são marcadas por conflitos sempre a partir de uma insubordinação dos filhos reféns de suas próprias paixões. Assim, Anquísia desobedece ao seu pai ao maltratar Hemirena ou Ibério ao declarar guerra contra o seu pai após esse negar a busca pela família tebana.

É curioso ressaltar, no entanto, que embora o casamento seja o motor de *As aventuras de Diófanos ou máximas da virtude e formosura* o seu objetivo não é a constituição de uma família no sentido literal dessa, mas a de um reino. Essa diferença é fruto direto das funções sociais ocupadas por Hemirena e Arnesto quando comparadas a Olímpia e Learco, por exemplo. O último casal tem como objetivo casar e procriar exercendo a função natural de mãe e pai; o primeiro casal tem como objetivo casar e formar um reino do qual eles serão vistos como mãe e pai de seu povo<sup>148</sup>. O casamento, conseqüentemente, acaba por ter esse duplo significado: simbólico no caso dos príncipes e prático no caso dos pastores.

A união matrimonial prática está submetida a expectativas e funções distintas da simbólica. Delmeter condena os pais que ludibriados pelo dote oferecido acabam por entregar as suas filhas a homens que seriam pouco dignos dessas mulheres. Assim, eles “cegos pela avareza, e encantados pela suavidade de seus interesses, casam as filhas dotadas de vivacidade, e mais graças do Céu, com maridos cheios de vícios, e achaques”<sup>149</sup>. Essa passagem revela muito mais a submissão feminina, mas como elas participavam de uma economia própria a qual era sustentada pelo casamento. Casar para além de passar a tutela de uma mulher, era somar as posses garantindo a

---

<sup>148</sup> Sobre a questão da relação entre a figura do rei e do pai, ver o próximo capítulo.

<sup>149</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 26

perpetuação dos bens das famílias em questão. Em contrapartida quando Ibério diz que “ele desejava contrair com ela [Hemirena] o mais feliz himeneu; e que por se não embarçarem com dúvidas, que poderiam ocorrer, o fariam secretamente, sem que se participasse esta notícia a Beraniza”<sup>150</sup>, também é condenado, uma vez que não deveria se casar com uma mulher de um outro nível social. Consequentemente, Teresa Margarida da Silva e Orta afirma que casamento e paixão são coisas distintas.

No que tange às paixões, Hemirena recebe três propostas de casamento ao longo do livro que são frutos diretos das paixões que despertou. As duas primeiras já foram referenciadas, uma partindo de um pastor e o outro de um príncipe. A terceira, por sua vez, foi feita por Atília que se apaixona por Belino. Sendo esse o disfarce da princesa tebana, o casamento seria impossível tanto pela condição social da proponente quanto pela questão de gênero. Assim, os casamentos que são movidos pela paixão não se concretizam, tampouco aqueles que relacionam grupos sociais distintos. A paixão leva à loucura como foi o caso da morte do pastor e à ruína como no caso do príncipe ou do rei que se rende aos caprichos de sua amante. O sucesso para um bom casamento seria a partir de sentimentos que cresceriam após o matrimônio fazendo com que os desejos das mulheres fossem atendidos pelos maridos.

A amizade, por sua vez, apresenta-se como o sentimento mais nobre que pode haver entre duas pessoas, já que o “afeto da boa amizade mais permanente que o amor da sanguinidade: porque a cordialidade dos parentes poucas vezes dura, e o afeto da amizade rara vez acaba”<sup>151</sup>. Assim, a autora afirma que o que sustenta uma boa amizade é a confiança, os segredos e o silêncio, tal como a prudência, características que se encontram todas presentes entre Hemirena e Beraniza. Esse sentimento configurar-se-ia enquanto superior aos anteriores pelo fato das pessoas estarem ligadas pela razão, ao contrário da paixão, e por escolha, ao contrário dos laços familiares.

## **2.5 Da Liberdade e da Necessidade**

---

<sup>150</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, Op. Cit., p. 10.

<sup>151</sup> Idem, *Ibidem*, p. 22.

Quando se analisa as questões de género e as suas implicações no imaginário de uma determinada sociedade, tem-se, principalmente ao longo do século XVIII, a apresentação da polémica entre liberdade e necessidade a partir de um outro ponto de vista. Ao constituir essa polaridade cuja linha divisória estaria na razão e no esclarecimento, essa seria fundamental à constituição da liberdade. Assim, reconhecer a razão era, por consequência, afirmar quais eram os indivíduos livres. A questão da liberdade, dessa forma, coloca-se enquanto fundamental à delimitação da natureza humana, posto que tanto a liberdade quanto a razão seriam determinantes do ser humano.

Segundo o trabalho de Sofia de Melo Araújo, Hemirena expressaria as ideias de formosura, portanto, que competiriam às mulheres a beleza, a graça, a pureza, o decoro, a lealdade e o cuidado, enquanto a Diófanes caberia a força, a valentia, o heroísmo, a persistência e o equilíbrio, ou seja, as virtudes que seriam da natureza masculina<sup>152</sup>. Hemirena que inicia a narrativa com a sua real identidade, esconde-se sob o disfarce de Belino para, novamente, voltar à sua condição inicial, apresentando, por sua vez, tanto a formosura quanto a virtude, ou seja, um ser duplo. Seria, então, Hemirena-Belino o ideal de ser humano ou ainda, a plena expressão do paradoxo que rondava o século XVIII? De uma forma ou de outra, Belino aparece como uma personagem que não corresponde nem a um género nem ao outro, uma vez que, os modelos exemplares de homem e mulher não se aplicavam à sua existência, ao mesmo tempo em que corroborava as expectativas e as designações de cada um dos dois.

Alguns autores<sup>153</sup> procuraram interpretar as personagens com base nos estudos psicanalíticos, ainda que tais interpretações contribuam para a compreensão de *Aventuras de Diófanes ou máximas da virtude e formosura*, este trabalho não tem tal pretensão. Já em relação a Hemirena, é a sua condição de mulher que determina toda a história essa que é propulsada pelo seu casamento com Arnesto, príncipe de Delfos. Com o naufrágio dos barcos que levariam os reis

---

<sup>152</sup> Sofia De Melo Araújo, “Aventuras de Diófanes, de Teresa Margarida da Silva e Orta – Os ideais de Climenéia e Diófanes à luz dos tempos”. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literatura*, II série, vol. XVIII. Porto: 2006 [2008], pp. 109-110.

<sup>153</sup> Ver os trabalhos específicos sobre o romance já citados.

de Tebas à cidade do pretendente da princesa, eles ficam reféns de um destino pouco promissor ao serem capturados enquanto escravos e separados após a venda de cada um deles. Cabe a Hemirena permanecer virtuosa para cumprir a função que a ela foi dada: o casamento. Devido à sua beleza e à sua formosura, sempre ressaltadas, a fim de manter a sua honra, opta por travestir-se de homem a fim de evitar os possíveis infortúnios de um amor não desejado.

O travestimento, portanto, levanta uma série de questões sobre o seu local na obra. Para Moizeis Sobreira, há a destituição do corpo feminino, uma vez que, os ideais comportamentais femininos como a delicadeza e a temperança se fazem igualmente presentes no corpo masculino que, por sua vez, também apresentaria comportamentos ditos masculinos como a coragem e a bravura. Dessa combinação resultaria um ser andrógino, síntese das qualidades dos dois sexos<sup>154</sup>. Já para Fábio M. da Silva<sup>155</sup>, o travestimento da personagem principal foi uma escolha narrativa da própria autora a fim de mudar o ponto de vista da obra e inseri-la nos padrões normativos da escrita da época. Uma terceira análise possível, feita por Beatriz Amazonas Cardoso<sup>156</sup>, sob a perspectiva voltada para a psicanálise, analisa tal ato enquanto uma busca pela própria identidade ao procurar um heroísmo responsável pelo cumprimento de seu destino. É inegável que as três interpretações apresentam a sua valia, no entanto, afirmar que o motivo fosse apenas uma questão de moda literária ou de construção identitária ou ainda, da busca por uma androginia é insuficiente para compreensão desta personagem.

O primeiro ponto que deve ser trazido à tona é, de fato, a questão do corpo. O que se observa ao longo da história é o acobertamento do corpo, ou ainda, de uma identidade a qual estaria fielmente relacionada com a aparência. Isso é reflexo não apenas do que acontece a Heriménia-Belino, mas também às outras personagens que se submetem à mesma prática. O tornar-se outro revela-se fundamental à sobrevivência das personagens devido à sua condição social. Para além disso, ainda que fossem mal vistas pela sociedade, é inegável a existência de mulheres que se

---

<sup>154</sup> Moizeis Sobreira, “Problemáticas da autoria e da camuflagem feminina em As aventuras de Diófanes de Teresa Margarida da Silva e Orta”. *Cadernos Pagu*, n.º 49. Campinas: 2017, p. 16.

<sup>155</sup> Fábio M. Da Silva, “Teresa Margarida da Silva e Orta: problemática em torno da nacionalidade da primeira romancista em língua portuguesa”. *Revista Ártemis*, vol. XIX. João Pessoa: jan/jun 2015, pp. 55.

<sup>156</sup> Beatriz Amazonas Cardoso, “*Eu sou mulher e não tenho a pena de Homero*”. *Theresa Margarida da Silva e Orta e as origens da escritura feminina portuguesa*. Tese (Doutoramento). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009, pp. 218-222.

travestiam de homens a fim de exercitar funções para as quais não tinham permissão de exercê-las, como é explicitado em relatos de viajantes, peças teatrais, e na própria narrativa da Igreja católica nas hagiografias do século XII<sup>157</sup>. Dessa forma, a escolha da autora não revela uma mera questão estética tampouco Hemirena está à procura de sua identidade, uma vez que, estaria “disposta com aquele fingimento vencer os maiores assaltos de sua cruel fortuna.”<sup>158</sup> É curioso notar que a autora pouco se refere a essa questão ao longo do texto, ainda que faça referências aos nomes das personagens.

No trabalho de Isabel Drumond Braga, é referido que o uso de roupas femininas por homens e vice-versa era comum na Europa seja pelas necessidades de performatividade dos gêneros seja como uma manifestação da sexualidade dos indivíduos<sup>159</sup>. Assim, ainda que isso se configurasse enquanto antinatural e que durante o século XVI as Ordenações Manuelinas tenham proibido o travestimento com penas de degredo e açoites, à exceção de quando realizados com caráter lúdico, em festas ou jogos<sup>160</sup>, é inegável a sua prática no cotidiano, posto que tanto a justiça leiga quanto a clerical se preocupavam com essa prática social.

Em relação à possível androginia presente na obra, ao comparar com o teatro espanhol, por exemplo, no qual há a possibilidade do travestimento ser visto enquanto uma unidade dos paradoxos procurada pela cultura do barroco<sup>161</sup>, é insinuar que haveria uma preocupação com a discussão de gênero, quando, na verdade, era um costume, principalmente nas mascaradas. De uma forma ou de outra, ao longo da trajetória tem-se a construção de Belino e a conservação de Hemirena independentemente do tempo decorrido. Esse paradoxo estabelecido não chega a constituir necessariamente uma androginia, mas configura-se enquanto uma outra coisa ou ainda

---

<sup>157</sup> Sobre a questão travestimento ainda permanecem uma série de questões à prática que antecede o século XIX. Encontra-se uma discussão mais estabelecida nos textos referentes às hagiografias e às análises das peças teatrais principalmente inglesas e espanholas.

<sup>158</sup> Teresa Margarida Da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 12.

<sup>159</sup> Isabel Maria Ribeiro Drumond Braga, “Mulheres que se vestem de homens”. In: *Vivências no feminino: poder, violência e marginalidade nos séculos XV a XIX*. Lisboa: Tribuna da História, 2007, pp. 24-25.

<sup>160</sup> Idem, *Ibidem*, p. 25.

<sup>161</sup> Rosie Seagraves, *She as he: cross-dressing, theater, and “in-betweens” in Early Modern Spain*. Tese (Doutoramento). Nashville: Vanderbilt University, 2013, pp. 1-5.



a negação dos dois modelos, posto que, os comportamentos não corresponderiam ao binómio no qual a obra se insere.

Se Hemirena recebe a recomendação de “conserva[r] sem desmaios as sólidas doutrinas da tua educação, o exercício das virtudes, e a lembrança da distinção [...], ama constante o decoro, despreza o ódio, e serve o seu destino”<sup>162</sup>; na condição de Belino, a mesma tem os seus sentimentos recriminados ao verter lágrimas pela prisão e condenação de Antionor, posto que “os soldados valeorosos se distinguem pelo sangue, que mostram, e os cobardes, pelas lágrimas, que choram”<sup>163</sup>. Dessa forma, enquanto Hemirena tem certeza de suas qualidades e já se encontra completamente formada, Belino é repreendido por uma ação mal vista para um homem. Belino-Hemirena, dessa forma, revela-se muito mais um género que transita por esse binómio do que, necessariamente, um terceiro. A personagem Hemirena-Belino pode ser interpretada a partir dessa dualidade entre liberdade e necessidade. Ainda que ela esteja sempre condicionada pela sua natureza feminina e assim, refém do universo de expectativa ao redor dela, Belino proporciona a circulação em segurança pelas estradas e reinos. O seu travestimento, portanto, possui um valor muito mais pragmático pautado nas melhores hipóteses de um homem viajar sozinho do que uma mulher, uma vez que Hemirena declara que é “uma mulher desgraçada” que se valeu “de vestido impróprio para viajar com menos perigo”<sup>164</sup>, deixando clara a posição da autora.

O paralelo entre os percursos e discursos de Climineia e Diófanes também são dignos de reflexão. Os dois se posicionam enquanto dois polos de um mesmo argumento. Ao serem provenientes do mesmo grupo social, a distinção entre eles na sociedade seria feita a partir de seu género. No que tange Diófanes, mesmo quando camuflado, não precisa de provar a sua autoridade nem fazer valer a sua existência, ao contrário de Climineia que é sempre recebida positivamente a partir do exercício de sua razão. No entanto, o que une os dois, para além do seu casamento, é o conhecimento que possuem. Dessa forma, ainda que Delmeter seja sempre apresentada em espaços relativamente menos importantes quando comparados ao de seu marido, ela exerce e discursa sobre as funções que lhe competem: maternidade, educação, discrição e formosura. Já Diófanes, sempre

---

<sup>162</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 3

<sup>163</sup> Idem, *Ibidem*, p. 52.

<sup>164</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 61.

voltando para espaços que circundam a Corte, reflete sobre política e economia. Se, por um lado, essa separação revela-se clara, por outro, há momentos em que Climinéia rompeu com esse padrão e arriscou-se a discorrer sobre comportamentos da corte. É importante frisar que, essas duas personagens em seus disfarces, mantêm-se dentro dos limites sociais de homem e mulher opondo-se a figura de Hemirena que transita entre os dois gêneros.

O que se deve observar no Livro II é não somente a centralidade que a mulher ocupa, mas, também, o destaque dado à sua voz e às suas ideias. Se a norma garante ao homem a palavra e o conhecimento como por vezes é afirmado no romance, além de ser expresso no capítulo anterior no encontro entre Belino e o filósofo Antionor, Delmeter coloca-se na praça pública e toma para si o local da autoridade invertendo, assim, a relação mulher-homem.

Ao personagem masculino, Orta reserva dois livros: o segundo e o quarto. Construídos da mesma maneira que o terceiro, é por meio dos diálogos que se expressam as suas considerações. É importante ressaltar que as situações em que Belino se encontra são diferentes não só no local, mas também se situam temporalmente muito distantes um do outro. O primeiro há alguns anos da separação e o segundo há catorze anos dela.

A natureza das máximas é a mesma e a narrativa muito parecida causando estranheza à temporalidade desenvolvida até então. De uma maneira geral, o assunto desenvolvido é política e, em menor grau, a economia. Sem analisar os pormenores das máximas, observa-se um segundo ponto do Iluminismo, ainda que não seja uma peculiaridade do período: a preocupação com um bom governo. Ainda que caibam a Diófanos-Antionor os assuntos da república, ele também esboça alguns direcionamentos ao comportamento feminino.

Diófanos-Antionor é a única personagem que encarna mais de uma única função. É rei, filósofo e súdito ainda que não seja nenhum dos três ao mesmo tempo. É da sua condição de escravo que lhe atribuem o seu *status* de filósofo. Ele próprio, portanto, transforma-se no ideal de governante platônico: o rei-filósofo.

Cabe-lhe, no início da narrativa, o conselho da prudência à filha e os de coragem e resistência à esposa. Também, é o responsável por recomendar o segredo de suas identidades enquanto fossem escravos e é ele quem o quebra ao revelar a sua identidade perante a condenação à morte. Tem-se, portanto, a separação entre governante e governado, pai e filho, marido e esposa, rei e súditos. O discurso dele sintetiza todas essas relações de poder que se concentram somente ao seu entorno. Romper com um segredo, no entanto, só poderia ser feito pelo próprio, uma vez que era o detentor da palavra. Vale ressaltar, no entanto, que só revela a sua própria identidade, preservando as de sua esposa e filha. É ele, também, a primeira personagem a reconhecer as duas mulheres ainda que não lhes revele esse conhecimento.

Apesar das personagens estarem em uma constante busca, umas pelas outras e não se fixarem em um único local, pode-se perceber alguns padrões, principalmente, no que tange ao espaço. Enquanto Antionor interage diretamente com os reis das outras cidades, Climinéia e Hemirena estão sempre presentes nas pequenas aldeias ou no campo. Enquanto ele tem suas ideias escutadas pela corte, elas, principalmente Climinéia, compartilham as suas ideias com as pessoas simples. Nesse aspecto, o principal diálogo de Delmeter acontece em um casamento na região serrana. Hierarquiza-se a palavra caracterizando o discurso feminino pela sua informalidade, ou ainda, pela falta de oficialidade enquanto o masculino é repleto de autoridade, oficialidade e relevância.

## **2.6 Do Género**

Deixado o género à revelia em muitas análises de *Aventuras de Diófanos ou máximas de virtude e formosura*, o mesmo aparece como um dos principais fios condutores do desenvolvimento do romance. Pode-se afirmar que Teresa Margarida tinha como objetivo a escrita de uma série de recomendações que perpassariam todas as esferas de uma sociedade que sob o seu olhar, precisaria ser reformada. As máximas apresentadas poder-se-iam considerar quase como um

tratado pedagógico. A correção das práticas viciosas se daria pelo estabelecimento de modelos que deveriam ser amplamente seguidos, modelos que se construiriam sob as ideias das luzes e basear-se-iam na razão e na ciência.

Ciente das discussões de seu tempo, destina-se uma grande parte da obra ao comportamento feminino que seria tão importante quanto o governo de um bom rei. Dessa forma, a questão feminina e a política são contrapostas ao longo de toda a narrativa com o intuito da construção de um reino justo e com bons súditos.

Essas novas ideias apresentadas pela autora, ainda que não possam ser consideradas em sua totalidade enquanto progressistas, transgressoras e revolucionárias, apresentam, de fato, uma mudança em relação a percepção da mulher na sociedade. Primeiramente pelo fato do alto número de publicações ainda no século XVIII, sugerindo uma circulação considerável para a época. Segundamente por ser uma obra publicada por uma mulher em um período em que muito se procurava limitar, cercear e condicionar o começo da participação feminina no espaço público. E, por fim, pelas ideias trabalhadas e defendidas em todo o romance.

Não se pode, no entanto, negar o paradoxo presente nas ideias de Teresa Margarida. Como já foi mencionado anteriormente, essa característica não era exclusiva da autora, mas estava presente nas ideias de todo o período. Em sua condição enquanto mulher, se por um lado ela pregava o decoro e a submissão, por outro, há o forte questionamento da condição feminina. Ao defender a educação, propôs a existência de uma alternativa à função ornamental da mulher na sociedade, defendendo que pode ser educadora e, até mesmo, governante, uma vez que, dotada de razão e educada nos mesmos preceitos dos homens, em nada deixaria a desejar. Obviamente, cabe a ressalva de que esse modelo por ela construído, como fora frisado ao longo do capítulo, limitar-se-ia à nobreza, posto que lhe caberia estabelecer os comportamentos a serem imitados. A mulher nobre deveria ser educada aos moldes das novas ideias a fim de participar ativamente da corte, mas, por outro lado, deveria preservar as virtudes que garantiriam a sua formosura. Estabelecer o equilíbrio entre os opostos, seria, então o grande desafio.

A solução se apresenta na figura de Hemirena-Belino. Ainda que ela não seja uma síntese das qualidades de homens e mulheres nem um ser andrógino, é no seu percurso enquanto homem e na preservação das suas qualidades femininas que é recompensada no final do romance. Já aprendidas as virtudes das mulheres, deveria exercitar as masculinas para que o seu disfarce fosse bem-sucedido e assim o fez. Assim, o seu destino só seria cumprido após tantos anos devido ao equilíbrio alcançado entre coragem e decoro, força e delicadeza, formosura e virtude. Desta personagem, pode-se perceber que o gênero se manifesta, muitas vezes, como um lugar de ação no qual as características já estão pré-definidas e os atores as incorporam exercendo assim, o seu papel de acordo com as necessidades e expectativas de dado momento. Tal percepção teorizada por Judith Butler, vê o gênero enquanto uma performance<sup>165</sup> a qual, por um lado, possibilita uma infinidade de *venir a être*, mas que por outro, reforça os limites e engessa as categorias de homem e mulher. Esta contradição, cristaliza-se, então, na figura de Belino cujo quem exemplifica exatamente a liberdade e o aprisionamento da própria delimitação de gênero: se enquanto Belino ele poder performar uma masculinidade alternativa, enquanto Hemirena está circunscrita pelas expectativas sociais que cabem a ela enquanto mulher pertencente à nobreza.

*Aventuras de Diófanos ou máximas da virtude e formosura*, nesse panorama, revela-se um importante documento para a leitura das transformações do imaginário ocorridas ao longo do século XVIII. Propõe a discussão de gênero enquanto um assunto político ao atrelar o comportamento do homem e da mulher ao papel desempenhado na constituição dessa nova sociedade vislumbrada pela autora e por seu círculo social. Se ao homem cabia uma participação maior dentro de casa ao exercer o seu papel enquanto marido e pai, a mulher deveria ser educada para além do prazer masculino, como era pregado até então. Exacerba-se a necessidade, segundo a autora, da reforma dos súditos e dos governantes para a construção de uma nova república a qual só poderá ser erguida por homens e mulheres que compartilhassem desses mesmo ideais modernos.

### PARTE III

---

<sup>165</sup> Ver: Judith Butler, *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

### **3.1 *Aventuras de Diófnes ou Máximas de virtude e formosura: um tratado político***

Discutir a história política para além das instituições tem-se mostrado uma perspectiva nova e, muitas vezes, arriscada, uma vez que, a reconstrução de tal narrativa esbarra na principal dificuldade de conceitualização do poder. Esta questão tão cara à filosofia política tem as suas definições estabelecidas entre o medo da tirania e as idealizações daquilo que se objetivaria como o ideal de bem-estar comum e, especificamente à Idade Moderna, de justiça. Dessa maneira, o poder estava particularmente vinculado às pessoas as quais o exerciam. Tal visão personalista fez com que a disciplina se construísse por meio de biografias e dos usos da documentação oficial com o intuito de traçar e recontar a “verdadeira” história, assim, tal género, até hoje, apresenta-se como um dos mais comuns dentro desse campo teórico. É só a partir das teorias pós-estruturalistas e, principalmente, daquelas da segunda metade do século XX, que os historiadores começam a adotar uma nova visão a respeito da política e do próprio poder. Ainda que esse movimento esteja vinculado aos profundos traumas deixados pelas Grandes Guerras, tanto a historiografia quanto a filosofia procuram compreender a questão da autoridade e dos limites da ação individual humana frente aos discursos ideológicos. Dessa forma, como consequência lógica, as fontes se multiplicaram possibilitando a apreensão de um discurso para além do oficial e a partir de diferentes pontos de vista. Compreende-se, então, que a política não tem o seu limite na jurisdição ou na legislação, mas que as suas implicações, discursos e consequências permeiam todo o conjunto da sociedade, em menor ou maior grau. O discurso político, consequentemente, não era apreendido somente a partir dos documentos oficiais, mas também, da literatura, das artes plásticas, das ciências, enfim, de toda ação humana. A análise do romance de Teresa Margarida da Silva e Orta como documento político tem não só como objetivo corroborar essa visão, mas, também, compreender como os discursos institucionais se cristalizavam no imaginário daqueles que não exerciam diretamente o poder.

É importante lembrar que o documento em questão apresenta uma série de limitações para uma compreensão totalizante da política setecentista portuguesa. Isto se dá primeiramente pela natureza da fonte a qual é, primeiramente, um texto ficcional e, portanto, não apresenta um comprometimento com a verdade, nem com a reprodução da organização das esferas de poder e das instituições. O que se pode, de fato, apreender são os aspectos teóricos e o universo de expectativas que se manifestam ao longo de *Aventuras de Diófanés ou máximas da formosura*. Para além disso, é fundamental compreender as limitações teórico-metodológicas dele, posto que se tratando da autoria feminina, a autora se encontrava à margem do funcionamento público. Somando-se a isso, a posição política de manutenção das estruturas e das hierarquias faz com que haja uma evidente defesa da monarquia e consequentemente, das dinâmicas sociais as quais eram responsáveis por manter a esmagadora maioria das mulheres excluídas das instituições. Segundamente, a falta de informações bibliográficas da autora faz com que seja difícil estipular quais foram as influências para a escrita da obra. Assim, pode-se suspeitar que algumas ideias estariam amplamente difundidas pelo grupo social no qual ela estava inserida e que circulavam, em sua grande maioria, oralmente e informalmente tal como é defendido pelas teóricas feministas. Por último, é preciso compreender qual era o público-alvo desse livro para que assim, consiga-se mapear as suas intenções e recepções na sociedade. Ainda que muitas dessas perguntas permaneçam sem respostas para além das hipóteses que se seguirão, é inegável que *Aventuras de Diófanés ou máximas da formosura* não tem nenhuma pretensão em ser colocado como um tratado ou um livro de filosofia ou de história como tantos outros da época. Este fator faz com que as comparações com os seus contemporâneos devam ser realizadas com muito cuidado principalmente no que tange aos escritos posteriores à primeira edição. Feitas essas ressalvas metodológicas, pode-se, enfim, analisar as máximas políticas de Teresa Margarida da Silva e Orta.

Uma das peculiaridades do século XVIII, embora não seja a única, é o seu caráter de transição entre uma velha ordem a qual já começava a ser rechaçada e a popularização de novos ideais teóricos os quais ainda não haviam sido postos, completamente, em prática. Se, por um lado, a Europa vivenciava uma efervescência de escritos e publicações, de novas teorias e de longos debates acerca da existência humana e de suas relações, por outro começava a forjar cientificamente as diferenças entre um "igual" e um "outro". É desse movimento constante de expansão das fronteiras de ideias e da delimitação e proteção das fronteiras físicas que se insere a

presente obra. Levando-se em consideração as particularidades portuguesas nesse período, algumas compartilhadas também com Espanha e Itália, é preciso compreender os embates entre a tradição cristã e o desejo pela modernização do país. Assim, ainda que, ela não apresente uma crítica contundente à política burocratizada do Portugal setecentista nem ainda trace um debate entre os limites da interferência da Igreja católica nos assuntos do reino, como já aparece em obras publicadas *a posteriori*, ela revela nuances dos costumes e de uma sociedade que se constitui, muitas vezes, à revelia das políticas institucionais. Estas, por sua vez, procuram forjar novas práticas, comportamentos e morais que, não necessariamente, seguiam apenas os dogmas cristãos, mas que se responsabilizavam pela normatização de uma nova cultura a qual vinha sendo construída desde o século XVI. Manifestada pela figura do cortesão e pelo espaço da corte, esta cultura visava a construção de uma nobreza, não apenas no seu sentido personalista, mas, também, em um *ethos* o qual deveria ser seguido por todos os cavaleiros, inclusive pelo rei<sup>166</sup>. É de dentro desse círculo que Teresa Margarida da Silva e Orta escreve e tece suas críticas aos seus pares.

Resultado de um choque entre nova e velha ordem, o século XVIII tem a partir de sua segunda metade a grande viragem epistemológica e cultural. No entanto, ainda que *Aventuras de Diófanos ou máximas da virtude e formosura* seja datado da metade, é evidente os traços dessas transformações do universo de expectativas que acarretarão em rupturas e conflitos políticos ao longo do século seguinte. Consequentemente, conclui-se que a obra e Teresa Margarida da Silva e Orta é reflexo de seu próprio tempo negando a sedutora inclinação a considerá-la desligada de sua temporalidade e reforça-se o caráter reformista ao invés de revolucionário ou transformador tanto da obra quanto da autora. Assim, para Orta, as práticas e os comportamentos deveriam ser reformados sem que a estrutura também o fosse, porque como será argumentado futuramente, a estrutura estaria corrompida pelos vícios dos indivíduos e, não que ela fosse falha.

Essas denúncias da autora, no entanto, não eram posições únicas nem partiam de um descontentamento individual, mas eram reflexo de um determinado grupo de indivíduos que criticavam aberta ou veladamente as políticas de D. João V e os comportamentos da sociedade de corte que o cercava. É mister ressaltar que essas mesmas pessoas, as quais criticavam esse sistema, faziam parte dele, característica que justifica a posição de defesa da manutenção da hierarquia

---

<sup>166</sup> José Esteves Pereira. *Percursos de História das Ideias*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, p. 74.



social e do *status quo*. Vale lembrar, também, que durante o período de publicação do livro, Portugal se encontrava sob a dupla censura, régia e clerical, que dificultava a materialização das opiniões contrárias à ordem. Alguns estudiosos, consequentemente, defendem que o tempo de espera entre as aprovações das censuras e a publicação do livro que aconteceria, somente após a morte do rei e a ascensão de D. José I, teria sido intencional.

A relevância desses dois aspectos contextuais é dada para compreender os limites do documento enquanto fonte historiográfica. Sendo a diferença entre “verdade” e “mentira” tão cara à contemporaneidade e, principalmente, à história política, são poucos os trabalhos historiográficos que elegem obras ficcionais anteriores ao século XX enquanto documento primário. Acredita-se, no entanto, que *Aventuras de Diófanés ou Máximas da virtude e formosura* pode ser compreendido, dentro de sua multiplicidade de gênero textual, enquanto um tratado político, principalmente, no que concerne os livros II, VI e VII. Os outros livros que se destinam ao comportamento moral da sociedade, muitas vezes, não são compreendidos no seu aspecto político quando, na verdade, como já foi expressado no capítulo anterior, são construídos por Teresa Margarida da Silva e Orta enquanto tal. Percebe-se, portanto, que moral, política e justiça eram aspectos indissociáveis entre si e que se influenciavam no quotidiano português. Ainda que consensualmente, a historiografia periodize ao longo dos setecentos a construção da opinião pública e da separação da esfera pública da esfera privada, Portugal ainda se encontra ao largo de toda essa discussão, revalidando os laços e dinâmicas sociais pautadas no universo de expectativas medievais<sup>167</sup>. Assim, vale ressaltar que se hoje se tem o monopólio da visão estoica de que não há espaço para a emoção na política, o século XVIII ainda estava permeado por rituais e mecanismos extremamente personalistas. Daí depreende-se a necessidade da correção dos hábitos para que esses se tornem os mais racionais possíveis, ou seja, os mais justos<sup>168</sup> e, consequentemente, o bem comum seja atingido.

É preciso, portanto, compreender o vocabulário político usado pela autora e as suas implicações ao longo da obra. Conceitos como justiça, liberdade, amizade, felicidade, rei, rainha e nobreza devem ser historizados e compreendidos dentro de suas definições específicas. Para além

---

<sup>167</sup> Sérgio Buarque De Holanda, *Raízes do Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013, pp.36 ss.

<sup>168</sup> António Manuel Hespanha, *A política perdida*. Curitiba: Juruá Editora, 2010, pp. 66 ss.

disso, os espaços e a circulação ocupados pelas personagens têm um papel central na narrativa, no sentido em que é neles e partir deles que as máximas são feitas. Assim, tendo esses tópicos como ponto de partida, procurar-se-á esboçar o debate acerca do ideário social e político da autora. Destas múltiplas possibilidades de exercício do poder e da própria vida política, tem-se que a monarquia não se construía de forma única e fixa, mas sim, enquanto reflexo das relações entre os atores políticos inseridos em um determinado contexto espacial. É desse movimento que Teresa Margarida da Silva e Orta se vale para a sua discussão até à construção utópica de um reino utópico dado no último capítulo. Se, por um lado, as personagens têm como objetivo a conservação de suas qualidades morais, os espaços estão em constante formação e reformulação nessa constante procura pela justiça e pelo bem-comum de seus habitantes.

### **3.2 Espaços: Os reinos**

Um dos aspectos mais importantes na narrativa de Teresa Margarida da Silva e Orta é a centralidade dada aos espaços físicos. Muito mais do que meros planos de fundo, eles são fundamentais não apenas para o desenrolar da história, mas também, como suscitador das críticas e elogios feitos ao longo do livro. A partir desse ponto de vista, pode-se afirmar que apesar de a autora apresentar um ideal de reino no final de sua obra, ela descreve uma pluralidade de reinos os quais podem ser considerados bons ou ruins por aspectos diversos entre si.

Frequentemente os espaços são vistos enquanto reflexo das pessoas que os habitam. Em uma relação menos explícita dessa simbiose entre natureza física e humana do que a do século XIX, Teresa Margarida da Silva e Orta não poupa esforços para traçar a correlação entre um rei cheio de vícios e um reino que não prospera. Assim, o próprio percurso das personagens e o ir-e-vir entre os mesmos reinos permitem uma análise de diferentes pontos de vista a depender da personagem inserida. Se Diófanes sempre se relaciona do local de quem detém o poder, Demeter e Hemirena se encontram à mercê das aplicações deste, o qual acaba por acentuar as diferenças

entre aqueles que mandam e os que obedecem. Consequentemente, as dinâmicas sociais nas quais as personagens estão inseridas revelam o grande abismo entre aqueles que ditam as leis e aqueles que as fazem cumprir. E é olhando para este abismo que a autora procura tecer as suas críticas, para que, enfim, intenção e aplicabilidade caminhem para o bem comum.

Se, a partir do ponto de vista prático, o bem-comum pode ser alcançado pelo acesso da população as novas técnicas que começam a se difundir a partir do século XVI, Teresa Margarida da Silva e Orta apresenta uma sociedade desligada dessas grandes transformações e ainda presas as suas raízes feudais. Assim, todos os reinos ainda se revelam basicamente rurais sendo, também, compostos por uma sociedade construída ao redor de uma sociabilidade campestre. Assim, as descrições dos espaços físicos são sempre mais detalhadas naquilo que se refere à natureza como ela o faz no encontro de Belino e Diófanos e mais breves como é feito em Esparta, único espaço o qual se percebe tratar de uma cidade considerada grande. Se se procura argumentar que o texto de Orta é uma metáfora de Portugal setecentista, como argumenta Maria de Santa Cruz<sup>169</sup>, supõe-se que o país se encontrava à margem dos usos técnicos na vida prática incluído aqueles que facilitavam o trabalho da terra. Sendo assim, ainda que a autora não pretendesse revelar as contradições entre as discussões realizadas pelos intelectuais e a vida cotidiana, acaba por fazê-lo. Enquanto as ideias que circulam entre a corte e o restrito círculo letrado português, a grande parte da população se encontra à margem dela e ainda presa pelas velhas práticas políticas e sociais.

No que tange especificamente *Aventuras de Diófanos ou máximas da virtude e formosura*, os espaços percorridos pela família tebana e por Arnesto se revelam muito parecidos no que diz respeito às suas dinâmicas espaciais e física. Totalizando em sete pontos Tebas, Argos, Atenas, Corinto, Micena, Esparta e Delos, eles se delimitam a partir de espaços internos como as casas das pessoas que os acolhem ou de espaços externos como bosques e florestas próximas a essas vilas e cidades. As exceções se manifestam em Esparta, onde a ação se realiza em praça pública e em Tebas quando a família real se prepara para a viagem. Todos eles têm uma função específica e uma centralidade na obra e, especificamente, Corinto se apresenta de formas distintas a depender das personagens que transitam por lá. Outro aspecto que deve ser ressaltado é que nem sempre elas convivem com a nobreza ou com a família real desses lugares, sendo que muitas vezes, estão em

---

<sup>169</sup> Maria De Santa Cruz, *Crítica e confluência...*, p. 192.

contato com senhores de terras o que, por se tratar de um poder local, têm percepções distintas de como deve ser um bom reino.

As diferentes realidades, assim, com as suas diferentes problemáticas acabam por formar um panorama geral no qual constitui toda a crítica de Teresa Margarida da Silva e Orta. Ainda que possa ser discutidas todas as interligações desses estados e como eles se constituem, o presente trabalho, por ora, não tem a pretensão de esgotar a fonte em sua totalidade. O enfoque, consequentemente, será posto nas falas de Diófanes-Antionor e no discurso final de Arnesto, posto que a autora delega as personagens masculinas o microfone do discurso político. No entanto, não se descartam as análises feitas por Climineia-Delmeter sobre tal assunto, uma vez que as suas ponderações se revelam pertinentes à construção argumentativa da autora. Enquanto Diófanes e Arnesto educados e preparados à regência, Delmeter, por sua vez, exercia o seu papel muito bem como consequência de suas virtudes. Essa diferença substancial entre o rei e a rainha seria baseado no objetivo da educação de cada um, já que “el ideal de sabiduría de la reina no consistía tanto en ser muy culta, en saber muchas cosas, como en saber ser reina, se trataba de que encarnava muy bien el papel que le habia correspondido”<sup>170</sup>.

Sendo Tebas a primeira cidade que aparece, a ela cabe a função de dotar autoridade aos reis ao apresentá-los. Para isso, a relação entre súditos e soberanos é revelada de forma positiva, priorizando a harmonia e ressaltando o amor que os segundos sentiam pelos primeiros. O primeiro aspecto, portanto, que se revela caro ao projeto de estado é que governados e governantes devem estar atados pelo vínculo do amor, ideia a qual será reforçada e retomada ao longo das falas de Diófanes-Antionor e Arnesto. Assim, se o debate entre os filósofos ainda estava aberto sobre o amor e o temor aos governantes, para a autora era muito claro, posto que, a base da legitimidade do poder real viria do amor dos súditos para com os soberanos. No entanto, a fim de buscar e conseguir tal aprovação, o rei deveria garantir o bem-estar comum garantindo que

em seus domínios davam leis a justiça, e a clemência, e o seu exemplo a melhor direção para os costumes; e ainda que se entendia seguiriam o rumo das felicidades, e não seria dilatada a sua ausência, era grande a tristeza de seus vassalos, que só resignados nas

---

<sup>170</sup> Maria de los Ángeles Pérez Samper., “La figura de la reina...”, p. 296.

vontades daqueles Príncipes queriam mostrar com cânticos, que as lágrimas eram nascidas do júbilo<sup>171</sup>.

Tebas existe mais em seu caráter imaginário do que no concreto, propriamente dito, posto que as ações que ocorrem nesse espaço são muito específicas e breves. Ela se manifesta enquanto a terra original a qual é lembrada com saudade e alegrias para onde se deve regressar. Consequentemente, o que se observa é um reino idealizado o qual, tal como a sua família real, deve permanecer exatamente da mesma forma de quando eles partiram. Assim, o prêmio de Diófanes e Climineia seria o retorno para lá conjuntamente com a restauração de suas posições sociais, o que acaba por acontecer no final da narrativa. Ainda que esse desenrolar possa parecer estranho devido a temporalidade interna da obra, Teresa Margarida da Silva e Orta procura defender dois aspectos da monarquia: o primeiro é o do direito ao trono pela linhagem e o outro é da relação pautada no amor entre soberano e súditos, no sentido de que ambos comportar-se-iam enquanto espelho moral um do outro. Cabe, no entanto, aos soberanos a obrigação de apresentar um comportamento exemplar. Ao ser apresentada enquanto um espaço harmonioso, justo e feliz, ela deve ter governantes que corroborassem esses mesmos aspectos em suas personalidades e que dirigiriam suas ações para que isso se mantivesse. Assim, a partir dessa simbiose entre espaço e pessoas, se a narrativa é marcada pela eterna e paciente espera de Diófanes e Climineia pela volta à casa, a casa também aguarda ansiosamente a volta de seus senhores. Esta espera, no entanto, é marcada pela passagem do tempo em Tebas, onde ainda que as aventuras tenham se desenrolado a ponto de as personagens nem sempre se reconhecerem, ela permanece congelada no tempo, exatamente da mesma forma em que fora por elas deixada.

É dessa boa relação entre os dois grupos que nascem as autoridades de Diófanes e Climinéia, sendo que estas não viriam apenas de seu *status* social, mas viriam, principalmente, do fato deles serem regentes excepcionais e exemplares. Dessa forma, uma vez que estavam longe de sua função principal de governar uma terra, suas histórias se desenvolvem, em paralelo, mantendo essa espécie de destino manifesto de seus papéis sociais mesmo que deslocados de seu espaço de ação. Diófanes, assim, como rei exemplar desempenha o papel daquele que corrigirá os erros encontrados por ele nos outros reinos. Climinéia, por sua vez, exercerá a sua autoridade real a

---

<sup>171</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Aventuras de Diófanes*. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, 2010-2011, p. 3.

partir da repreensão do comportamento social e do ensinamento de um novo. Salienta-se, no entanto, que a autoridade de Diófanes é prontamente reconhecida por todos os que o cerceia enquanto a de Diófanes é conquista a cada novo espaço pela sua inteligência e bondade. Tebas, por meio de seus regentes, apresenta-se enquanto o reino primeiro e perfeito que está à espera do retorno de seus senhores.

A segunda região que aparece na obra, não é nomeada por Teresa Margarida da Silva e Orta, apresentando-a apenas enquanto os domínios de Hortélio - capitão de uma das naus que capturam os tebanos após o naufrágio. Antes de Hemirena desembarcar nas terras dele, ela é tratada de forma distinta a dos outros prisioneiros, devido as suas qualidades e é por causa delas que, o capitão decide destiná-la as suas terras onde ela servira. Apesar de não se configurar enquanto um reino e ser apenas uma propriedade de terra, algumas críticas aparecem em relação ao exercício de poder de Anquísia, filha do capitão. Assim, ainda que Hemirena não seja responsável por proferir máximas e reflexões sobre questões políticas devido a sua função na narrativa, é possível perceber a crítica feita pela autora por meio do relato da experiência e pelos comentários de outras personagens que ouvem o relato da princesa tebana. Ao conduzir a narrativa desta forma, pode-se argumentar que a autora procura uma forma de justificar o estranhamento causado em Hemirena pela forma como é tratada. Ela sendo a personificação da obediência e da resiliência aceita todos os abusos cometidos por Anquísia, o que se oporia a qualquer insatisfação da personagem. A passividade dela, portanto, acaba por fazer com que a má gerência da casa se torne mais evidente e contrastante com os espaços até então apresentados.

É claro que a condição de escrava é a peça central para a compreensão das relações que são travadas neste espaço. Hemirena, assim, aceita o seu novo papel social e transforma-se em uma escrava obediente que satisfaz as vontades de sua senhora. Essa manifestação indevida das vontades, sem haver o freio da razão, faz com que Anquísia transforme as suas paixões em ações políticas, comprometendo assim, toda a imagem daquela casa. A falta da razão naquele território configuraria em uma falta de educação e na própria desunião da família, posto que a quebra de unidade é nociva à justiça e ao bem comum. É importante ressaltar que essa relação pode ser compreendida enquanto o limite da interferência das vontades pessoais em detrimento da

República. Essa interferência só é assim compreendida, porque Anquísia se transforma em uma tirana ao se sobrepor às leis ali existentes, causando um desequilíbrio no reino.

Corinto, por sua vez, é o reino mais recorrente no livro sendo paragem, pelo menos uma vez, de todas as personagens principais. Este reino apresenta-se sempre a partir da narrativa de um estrangeiro: Diófanés-Antionor cujo papel social desempenhado naquela sociedade é o de filósofo e conselheiro. Dessa maneira, Teresa Margarida da Silva e Orta soluciona a perda de autoridade sofrida por ele após a mudança do *status* social para escravo e o reposiciona enquanto aquele que detém o conhecimento, sendo possível fazer a crítica ao reinado. É nessa localidade que as críticas tomam contornos mais específicos e contundentes, vale ressaltar que elas, nesse momento, concentram-se muito mais no sistema político e na corte que se colocam aos serviços do rei do que a própria imagem dele.

As personagens que surgem estabelecem sempre o diálogo com o rei tebano. É a partir da visão delas que se desenha os contornos dos vícios e das virtudes do povo e da realeza, mas mais precisamente é a partir das reflexões de Diófanés-Antionor que se constrói a régua moral. De todos os discursos, é clara a relação existente entre súditos e soberanos: se esses não apresentam um comportamento virtuoso, os vassalos<sup>172</sup>, também, apresentarão comportamentos viciosos. Tal realidade seria um reflexo da inaptidão real de controlo da sociedade e de boa governança já que o reino encontrar-se-ia enfraquecido. No entanto, vale ressaltar que essa contundente crítica é feita referindo-se ao reinado anterior e não ao recém-coroadado que tem como objetivo a correção dos comportamentos, apresentando ao novo rei a possibilidade de consertar aquilo que está defeituoso e modificar os súditos.

A função de Antionor é a de mapear tudo o que pode estar de errado e propor soluções para que haja uma transformação. Como a personagem permanece o tempo todo no mesmo território, ao contrário das outras personagens, tem-se uma visão de um reino que esteve sob a regência de dois homens distintos. Antionor começa como conselheiro de Aganimedes para depois exercer o mesmo posto com Anífrau cujo governo se constrói a partir das visões políticas do rei tebano. Essa relação entre os dois pode ser interpretada analogamente como a função de primeiro-ministro,

---

<sup>172</sup> O termo foi escolhido a partir daqueles utilizados pela autora ao longo do texto.

ainda que não seja chamada enquanto tal. Essa relação entre os dois fez com que os cortesões procurassem enfraquecer a relação deles, revelando os jogos políticos internos de uma corte, até que Antionor não exercesse mais nenhuma influência sob as decisões políticas. Consequentemente, o reino apresenta realidades distintas de acordo com as suas interferências.

Esse enredo apresenta três momentos de Corinto. O primeiro seria de caos no qual o reino estaria a mercê dos interesses políticos daqueles que cercavam Aganimedes. O segundo, já sob a regência de Anifrau, seria um momento de crescimento até atingir a estabilidade apoiado nos conselhos do rei tebano. O terceiro e último representa a decadência, de novo, do reino após o afastamento de Antionor das decisões políticas e o crescimento do jogo político nobiliárquico ocasionando no enfraquecimento da figura do rei. Mais uma vez, tem-se a imbricação entre regente e reino no sentido de que este último se constitui a partir das intenções, da moral e das ações do primeiro. É importante ressaltar que essa narrativa se passa a partir das políticas oficiais e que em pouco revela as aplicações dessas transformações para além das intenções por eles pretendidas.

É esse espaço também, o responsável pela reunião da família tebana. Antionor e Delmeter ao se encontrarem ainda sobre os seus disfarces, sem se reconhecerem, acabam por replicar os sentimentos que tinham um pelo outro antes de serem apartados. Com o objetivo de preservarem as suas virtudes, no entanto, eles mantêm o decoro e controlam as suas emoções até que suas verdadeiras identidades sejam reveladas. Em sequência, Belino se revela Hemirena para Delmeter para, enfim, haver a reunião dos três. Lá, encontram, também, com Arnesto cujo quem reconta as suas aventuras em busca dos tebanos. Corinto, dessa forma, constitui-se enquanto um duplo território. Ele é primeiro um espaço político de disputa estranho o qual, em algum nível, Diófanes transforma enquanto seu lar, exercendo o seu destino enquanto regente ao submetê-lo a sua influência e um segundo -e por causa disso-, o lugar de reencontro onde a família se reúne ao redor do *paterfamilias*. É importante ressaltar que esse reconhecimento das personagens só é possível quando todas se encontram ao redor de Diófanes implicando que este seria o elemento central das personagens. No final, os caminhos de encontros e desencontros tinham como único objetivo o reencontro das três personagens ao mesmo tempo.



Esparta se revela de forma distinta em relação aos outros territórios mostrados até então. Se os primeiros se focaram no poder executivo e nas suas implicações e aplicações, é nesse reino que se manifesta o poder judiciário. Assim, logo que Belino e Delmeter chegam ao reino, o primeiro infringe uma lei a qual desconhecia.

Foram a uns passeios e deliciosos jardins e como ali era estilo perder-se a gente ordinária, que entrava em um deles, e alistar-se para servir nas campanhas, porque a multidão do povo, que a ele concorria, o tinha destruído, e sempre embaraçado, sendo o que estava em melhor situação, e mais abundando de água, Belino que o ignorava, ao sair dele foi preso pelos guardas, que não davam ouvidos a dizerem-lhes, que não sabia aquele costume; ao que só respondiam, que para exemplo, e boa execução da lei não havia caso algum excetuado<sup>173</sup>.

O trecho acima revela a discordância de Teresa Margarida da Silva e Orta com os motivos que levam à prisão de uma pessoa. O que se observa é a arbitrariedade na punição para que sirva interesses que não estão estritamente ligados ao cumprimento das regras. Ainda que Belino tenha infringido uma lei, isso deveria ser perdoado pelo fato de ser estrangeiro e, portanto, de não haver a ciência da legislação local. No entanto, a autora deixa clara que a prisão de pessoas comuns – vale ressaltar aqui a sutil distinção de posição social que faz questão de marcar – tem como objetivo o alistamento dessas pessoas para a formação de um exército real. Assim, da função social depreende-se que tal prática na Esparta de Teresa Margarida da Silva e Orta era muito mais comum a homens do que a mulheres. A “boa execução da lei” revela-se uma desculpa para uma decisão arbitrária e que, apesar de ser uma lei, não se comprova nem justa nem eficiente. Belino como integrante do exército espartano, com os outros soldados dirigiu-se a fronteira com Corinto onde ambos os reinos perfilavam soldados na iminência de uma guerra.

Quando a família real, por fim, encontra-se com Arnesto em Corinto - que também havia saído à procura deles -, inicia-se o relato de suas próprias peripécias. Tendo o seu navio o mesmo fim dos protagonistas dessa história, viu-se preso e perdido numa ilha a qual organizava-se de maneira muito diferente aquelas vistas até então. Se os tebanos haviam circulado por espaços onde

---

<sup>173</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 26.

havia uma organização político-social, o príncipe de Delfos encontrou-se em um ambiente cuja sociedade ainda estava nos primórdios da constituição política. Nesse aspecto, Teresa Margarida da Silva e Orta aproveita esse espaço para sugerir a construção de um bom reino em Argos desde a sua fundamentação o que se opõe a toda a estrutura anterior a qual se baseia na análise, na crítica e na apresentação de soluções e reparos.

O primeiro ponto apresentado é o excesso de ociosidade daquele povo que desconhecia a agricultura e o comércio. Assim, cabe ao estrangeiro o ensino dessas novas técnicas e dessa nova organização social para melhorar a qualidade de vida, em outros termos, a ele foi dada a missão de civilizar essa região. Para isso, não bastava apenas o condicionamento das práticas cotidianas e das paixões, mas também, a constituição de uma centralidade política a fim de manter e controlar essas práticas recém-adquiridas.

O foco, então, delimita-se a combater a ociosidade para que eles aprendam as benesses da razão. Sucede-se que todos desejam a coroação de Arnesto enquanto soberano daquela terra, cargo que ele rejeita por ser estrangeiro. Ali, torna-se clara a defesa pela necessidade de o governo estar sob tutela de um indivíduo pertencente àquela cultura e daquele local. Ele, apesar disso, aceita governar provisoriamente antes que haja a eleição de um rei seguindo todas as competências e exigências necessárias para não ser um tirano.

A primeira resolução é em relação ao estabelecimento de leis para coagir as mentiras e as ações nocivas ao bom funcionamento da sociedade. A segunda recai sobre o comércio para enriquecer o reino. Além disso, cabe-lhe a construção de templos a fim de preservar a virtude dos súditos e a dele própria. A partir desse momento em que o reino já havia se organizado, Arnesto termina o seu governo provisório aprovando a escolha de seu sucessor. Ao deixar encaminhado o futuro do reino, ele pode voltar à sua busca pela família tebana.

É curioso perceber que apesar de a sociedade recriar a circulação desacompanhada de mulheres e ser, de fato, fisicamente perigoso, foram elas quem protagonizaram os maiores deslocamentos e o contato com estratos sociais diversos. Isso é reflexo direto da rigidez das funções masculinas apresentadas em *Aventuras de Diófanos ou máximas da virtude e formosura*,

isto é, a existência deles estava estritamente vinculada a governança independentemente do seu *status* social naquele momento. Sendo a terra uma condição essencial a um rei, ela se revela como um elemento que se posiciona em relação à figura do rei. Reflexo disso é o sonho de Arnesto e a ida ao reino de Plutão onde o deus lhe revela o seu destino enquanto um grande soberano. Consequentemente, eles não poderiam lutar contra os seus destinos e precisariam exercê-los, ao contrário das mulheres cujo destino estava vinculado ao seu corpo e mais precisamente a maternidade.

O conceito de reino se forma, a partir desta análise, vinculado a um determinado compilado de leis o qual agrupa um contingente populacional sob um poder centralizado em um determinado local. Este poder, no entanto, apesar de ser centralizado, não anula a autonomia das suas instituições, mas muito pelo contrário, é dependente dela para o seu bom funcionamento. Tal centralidade é responsável pela conservação da ordem que se mantém pelo bom cumprimento da lei.

A partir do estabelecimento dos lugares e da discussão sobre construção de géneros do capítulo anterior, pode-se começar a pensar as questões políticas apresentadas por Teresa Margarida da Silva e Orta enquanto espaços de disputa simbólicos. É importante recapitular que as interpretações se encontram, todo o tempo, no limiar entre ficção e realidade, ou seja, no limiar entre um universo de expectativas e de exageros e nos acontecimentos e práticas do cotidiano. O universo simbólico que é apresentado é a partir de uma dupla visão professada por Diófanes e Delmeter os quais dissertam sobre os mesmos assuntos, mas sob óticas distintas. Destas análises paralelas, mas complementares, depreende-se as ideias políticas e as utopias da autora.

### **3.3 Um Rei Ideal**

A preocupação ao que concerne a construção de um bom rei sempre foi um tópico caro à teoria política. João Adolfo Hanssen ressalta que o género literário do espelho de príncipe tem como objetivo o ensino de normas e práticas responsáveis por garantir o rei no topo da hierarquia social<sup>174</sup>. Ana Isabel Buescu, por sua vez, destrincha um pouco mais os objetivos do texto e afirma que a partir do século XVI, para além do carácter educacional, visa a sistematização das condutas e dos comportamentos sociais dentro de um processo civilizador e complementa que o seu carácter repetitivo, convencionado e estereotipado ocasionou na sua exclusão do corpo de fontes da representação política<sup>175</sup>. No que diz respeito especificamente à Península Ibérica, a política católica visava a formação de reis bons, fortes e eficazes<sup>176</sup>, além de um saber positivo-técnico-pragmático resultado em “saber comandar e saber obedecer”<sup>177</sup>. Em Portugal, é na dinastia de Avis que se observa o crescimento da escrita de obras deste tipo com, por exemplo, “O tratado das virtudes que ao rei pertencem” (c. 1400) de Vasco Fernandes de Lucena *O leal conselheiro* (1436) de D. Duarte, e inúmeras traduções de tratados estrangeiros<sup>178</sup>. Entende-se, portanto, que

a dimensão normativa dos *specula principis* representa, pois, não a “criação” de uma imagem do príncipe [...], mas uma codificação sistemática de virtudes de cuja eficácia ideológica os propagandistas régios não duvidaram, já que é possível encontrar essa imagem noutros discursos de celebração do príncipe e em cerimônias públicas de importância ritual para a monarquia<sup>179</sup>.

Sendo a primeira metade do século XVIII marcada por uma filosofia moderna, de reflexão pedagógica, com uma antropologia racionalista, do jusnaturalismo contratualista e da autonomização da ética relativamente à teologia<sup>180</sup>, os escritos desta época procuram romper ou defender a tradição aristotélica tomista. Assim, a discussão acerca da natureza do poder real é uma

---

<sup>174</sup> João Adolfo Hanssen, “Educando príncipes no espelho”. *Floema Especial*, vol. 2, n.º 2A. Vitória da Conquista: out 2006, p. 136.

<sup>175</sup> Ana Isabel Buescu, “A ‘pedagogia especular’ em Portugal no século XVI”. In.: *Memórias e poder: ensaios de história cultural (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, p. 72.

<sup>176</sup> João Adolfo Hanssen, “Educando príncipes no...”, p. 133.

<sup>177</sup> Nair de Nazaré Castro Soares, *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1994, p. 200.

<sup>178</sup> Idem, *Ibidem*, p. 185.

<sup>179</sup> Ana Isabel Buescu, *Op. Cit.*, p. 79.

<sup>180</sup> António Brás Teixeira, “A filosofia jurídica”. In.: Pedro Calafate (dir.), *História do pensamento filosófico português: as luzes*, vol. 3. Lisboa: Editorial Caminho, 2001, p. 67.

daquelas que mais encontram eco nas obras do período. Podendo ter início de três formas: diretamente de Deus, pelo Papa ou pela eleição da comunidade<sup>181</sup>, a primeira e a segunda são resquícios da tradição medieval enquanto a terceira já se apresenta dentro dos novos quadros de pensamento moderno.

Seguindo a tradição tomista, todas as entidades dotadas de fim próprio têm nelas mesmas, as faculdades necessárias para o atingir, sendo assim, se a sociedade tem como fim próprio o bem comum, o poder temporal seria a faculdade necessária para o atingir<sup>182</sup>. Se o poder do rei vinha da comunidade e Deus é o autor da natureza humana, Ele seria, analogamente, a fonte da autoridade real<sup>183</sup>, já que, segundo Matias Aires, “Deus é a origem do poder dos reis, estes são independentes da fortuna; porque o poder supremo só Deus que o dá, o tira”<sup>184</sup>. Ainda sobre tal matéria, Ribeiro Sanches concorda com esta visão ao fazer uma interpretação nos mesmos padrões sobre o Milagre de Ourique, afirmando que:

os seus Soberanos não conhecem superior, mais do que a Divindade suprema, que invocaram no acto do juramento de fidelidade, que lhe prometiam os seus povos, prometendo tácita ou declaradamente, de governá-los de tal modo que fossem mais felizes do que antes eram.

Daqui provém o sagrado do Estado, porque foi formado com invocação do Altíssimo como testemunha e como caução dos juramentos recíprocos<sup>185</sup>.

Teresa Margarida da Silva e Orta, por sua vez, não discute a natureza do poder dos reis de forma clara na sua origem, mas defende as bases da monarquia como a hereditariedade e a continuidade da linhagem. A passagem de Arnesto em Delfos é a que se revela mais rica para a compreensão da opinião da autora em relação a esse assunto. Na construção deste novo reino que ainda se configurava de forma primitiva, Teresa Margarida não faz uma descrição a partir de uma conquista das armas, mas muito pelo contrário, a conquista de Arnesto é feita pelo uso da razão. A sua eleição enquanto rei, desta forma, não se impõe pelo uso da força, mas pelo bom exercício da civilidade. Assim, a partir da eleição da comunidade e evocando as divindades como

---

<sup>181</sup>Pedro Calafate. “A filosofia política”. In.: Pedro Calafate (dir.), *História do pensamento filosófico português: as luzes*, vol. 3. Lisboa: Editorial Caminho, 2001, p. 46.

<sup>182</sup>Idem, *Ibidem*, p. 47.

<sup>183</sup>Pedro Calafate. “António Nunes Ribeiro Sanches: um intelectual entre Portugal e a Rússia do século XVIII”. In.: José Luís Brandão da Luz (dir.), *Estudos em homenagem ao professor José Enes*. Lisboa: Colibri, 2006, p. 534.

<sup>184</sup>Matias Aires, *Sobre a vaidade...*, p. 240.

<sup>185</sup>António Ribeiro Sanches, *Cartas sobre a educação da mocidade*. Corviã: Universidade da Beira Interior, 2006. p. 6.

testemunhas daquele pacto social, ele é coroado rei. Ainda que haja a escolha do mais capaz entre os candidatos para ocupar o trono, é fundamental o papel que a religião ocupa neste cerimonial, uma vez que, “porque entre os mortais não há autoridade tão grande, que não tenha sobre si os Deuses imortais”<sup>186</sup>.

Como Teresa Margarida da Silva e Orta, nem Ribeiro Sanches nem Matias Aires suscitam uma defesa do republicanismo ou ainda, um questionamento das bases religiosas da monarquia. Defensores de projetos educacionais e, porque não, políticos que pregam uma autonomia em relação à influência eclesiástica, eles não questionam as fundações da natureza do poder, configurando uma continuidade quase que total do pensamento tomista. Pedro Calafate defende que dentro desse cenário, Ribeiro Sanches traz o regalismo e defende a submissão da Igreja ao Estado<sup>187</sup>.

Antionor ao encontrar com Delmeter inicia uma série de reflexões acerca das qualidades de um rei, o que até então, ele apenas havia feito em relação ao reino e ao povo. O discurso inicia com a exaltação da vida campestre em relação à citadina, característica principal do arcadismo, ressaltando como transformou aquele pequeno grupo que outrora era preguiçoso e ignorante da agricultura, em bons trabalhadores e súditos. A sua fama, alastrada pelo reino, fez com que o rei Anfiarau desejasse estar em sua presença, tal como o pai deste havia ao seu filho recomendado o fazer. Uma vez em presença do rei, desenrola-se, em forma de diálogo, que procura justificar na história não só a monarquia, como também, a legitimidade real.

Corinto enquanto o representante dos reinos que devem ser corrigidos, tem sua crítica iniciada a partir da figura do rei cuja qual Antionor se ocupa em moldar. É a partir desse ponto que se conhecem todas as qualidades que um rei teria que ter, além das funções que lhe competiam. Assim, proclama que “os Deuses vos não fizeram Rei com outro fim mais, que para serdes pai deste povo”<sup>188</sup>, ou seja, que o reino é visto como a extensão da família real tal como o rei deve exercer a mesma autoridade do pai na família. Consequentemente, as atribuições de função e de moral se encontram muito próximas sendo que a pessoa que encarna a figura do rei não tem como

---

<sup>186</sup>Teresa Margarida da Silva e Orta, *Op. Cit.* p. 44.

<sup>187</sup>Pedro Calafate, “António Nunes Ribeiro Sanches...”, p. 230.

<sup>188</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Aventuras de...*, p. 41

negá-la. Esse desdobramento da família na república se manifesta pela inclinação natural do indivíduo para a sociabilidade da família, estendendo-a em formas mais vastas e complexas<sup>189</sup>. Tal lógica de união entre a filosofia política peripatética com a teologia cristã da Idade Média perdurará até a Idade Moderna, constituindo, conseqüentemente, enquanto a base do pensamento político. No entanto, essa associação não era feita de forma arbitrária. Os teóricos modernos buscavam delimitar precisamente a separação entre pai e príncipe a partir de

uma dupla exclusão da acção do governo público: não lhe competiam, de facto, nem os problemas da produção e da riqueza, também excluídos da esfera da *oikia*, nem a gestão ou administração de uma ampla série de bens e atividades que pertenciam ao domínio directo do pai de família<sup>190</sup>.

Para Daniela Frigo, se a autoridade do pai de família vinha da tradição da *potestas* medieval, e a autoridade do rei da *iurisdictio*, a combinação de ambas gerava uma contradição a qual era exacerbada toda vez em que o poder do príncipe extrapolava os limites da justiça e residia na autoridade paterna<sup>191</sup>. Assim, a analogia entre rei e pai era um lugar-comum durante o período moderno, posto que “os Deuses vos não fizeram Rei com outro fim mais, que para serdes pai deste povo”<sup>192</sup>. Maria Paula Marçal Lourenço, por sua vez, relembra que essa aproximação residia na formulação da *potestas publica* a qual se fundamentava na autoridade paterna e na Casa como núcleo familiar. É desse carácter paternalista que se define a acção do regente no qual, as restrições ético-morais se transformam em premissas teóricas de limitação do poder real<sup>193</sup>. Se a autoridade real se manifestava do ponto de vista simbólico por tal relação, do ponto de vista jurídico, como argui Rubem Barbosa Filho, era o conceito de propriedade (*dominium*) que caracteriza o seu poder<sup>194</sup>, assim, era inseparável o monarca de sua terra.

A discussão que se sucede a esta na obra é a distinção entre um rei e um tirano. Teresa Margarida da Silva e Orta se mostra muito preocupada em fazer essa diferenciação entre esses dois

---

<sup>189</sup> Daniela Frigo, “‘Disciplina Rei Familiariae’: a Economia como modelo administrativo de Ancien Régime”. *Penélope: Revista de história e ciências sociais*, n.º 6. Lisboa: 1991, p. 49.

<sup>190</sup> Idem, *Ibidem*, p. 50.

<sup>191</sup> Idem, *Ibidem*, p. 52 ss.

<sup>192</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 41.

<sup>193</sup> Maria Paula Marçal Lourenço, “Estado e poderes” In: José Serrão, A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal: da paz da restauração ao ouro do Brasil*. Vol VII. Lisboa: Editorial Presença, 2001, pp. 20-21.

<sup>194</sup> Rubem Barboza Filho, *Op. Cit.* p. 263.

tipos de governantes ao afirmar que a autoridade do tirano advinha das armas e que, portanto, só poderia de ser mantida pela violência. Opondo-se a essa dominação, o rei, por sua vez, conquistaria os seus domínios pela justiça e, por conseguinte, o bom exercício da razão seria o responsável pela manutenção do território. De onde a autora sintetiza de forma maniqueísta que o tirano seria um mau governador, enquanto o rei seria um bom governador, posto que “o tirano põe o seu direito nas armas para fazer crueldades, e senhorear o alheio, e o Rei justo na Lei para castigar só os delinquentes, conservar-se, e pedir o que se lhe deve”<sup>195</sup>.

O conceito do bem comum se revela primordial à teoria política moderna. Ele, por sua vez, constrói-se a partir do sistema ético da época e cujo qual adquire diferentes manifestações a depender do teórico analisado. Sendo fortemente influenciado pelo aristotelismo tomista e a estética do barroco, responsável por excluir as ideias de Galileu, Bacon, Descartes, Gassendo, Newton e Locke<sup>196</sup>, Portugal tenta romper com o predomínio da filosofia jesuíta, a qual só será derrota após a expulsão deles em 1759 durante o reinado de D. José I. Assim, as ideias progressistas que aparecem seja em Ribeiro Sanches, seja em Teodoro de Almeida ou em Luis Verney, principalmente no que tange à educação começam a se desenhar enquanto um projeto político. Teresa Margarida da Silva e Orta em sua teoria política constrói a ideia de bem comum de forma didática e direta, transformando-o em uma espécie de continuação das virtudes do rei. Dessa forma, a distinção entre as funções do rei e as qualidades do reino é inexistente. Posto isso, pode-se afirmar que, para a autora, o rei era uma personificação do reino, uma vez que, esse não existia em sua individualidade, mas apenas em sua função política. O rei deveria ser e viver para a República.

Em *Aventuras de Diófanos ou máximas da virtude e da formosura* isso se manifesta tanto pelas máximas de Antionor quanto pelas trajetórias dele e de Arnesto. É inegável que apesar de suas fortunas terem mudado ao longo da narrativa, o seu destino, ou o seu chamado, continuava sendo a boa governação. A Arnesto é, por meio de um sonho, que conheceria o seu destino de ser rei e que, portanto, não deveria se entregar ao “descanso e ao regalo, por não arriscarem o bom terno, e real reputação, porque esta não tem minuto de tempo, que não seja obrigada aos pesados

---

<sup>195</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 49.

<sup>196</sup> Pedro Calafate (org.), *Portugal como problema: séculos XVII e XVIII-Da obscuridade profética à Evidência Geométrica*, vol. 2. Lisboa: Público, 2006, p. 154.



encargos do ofício”<sup>197</sup>. Antionor, por sua vez, não era a ideia do rei que viria-a-ser, mas daquele que já exercera as suas utilidades e que, em consequência destas, tinha aprendido por experiência as predicções para exercer a regência da melhor forma. Assim, se Arnesto deveria se construir enquanto rei a fim de atingir o bem comum, Antionor deveria assegurá-lo pelo exercício de sua razão.

As virtudes de um bom rei são listadas ao longo de toda a narrativa sendo retomadas em diversas passagens de modo repetitivo, em muitas vezes. O rei ideal deveria ser, segundo a tradição neotimista, virtuoso. Isto se manifesta no episódio de Arnesto em Nécsio onde não havendo qualquer forma de governo, deveria ser construído um a partir de seu começo. Assim, não havendo a possibilidade da hereditariedade do trono, era necessário estabelecer as qualidades necessárias para a eleição do primeiro monarca. Para Teresa Margarida da Silva e Orta, o indivíduo deveria ser proveniente da região e ter um

espírito ilustre, que não sustente o orgulho da soberba, que despreze os iracundos; não alimente as chamas do amor nocivo, que aborreça a vingança; que tema aos Deuses, e seja capaz de sustentar a justiça, e amar a clemência, aconselhando pela indústria, que costuma emendar, desprezando os erros, e louvando os acertos<sup>198</sup>.

Ou seja, um homem que seja humilde, tranquilo, cauto, prudente, temente a Deus, justo, clemente, bom administrador e generoso. A prudência seria fruto da moderação e da sabedoria. Sucessivamente, um rei se definiria por suas “ações generosas, nas empresas de glória, em honrarem as gentes, no desejo de mostrarem o poder, em amarem a justiça, ampararem os pobres, e serem exemplo de virtudes”<sup>199</sup> e não pelo seu discurso. Assim, “os melhores Reis não são os que melhor discorrem, mas sim os que trazem no coração escrita a Lei, sendo as suas obras a melhor prática da mesma Lei”<sup>200</sup>.

Um rei justo seria reflexo do equilíbrio da concessão da clemência, ou seja, não deveria concedê-la em demasia, tampouco privar os súditos de seu perdão. Seria, também, fruto da escolha de bons homens que o representariam no cumprimento das leis e que, portanto, deveria “escolher

---

<sup>197</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 74.

<sup>198</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 82.

<sup>199</sup> Idem, *Ibidem*, p. 33.

<sup>200</sup> Idem, *Ibidem*, p. 41.

os que tenham verdadeira ideia de governo, que sejam sábios, e bem morigerados, porque tendes neles instrumentos hábeis para efetuarem os vossos desígnios”<sup>201</sup>. É importante ressaltar que dentro da sociedade moderna hierarquizada, o rei ocupa o posto mais importante, tornando-o responsável pela manutenção da ordem. Esta, como já foi dita, constitui-se como condição a legitimidade do rei, posto que, ela é o sustentáculo do bem comum.

A benevolência, do ponto de vista da moral moderna portuguesa, seria a base da relação estabelecida entre súdito e soberano, uma vez que, é ela que garante a autoridade e legitimidade real. O amor se estabelece como uma conquista não pela imposição da força, mas pela disponibilidade do regente em ouvir as considerações do seu povo. Segundo Pedro Calafate, a análise desses laços de amor e amizade podem ser compreendidos como a cristianização do conceito pagão de *philia*<sup>202</sup>. Ideais como fidelidade, confiança, partilha material, liberdade, memória e gratidão fundamentais à amizade aristotélica, estoica e ciceroniana se fundem sob um único conceito: o da benevolência. Esta, configurando-se enquanto um dos pilares da relação política da sociedade setecentista extrapola para a relação entre rei e vassalo, posto que “o príncipe buscava o bem para o seu reino, pelo qual tanto afecto devia nutrir, o reino, por sua vez, devia amar o monarca, exteriorizando esse afecto através da prestação de bons serviços”<sup>203</sup>. Pedro Cardim, por sua vez, reforça que

ao ligar as pessoas umas as outras segundo princípios afectivos, o amor engendrava um compromisso moral que envolvia rigorosas obrigações e deveres, e de tal compromisso brotava, sobretudo, confiança, um elemento indispensável para a coesão de qualquer sistema comunitário<sup>204</sup>.

Para além disso, trazendo a moral católica para o âmbito da administração política, manifesta-se por meio da caridade e, principalmente das mercês, fundamental à manutenção da ordem, pois “a perpétua estabilidade de um Reino só costuma conservar a reta distributiva de prêmios”<sup>205</sup>. Estas, dentro da perspectiva de António Manuel Hespanha, se configura enquanto um

---

<sup>201</sup> Idem, *Ibidem*, p. 41.

<sup>202</sup> Pedro Calafate, “Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII”. *Lusitania Sacra*, 2ª série, nº. 11. Lisboa: 1999, p. 26.

<sup>203</sup> Idem, *Ibidem*, p. 56.

<sup>204</sup> Pedro Cardim, *O poder dos...*, p. 32.

<sup>205</sup> Pedro Calafate, *Op. Cit.*, p. 40.

sistema econômico o qual resulta na distribuição dos bens da Coroa, mas também, do ponto de vista simbólico, por meio da distribuição de títulos e de perdões<sup>206</sup>. Teresa Margarida da Silva e Orta enlaça essa virtude uma segunda: a prudência.

Esta, por sua vez, seria o limite da ação real, do ponto de vista moral, ou seja, atuaria sempre em companhia das outras virtudes, a fim de contra balanceá-las para o equilíbrio, para que o regente nunca se excedesse ou faltasse para com as suas obrigações. Ainda sobre as virtudes, a autora defende o controlo do corpo e da sexualidade do rei, uma vez que, todos os seus comportamentos e hábitos serviriam de exemplos para os seus seguidores. Para isso, deve-se manter casto e quando não o for possível, deveria se manter cauto em relação à prática sexual.

O controlo em relação à sexualidade da família real tem um viés prático o qual extrapola o controlo e a moral cristãs. O sistema monárquico sendo baseado na continuidade e, portanto, na hereditariedade, era dependente da procriação entre o rei e a rainha, devendo esta ser a função principal do casal real como já foi apontado anteriormente. A fim de garantir a continuação do sangue, era imprescindível que a criança real fosse filho tanto do rei quanto da rainha. No entanto, o que se observa na prática era uma permissividade maior em relação às amantes do rei em relação ao comportamento sexual da consorte cabendo-lhe o maior controle da sua sexualidade. Assim, a amante do rei poderia gozar de certa influência na corte e nas decisões políticas do rei, principalmente na corte francesa, tendo mais poder do que a própria rainha enquanto o amante da rainha não partilhava das mesmas regalias.

A construção da memória coletiva seria uma das inúmeras funções reais. Considerando que a tendência da sociedade é relembrar apenas os fatos curiosos e as anedotas históricas, ao rei cabe ajuizar o pensamento dos seus súditos para que os seus feitos heroicos sejam enaltecidos. Dessa forma, o maior peso reside nas ações e não nas palavras, uma vez que elas “assustam, e as obras anima, pois é o bom exemplo o que melhor excita o exercício das virtudes, mais severamente repreende os vícios, o que com inteireza só pode fazer quem não dá causa aos reparos”<sup>207</sup>.

---

<sup>206</sup>António Manuel Hespanha, “As outras razões da política: a economia da ‘graça’”. In.: António Manuel Hespanha, *A política perdida*. Curitiba: Editora Juruá, 2010, pp. 85-109.

<sup>207</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 59.

Os administradores, seguindo tais preceitos, devem ser escolhidos a partir das qualidades e competências dos indivíduos e não segundo a lógica do privilégio. Caberia ao rei, portanto, a escolha dos “que tenham verdadeira ideia de governo, que sejam sábios, e bem morigerados”<sup>208</sup>, porque eles seriam as ferramentas de execução da administração real. A delegação do poder, consequentemente, deveria ser feita da melhor forma possível, posto que, não estaria dissociada da figura do rei e assim, esse deveria fornecer não só o bom exemplo comportamental, como também se responsabilizar pelos erros cometidos por seus representantes. Em síntese, o rei deveria conservar a “prudência, paz, justiça e alegria”<sup>209</sup>.

A paz deveria ser sempre uma busca, posto que, ela era fundamental para a boa gerência dos assuntos internos. Assim, Teresa Margarida da Silva e Orta defende a existência de um poder que governe as gentes, “porque não há superior, não há lei, sem esta não há justiça; se não há justiça, não há paz; e onde não há paz, tudo é guerra, e desordem”<sup>210</sup>. As máximas sobre guerra, portanto, sempre visam a defesa da manutenção da paz e dos acordos sendo poucas vezes evocada enquanto solução para os problemas. A autora defende que a natureza do rei, por exemplo, não é apenas de “defender os seus domínios com a lança, mas também para governar os seus vassalos com prudência”<sup>211</sup>, e que este não foi feito “só para ir à guerra, como também para resistir na República”<sup>212</sup>. Sendo a paz o objetivo, “o melhor Rei não cuida em adquirir tesouros, mas sim em assistir aos seus vassalos, tomando as armas só contra príncipes soberbos”<sup>213</sup>, já que ele teria a “obrigação de não buscar os perigos, quando o não querer o Real decoro, e a utilidade pública”<sup>214</sup>.

A guerra, consequentemente, só deveria ser a escolha em último caso. Assim se apresenta a briga entre Ibério e Anfiarau na qual Arnesto se junta ao príncipe a fim de defenderem a memória da família tebana. Para isso, era fundamental a construção de um exército que se estabeleceria a partir do recrutamento dos melhores homens e não enquanto alternativa às punições legais, crítica que é feita de maneira direta no episódio da prisão de Belino. É necessário que “por mar, e por

---

<sup>208</sup> Idem, *Ibidem*, p. 41.

<sup>209</sup> Idem, *Ibidem*, p. 43.

<sup>210</sup> Idem, *Ibidem*, p. 69.

<sup>211</sup> Idem, *Ibidem*, p. 41.

<sup>212</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 41-42

<sup>213</sup> Idem, *Ibidem*, p. 44.

<sup>214</sup> Idem, *Ibidem*, p. 59.

terra é preciso que se tema o vosso [do rei] poder”<sup>215</sup> e para isso cabe ao rei animar os seus soldados seja pelo exemplo no campo de batalha não devendo “escusarem-se ao trabalho das campanhas, porque não sendo razão, que se ponha em dúvida a valentia do que manda”<sup>216</sup>. Para a garantia da ordem, os soldados desempenham uma função vital devendo estes estarem “contentes, porque estes são as melhores muralhas das Cidades: fazem a grandeza do Rei, conservam-lhe o respeito, defendem-lhe os domínios, resguardam-lhe os povos, seguram-lhe a coroa, castigam-lhe inimigos, e estão para dar por ela a vida”<sup>217</sup>. Da pessoa do rei, ainda que mais se deva “conservar a honra, que resguardar a vida”<sup>218</sup>, é necessário a formação de uma “Guarda Real, que é precisa distinção dos soberanos, pois se deve compor dos melhores, a quem a nobreza faz fidedignos, não haveriam temerários, que usassem profanar o sagrado de vossos jardins”<sup>219</sup>. A forma de atingir esses objetivos, por sua vez, seria pelo pagamento de ordenados justos e convidativos a fim de evitar desertores e insatisfações que seriam nocivas à ordem da sociedade.

É notável, por fim, a intenção de Teresa Margarida da Silva e Orta de construir o modelo perfeito de rei, muito mais do que corrigir um determinado aspecto de um regente. Isto é devido à concepção de que o poder seria uma manifestação da natureza da pessoa real cuja obrigação era cumprir o seu papel, sem pensar “em deixar o governo, [e] sim em ser grato aos Deuses”<sup>220</sup>. No que respeita às virtudes do rei ele deveria apresentar as seguintes: “dócil, compassivo, magnânimo, e entendido”<sup>221</sup>, prudente e modesto, cabendo aos súditos “a eleição”<sup>222</sup> de um sujeito de espírito ilustre, que não sustente o orgulho da soberba, que despreze os iracundos; não alimente as chamas do amor nocivo, que aborreça a vingança; que tema os Deuses, e seja capaz de sustentar a justiça, e amar a clemência, aconselhando pela indústria, que costuma emendar, desprezando os erros, e louvando os acertos”<sup>223</sup>. Ressalva-se aqui que o rei deve ser natural da terra e não um estrangeiro,

---

<sup>215</sup> Idem, *Ibidem*, p. 44.

<sup>216</sup> Idem, *Ibidem*, p. 59.

<sup>217</sup> Idem, *Ibidem*, p. 99.

<sup>218</sup> Idem, *Ibidem*, p. 35

<sup>219</sup> Idem, *Ibidem*, p. 46.

<sup>220</sup> Teresa Margarida Da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 98.

<sup>221</sup> Idem, *Ibidem*, p. 46

<sup>222</sup> Ainda que algumas correntes venham a defender a eleição de um rei a partir das famílias nobres a partir da segunda metade do século XVIII retomando o modelo de Atenas clássica, não se encontra, ao longo do texto, provas de que Teresa Margarida da Silva e Orta partilharia destas ideias, muito pelo contrário, a autora revela-se uma defensora da hierarquia e da hereditariedade.

<sup>223</sup> Teresa Margarida Da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 82

“porque são grandes, e algumas vezes irreparáveis os danos que se seguem”<sup>224</sup>, no entanto, Teresa Margarida da Silva e Orta não apresenta maiores detalhes sobre essa sua posição. Referindo-se às atribuições do rei, ela destaca que, o regente “vendo o muito que tem, e quanto deve dar às obrigações de seu ofício, tendo o maior prazer em socorrer a pobreza, fazer amar as virtudes, e conhecer os homens astutos, e avaros, que o rodeiam”<sup>225</sup>; e, ainda, ele deveria “amparar, castigar, favorecer, sustentar, defender, aumentar e dar exemplo”<sup>226</sup>.

Maria Paula Marçal Lourenço reforça que “a concessão de mercês e dos cargos superiores, a remuneração de serviços, a decisão final em contendas especiais, a política tributária, as relações externas e a guerra”<sup>227</sup>, estariam, também, sob a tutela real, temas que aparecem com centralidade tanto nas análises feitas por Diófanos quanto na construção do reino proposto por Arnesto. Já no que diz respeito aos defeitos de um rei, destaca “ser demasiadamente crédulo, e inconstante; o que produzia inclinações, e aversões pueris”<sup>228</sup>. Tem-se, assim, o modelo ideal a ser seguido por um bom monarca.

### 3.4 Uma Rainha Ideal

A literatura da época pouco se debruça sobre o poder exercido tanto pelas rainhas quanto pelas princesas. Se tratando de uma sociedade patriarcal, a influência feminina era, muitas vezes, mal vista nos assuntos considerados masculinos podendo comprometer a imagem do reino e da própria monarquia. Uma rainha, para fazer valer a sua autoridade, teria de provar sua competência não só política, mas, principalmente moral levando-as muitas vezes ao celibato. À historiografia, portanto, coube o papel de construir esta teoria política a qual foi relegada pelos filósofos monárquicos. Em *Aventuras de Diófanos ou máximas da virtude e formosura* não seria diferente. Ainda que a obra esteja repleta de figuras femininas, as máximas comportamentais, em sua esmagadora maioria, destinam-se às virtudes do rei sendo poucas aquelas que dizem respeito à

---

<sup>224</sup> Idem, *Ibidem*, p. 84.

<sup>225</sup> Idem, *Ibidem*, p. 43.

<sup>226</sup> Idem, *Ibidem*, p. 80.

<sup>227</sup> Maria Paula Marçal Lourenço, *Op. Cit.* p. 29.

<sup>228</sup> Esta passagem pode ser interpretada como uma crítica direta a D. João V, uma vez que ela continua com: “que lhe deslustravam talento; erros, que havia introduzido em seu ânimo, os que com atrevimento iam à sua presença cheios de vícios; e ainda que aqueles povos se consideravam naquela ditosa era de ouro”. In.: Teresa Margarida Da Silva e Orta. *Op. Cit.*, p. 46.

figura de rainha. Algumas reforçam expectativas comportamentais femininas teoricamente universais, outras procuram reforçar a necessidade de uma boa educação, e muitas exaltam a maternidade como uma função inerente da mulher, mas fundamental à rainha. De modo geral, pouco se fala sobre as atribuições políticas da rainha reforçando a sua importância no panorama da monarquia em seu aspecto simbólico.

No que diz respeito ao poder exercido pelas mulheres na obra, o que se tem, ao contrário de figuras masculinas de reis, é a predominância das princesas sendo Climineia a única rainha mencionada ao longo da narrativa. Coloca-se, então, que se o rei existia a partir da replicação da sua função paternalista por meio do *pater familias*, a rainha também deveria exaltar o seu caráter maternal exercendo o papel de mãe de seus súditos. Assim, de modo geral, caber-lhe-ia alimentar, cuidar e zelar pelo seu povo do mesmo modo que seu comportamento deveria ser exemplar para as outras mulheres. Se aos reis era recomendado o controlo da sexualidade, às rainhas era fundamental, recriando nelas o mito da Virgem Maria. Assim como esta havia carregado o filho de Deus em seu ventre, as rainhas carregariam o futuro de sua linhagem e assegurariam a hereditariedade de seus maridos. Climineia neste panorama, coloca-se enquanto mãe e educadora sem explicitar as suas obrigações para com a sociedade e a ela é lembrada que se “conserva sem desmaios as sólidas doutrinas da tua educação, o exercício das virtudes, e a lembrança da distinção, com que nasceste, para sempre serem nobres as tuas ações, teme os Deuses, ama constante o decoro, despreza o ócio, e serve o teu destino”<sup>229</sup>.

Destas recomendações, destaca-se a necessidade do decoro e da resiliência, uma vez que, tal como os reis, ela não poderia negar o seu papel na sociedade. Ainda que a posição feminina seja quase sempre de submissão e de reforço das estruturas de poder, Beraniza aparece enquanto a representação de uma boa soberana. É preciso salientar que para a autora não haveria diferença entre os géneros para exercer a função de soberania, posto que “o tempo, casos e acasos costuma repartir os domínios”<sup>230</sup>.

---

<sup>229</sup> Idem, *Ibidem*, p. 4.

<sup>230</sup> Teresa Margarida Da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 60.

Ainda que Teresa Margarida da Silva e Orta priorize a construção desse rei ideal e que coloque tanto Arnesto quanto Diófanes para teorizar sobre tal função, é na figura da princesa tebana que se vê a realização desses ideais. Enquanto os reis que aparecem ao longo das aventuras das personagens principais são sempre apresentados como reis viciados cujos comportamentos devam ser corrigidos, as figuras femininas de poder são colocadas sempre como exemplos a serem seguidos não só pelas suas qualidades enquanto mulheres, mas principalmente pelo exercício de suas atividades na esfera pública. Enquanto Climineia é a rainha sem-terra, Beraniza é o ideal monárquico a ser copiado de modo que esta também vocaliza máximas sobre o governo. A verbalização delas pela voz de Hemirena indica que esta foi instruída para a sua função a partir da observação e do bom exemplo dado por Beraniza, reforçando, como já foi dito anteriormente, a ideia de que uma boa rainha era aquela que sabia exercer o seu papel. Assim, se Diófanes era um bom rei pelo seu saber técnico, Beraniza era uma boa rainha pelo bom cumprimento de sua posição social. Em relação ao título nobiliárquico, Teresa Margarida da Silva e Orta, coloca-o de forma contraditória. Apesar de salientar por diversas vezes que seria uma das princesas atenienses e irmã de Ibério filho do rei de Atenas, quando Hemirena reconta o período em que passou nesses domínios, atribui-lhe funções que não condizem com o status de princesa. Assim, a princesa tebana afirma “que nos negócios políticos daquele Reino [Atenas], e dos estranhos não determinavam coisa alguma, sem que o seu parecer aliançasse os acertos”<sup>231</sup>. Isto era consequência, principalmente, do ânimo varonil e do domínio da reta razão elementos os quais, quando combinados poderiam resultar em uma maior concentração de poder ao redor dela. Neste caso, Beraniza não só era reconhecida pela sua razão, mas também, pelo seu recato, permanecendo solteira e sendo mais prudente do que seu irmão e sucessor ao trono, Ibério.

É do núcleo ateniense, também, que se pode compreender em maior detalhe o funcionamento da Casa da rainha. Desta forma, observa-se que esses espaços de poder se desdobravam física e emocionalmente, organizando-se a partir de relações de parentela, fidelidade doméstica de parentes, criados e servidores<sup>232</sup> e, principalmente, da amizade que rege todas as interações entre as duas princesas. Poucas são as referências sobre os domínios delas e sobre os

---

<sup>231</sup> Idem, *Ibidem*, p. 53.

<sup>232</sup> Ana Cristina Duarte Pereira. *Princesas e infantas de Portugal (1640-1736): estatuto, honra e poder*. Lisboa: Edições Colibri, 2005, pp. 16-17.



seus bens, mas Beraniza deixa para Hemirena, após a sua morte, as suas joias fazendo uma sútil indicação ao testamento e a distribuição de alguns bens. Argeneia, por sua vez, também princesa ateniense, mas mais nova, ao contrário da irmã, demonstrava interesse por música e pela caça. Esta, por sua vez, era uma prática comum na Corte portuguesa<sup>233</sup>, sendo referida em *Aventuras de Diófanês ou máximas da virtude e formosura* por duas vezes.

A questão da formosura já trabalhada anteriormente no aspecto de uma virtude feminina desejada, agora será analisada a partir do ponto de vista político. Segundo Maria de los Ángeles Semper, a rainha era responsável por incorporar, mais do que o rei, a parte simbólica da monarquia, reforçando o pacto entre súditos e soberanos por meio da sedução<sup>234</sup>. Tanto Hemirena quanto Climineia têm a beleza e a formosura exaltadas e utilizadas como instrumentos políticos, no sentido em que eles se revelam como instrumentos de distinção das outras mulheres. Sendo a beleza e a formosura as principais características da rainha no seu polo feminino<sup>235</sup>, a sua obrigação de seduzir e encantar os súditos a fim de que se renovem os votos de fidelidade e obediência à própria monarquia são encontrados na figura de Hemirena. Ao ser descrita como dona de uma beleza singular e ao suscitar uma série de paixões ao longo de toda a aventura, a personagem manifesta o seu destino enquanto futura rainha garantindo a manutenção da própria instituição monárquica. A sedução, deste ponto de vista, apresenta-se como uma das manifestações de autoridade do seu próprio poder, posto que ela se coloca tanto nas relações simbólicas com os súditos como na própria relação dela com a corte.

De modo geral, as princesas e rainhas são apresentadas de forma virtuosa e com qualidades masculinas tendo como principal função a preservação de seus estados por meio da modéstia e da educação. Hemirena ressalta ainda que se deve trocar o próprio sossego em função do sossego público frisando o compromisso que toda a família real compartilha em relação ao povo que governa. Assim, o casal real sem trono se torna refém do acaso, uma vez que, não há sentido em habitar e submeter-se a outros domínios.

---

<sup>233</sup> Teresa Margarida Da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 59.

<sup>234</sup> Maria de los Ángeles Perez Smper, *Op. Cit.*, p. 296ss

<sup>235</sup> Idem, *Ibidem*, p. 298.

### 3.4 Um Reino Ideal

Teresa Margarida da Silva e Orta teoriza um bom reino enquanto um espaço no qual floresciam os bons costumes pelo amor, e humildade, com que se obedecia ao Rei; a concórdia, com que viviam os vassalos; a opulência, para que concorria o comércio; e a mais forte coluna de fidelidade em cada soldado contente<sup>236</sup>. E adiciona, “a inteireza, com que se administrava justiça, e a brevidade, com que esta evitava as desordens”<sup>237</sup>. Em síntese, a justiça era a chave para a manutenção da ordem, ou em outros termos, o bom governo era tomado por estabilidade político-econômica. É visando este objetivo que as máximas são verbalizadas ao longo de toda a obra. Para o seu bom funcionamento é urgente que todas as partes de sua constituição funcionassem da melhor maneira possível obedecendo à sua função teleológica. Para Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, a sociedade se constitui a partir da ideia corporativista da sociedade cuja qual se baseia na tradição medieval de ordem universal. Esta por sua vez, só pode ser atingida a partir das instituições que, devido às suas funções distintas, garantem a harmonia de todo o sistema. É essa lógica também, que garante a autonomia dos corpos e a unidade régia<sup>238</sup>. De maneira geral, esse é o arcabouço teórico-filosófico que se consolida e cristaliza ao longo do Antigo Regime português.

O reino, por conseguinte, era compreendido enquanto um espaço territorial, mas também político o qual deveria ser regido por regras consoantes às leis fundamentais. Assim, toda a estrutura e todos os corpos estavam submetidos a esta instância maior a qual não poderia ser superada. O rei, ainda que representasse o máximo de um poder secular possível, não suplantaria as Escrituras. A concepção de poder real que se desenha ao redor da obra é muito clara: o poder

---

<sup>236</sup> Idem, *Ibidem*, p. 84.

<sup>237</sup> Idem, *Ibidem*, p. 84

<sup>238</sup> Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, “A representação da sociedade e o poder” In.: José Mattoso, *História de Portugal. Vol -----, O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, pp. 122-125.

do rei é absoluto e inquestionável, tendo a sua autoridade legitimada pela vontade divina. Esta vontade divina exercia uma influência antagónica, pois se é ela que garante o exercício do poder do regente na Terra, é ela também que limita esse poder. Assim, ele estava subjugado ao direito divino sendo fundamental ser um homem crente e temente a Deus, posto que: “os Céus [...], que sempre são providos, criam aos Príncipes com alta capacidade para reinarem”<sup>239</sup>.

Essa premissa totalitária do poder que se traduzia pela *potestas extraordinaria*, no entanto, estava subjugada aos preceitos das leis fundamentais, sendo utilizado dentro de uma série de determinações. Segundo António Manuel Hespanha, ela estava submetida a regras bem delimitadas pelos interesses fundamentais (bem comum), a boa fé, a equidade e a razão, além de explicitar que estava utilizando este poder<sup>240</sup>. Curiosamente, se uma deidade era responsável por justificar o seu poder, por outro, o rei não estava livre das suas obrigações para com os súditos. Assim, não é de estranhar a importância que a autora dedica para a relação súdito e soberano fazendo questão de retomar todos os argumentos referentes à questão maquiavélica da natureza da autoridade do rei.

Para a autora, é fundamental que a relação entre os dois se construa a partir das bases do amor, porque, além de tudo, o medo é constituinte das tiranias devido o seu carácter violento, ou nas palavras de Teresa Margarida Orta: “porque só os tiranos procuram ser temidos, e o melhor Rei também deve querer ser amado”<sup>241</sup>. O amor, então, se configura como a sustentação da sociedade; é ele que garante a ligação entre eles<sup>242</sup>, já que “está vendo na virtude dos vassalos resplandecer a sua [do rei], sendo muita mais que temido, quando é amado, pois todos servem gostosos aos que dilatam docemente o seu domínio nos corações”<sup>243</sup>. O monarca deve ainda “mandar, como quisera ser mandado, e não obrar em tudo, como senhor absoluto”<sup>244</sup>, devendo eleger os vassalos de acordo com os seus talentos para que melhor sirvam à República. Em última

---

<sup>239</sup> Teresa Margarida Da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 46.

<sup>240</sup> António Manuel Hespanha, *História das instituições. Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982, pp. 316-319.

<sup>241</sup> Teresa Margarida Da Silva E Orta, *Op. Cit.*, p. 43.

<sup>242</sup> António Manuel Hespanha, *A política...*, p. 57 ss.

<sup>243</sup> Teresa Margarida Da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 45.

<sup>244</sup> Idem, *Ibidem*, p. 44

instância, esse amor era causa e consequência do bem comum podendo ser, muitas vezes, confundido com ele.

Esse amor pode ser traduzido por diversas virtudes recorrentes ao longo da obra, mas ele se manifesta basicamente da troca entre a manutenção da ordem e a garantia da legitimidade da autoridade real. O poder real, desta forma, estava sujeito às leis, sejam elas as fundamentais ou não<sup>245</sup>. Se, por um lado, essa relação se apresenta de forma abstrata, por outro, encontra aplicações muito concretas, principalmente quando se observa a relação direta entre realeza e nobreza. Isto, porque dentro da lógica da escolástica medieval da compreensão da sociedade como antropomórfica, a nobreza exerceria a função de intermediária entre o rei e o povo. De onde se depreende e compreende a necessidade de instituições bem administradas.

Para isso, dentro da teoria iluminista e da preponderância da jurisdição na sociedade, as leis se configuram enquanto fator estruturante à manutenção da ordem. Ao longo de *Aventuras de Diófanos ou máximas da virtude e formosura* é constante o elogio às leis. Diófanos, por exemplo, adquire seu *status* de conselheiro dos reis de Corinto por ter “notícias das melhores leis, e costumes de outras nações”<sup>246</sup>, dedicando-se posteriormente ao estudo das leis locais. No entanto, a autora afirma que “como todas as leis humanas estão fundadas mais sobre a razão que sobre opiniões, muitas vezes mais acertará o rústico do campo, que alguns graduados nos estudos”<sup>247</sup>, e assim, haveria “casos, em que mais se devem governar pelo que a verdade lhes ensina, que pelo que as leis determinam”<sup>248</sup>. Se a experiência se mostra enquanto o limite das leis temporais, uma vez que elas não antecipam todas as possibilidades de acontecimentos, elas são imprescindíveis à ordem, devendo de serem seguidas e utilizadas para o exercício da justiça. As leis, portanto, tinham como principal objetivo zelar pelos “bons costumes, ciências, governo e pobreza”<sup>249</sup>. O governo, por sua vez, pode ser compreendido enquanto a administração do reino, posto que, segundo Pedro Cardim, o conceito de governo no Antigo Regime, era abrangente podendo ser utilizado tanto para os cargos

---

<sup>245</sup> Ângela Barreto Xavier; António Manuel Hespanha, *Op. Cit.*, pp. 127-133.

<sup>246</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Aventuras de Diófanos...*, p. 14

<sup>247</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Aventuras de Diófanos...*, p. 42.

<sup>248</sup> Idem, *Ibidem*, p. 42.

<sup>249</sup> Idem, *Ibidem*, p. 46.

públicos e eclesiásticos quanto na esfera familiar; consequentemente, a Coroa correspondia a esse duplo caráter exercendo o seu poder tanto de modo público quanto privado<sup>250</sup>.

No que tange à justiça particularmente, ela é apresentada a partir de dois domínios distintos ao longo da narrativa. Tal como a sociedade, ela é construída de forma fragmentada cujas partes, ao serem articuladas, proporcionam a execução dela. A primeira instância e a mais alta delas seria destinada à figura do rei. Este, apesar de não a exercer em sua totalidade, tinha a obrigação de representar a justiça divina na terra a partir da benevolência para com aqueles que mereciam e a punição dos que haviam infringido alguma das regras de convivência.

A fim de combater o uso excessivo da violência, Teresa Margarida da Silva e Orta defende que “se quereis castigar aqueles, reforçai as penas para a observância das novas Leis”<sup>251</sup>. O sistema de leis deve prevalecer sobre a justiça violenta e vingativa a qual se baseavam em cortar “logo as cabeças”, colocando-as “sobre as muralhas [e], iriam as tropas senhoreando-lhe as terras, e passando à espada quantos se lhe opusessem, pois só esta era a melhor resposta de tão injusta arrogância”<sup>252</sup>. Para além disso, o monarca deve colocar o reino acima de sua pessoa, devendo “perdoar as ofensas próprias, e castigar as injúrias da República”<sup>253</sup>.

É curioso perceber que segundo Teresa Margarida, não há a existência de um rei no âmbito particular, ele só existiria enquanto a sua função social, enquanto um instrumento de execução do poder. Seguindo uma linha de pensamento em que a função social era comumente confundida com o conceito de natureza, é compreensível que a autora, muitas vezes, compreenda destino, natureza e função social como sinónimos. Ainda que a partir do humanismo tenha se recuperado a concepção de poder aristotélico que separava os dois campos, Portugal se mantinha à margem desta tradição ao manter as estruturas de poder próximas da herança medieval e visigótica, principalmente com o fortalecimento do neotomismo a partir do século XVI<sup>254</sup>.

---

<sup>250</sup> Pedro Cardim. “‘Administração’ e ‘governo’: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”. In.: Maria Fernanda Bicalho; Vera Lúcia Ferlini (org), *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo, Alameda, 2004, p. 52.

<sup>251</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta. *Op. Cit.*, p. 46.

<sup>252</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Aventuras de Diófanes...*, p. 48.

<sup>253</sup> Idem, *Ibidem*, p. 44.

<sup>254</sup> Rubem Barboza Filho, *Tradição e artifício: Iberismo e Barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, pp. 259 ss

Consequentemente, a organização e a lógica familiar se espalhavam pelas instâncias políticas do reino. Assim, das atribuições principais do rei, tem-se a conservação da república, sendo necessário estipular o seu poder em relação a assuntos como: administração ou economia, justiça e guerra. Como já foi dito, a ideia de bem comum permeava largamente o imaginário político-jurídico moderno, no entanto, apesar de ser uma ideia abrangente, ela estava calcada em aspectos concretos do cotidiano de um reino.

E é no campo da justiça que a autora se dedica a escrever máximas mais operacionais. Assim, a segunda instância diz respeito a distribuição de cargos. Esta deve ser feita entre os homens “doutos, e de conhecida prudência”, baseada em uma moral comum aos juízes sendo estes “retos no que sentenciam, compassivos no que mandam, honestos no viver, sofridos nas injúrias, e comedidos nas palavras”<sup>255</sup>. E ainda complementa que “é preciso que o Juiz seja sábio para determinar com acerto, e nobre para moderar o rigor do Direito”<sup>256</sup>, frisando a premissa de que as leis, em alguns casos, devam ser flexionadas pela experiência quando necessário. No que tange àqueles que são elegíveis ao cargo de censores devem ter mais “de quarenta anos, tidos por honestos, medianamente ricos, e experimentados em outros ofícios da República”<sup>257</sup>. Por fim, ela subjugava a livre aplicação de castigos aos homens de justiça, porque “ao que prejudica o público só pode castigar o que tem a incumbência de administrar a justiça”<sup>258</sup>.

A centralidade que este tópico ocupa na obra é reflexo da tendência do Antigo Regime que observava, cada vez mais, a burocratização das instituições e da vida política. Para muitos autores, principalmente para António Manuel Hespanha, a jurisprudência era o que regia estritamente o funcionamento do aparato público. Ainda que o poder fosse pulverizado em diversas instâncias as quais trabalhavam tanto com seus objetivos particulares quanto para o bem comum, Nuno Gonçalves Monteiro afirma que “Portugal era uma monarquia onde não só não existia qualquer

---

<sup>255</sup> Teresa Margarida Da Silva E Orta, *Op. Cit.*, p. 42.

<sup>256</sup> Idem, *Ibidem*, p. 42.

<sup>257</sup> Idem, *Ibidem*, p. 42.

<sup>258</sup> Idem, *Ibidem*, p. 36.

herança de poderes e instituições regionais, mas ainda onde se verificava uma notória atrofia de todos os hipotéticos ‘corpos intermédios’, para além das instituições estritamente locais”<sup>259</sup>.

Isto significa, em última instância, que os modelos historiográficos tradicionais utilizados para explicar o funcionamento da política no Antigo Regime não se encaixam perfeitamente quando inseridos dentro da realidade portuguesa, uma vez que, a permanência da escolástica tomista foi fundamental à construção das ideias políticas setecentistas. Assim, a tónica presente em todo o texto é a defesa da unidade e da centralidade, a partir da subdivisão dos instrumentos de poder com o único intuito de realizar o bem comum. Para isso, era fundamental que as hierarquias se mantivessem e, consequentemente,

seria danosa a igualdade entre as gentes; porque o que entendemos ser a origem do ódio, e inveja, é o que quase sempre mais fortemente nos liga; porque o muito, que uns dependem dos outros, faz que seja necessidade o nosso afeto, pois carece o forte do sábio, para que o ajude; o sábio do forte, para que o defenda; o pobre do rico, para que o sirva [...] e assim como os elementos são entre si diferentes, também somos entre nós discordes; mas desta mesma diversidade se deriva a concorde harmonia<sup>260</sup>.

Este era a função máxima do rei, dos legisladores e do povo: a manutenção da ordem e da harmonia para evitar todo e qualquer tipo de conflitos.

As máximas, ainda que sejam construídas para tal, não ignoram que possíveis embates possam ocorrer dentro do reino. A visão de Teresa Margarida da Silva e Orta é de que a administração deva ser feita de forma preventiva, no sentido, de que se o regente garantir bons ordenados, a paz e o bem comum, “porque são os plebeus tão fáceis em se inquietarem, como as constantes águas do mar, que se com qualquer vento se alteram, a plebe com um pequeno motivo se perturba, pois é composta de muitos sujeitos”<sup>261</sup>.

Não é só a justiça que garante a estabilidade política interna. É necessário, também, o combate ao ócio e o incentivo ao trabalho, reconhecendo o comércio e as indústrias tal como

---

<sup>259</sup> Nuno Gonçalves Monteiro, “Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período joanino”. *Análise Social*, vol. 25, n.º 157. Lisboa, 2001, p. 967.

<sup>260</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 68.

<sup>261</sup> Idem, *Ibidem*, p. 43.

ensinando e estimulando a agricultura entre o povo. Tal como os que eram escolhidos para o exercício da justiça, aqueles que se destinavam as profissões livres também deveriam ser treinados e educados, de modo que pudessem realizar suas obrigações da melhor forma possível.

Se os ofícios eram divididos de acordo com as funções sociais e, consequentemente, de acordo com a hierarquia dos corpos, eles também eram separados de acordo com o gênero e com o lugar. Da distinção entre os trabalhos do campo e da cidade, Teresa Margarida da Silva e Orta coloca no primeiro as funções de arar e cultivar as terras, o cuidado dos rebanhos, a confecção de vestimentas, já no segundo, enumera o comércio, o exército, a política (desde os cargos jurídicos até o próprio ofício real). Da distinção entre trabalhos femininos e masculinos, ela é feita maioritariamente nos empregos das zonas rurais não mencionando ao longo da obra nem um ofício realizado por mulheres na cidade. Em muitos desses trabalhos rurais, homens e mulheres dividiam o mesmo espaço cabendo a cada um deles, a realização de uma das etapas de produção. Na fabricação de tecidos, por exemplo, enquanto os homens retiravam as lãs das peles dos animais, eram as mulheres as responsáveis por fiá-las e tecê-las. O mesmo acontecia no pastoreio como se resalta na existência de pastores e pastoras e no próprio cultivo dos gêneros agrícolas, sendo feito por todos os indivíduos. Consequentemente, o melhor ofício de um homem do campo era o de cultivar as terras, por que “a agricultura experimenta os benefícios da natural Filosofia, ficam remediados os produtos da ociosidade”<sup>262</sup>. Assim, de forma geral, a ética do trabalho se resumia a: “não devem prover as pessoas de ofício, mas os ofícios de pessoas”<sup>263</sup>. A autora ainda propõe que haja um amparo financeiro para “os que ou morrerem em vosso serviço, ou chegarem a um certo número de anos, vão a descansar com bastante, de que mantenham suas famílias”<sup>264</sup>.

O magistério, contraditoriamente, seria uma função que poderia e deveria ser exercida nas duas regiões, uma vez que, era fundamental para o aprendizado da razão. Assim, a autora defende a criação de escolas públicas mantidas pelos bens confiscados dos mentirosos, e que fossem criados colégios para os filhos dos nobres, posto que a razão era necessária para o desenvolvimento

---

<sup>262</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 39.

<sup>263</sup> Idem, *Ibidem*, p. 42

<sup>264</sup> Idem, *Ibidem*, p. 43.



da república. Já os filhos do povo, deveriam frequentar escolas as quais se preocupariam a lhes ensinar de acordo com “talentos, virtudes, aplicação, valor, e fidelidade”<sup>265</sup>.

No que tange à economia urbana, Teresa Margarida da Silva e Orta proclama uma verdadeira defesa do incentivo das profissões liberais sendo o centro delas o comércio e as indústrias. Ainda que ela não discuta diretamente a forte tradição portuguesa do comércio marítimo datada desde a época da Reconquista, ela apresenta alguns apontamentos sobre a melhor forma de sustentar um reino próspero. Ao contrário do que acontece aos assuntos das instâncias política e institucionais, a economia é tratada de forma mais pontual e sintética.

Em linhas gerais, as máximas de Teresa Margarida da Silva e Orta sobre o comércio têm como objetivo a regulamentação do mesmo a fim de que ele contribua para o bem público. A primeira ponderação que a autora coloca é de “que ninguém possa comerciar, arriscando bens alheios, nem mais que a metade dos próprios”<sup>266</sup>. A segunda, com o intuito de fomentá-lo, diz respeito à “inteira liberdade do comércio com favoráveis direitos, e prêmios a quem o aumentar, de sorte que os vassalos sejam ricos, e os estrangeiros contentes”<sup>267</sup>. Para atingir a esses ideais, era necessário que houvesse uma forma de organizar e coordenar os comerciantes de modo que era necessário escolher “alguns mais capazes para governarem o comércio, e a estes deveis honrar, e ressarcir a falta da sua negociação, pois toda lhes deve ser proibida”<sup>268</sup>. Garantir a soberania comercial era gritante para a economia e conseqüentemente, sugeria-se que “se castiguem severamente os Enganos, as negligências, e demasiado fasto, porque de tais imprudências se aproveitam as outras nações”<sup>269</sup>. Sobre os produtos que deveriam ser comercializados, a autora apenas afirma que os comerciantes “levem uns géneros, tragam outros”<sup>270</sup>. Se as recomendações comerciais eram poucas, as industriais são mais escassas ainda, resumindo-se a “favorecer as fábricas, e premiar aos que as intentarem, animando-os, para que não desmaiem, e para terem efeito os melhores inventos”<sup>271</sup>. A autora ainda defende a construção de indústrias nas quais

---

<sup>265</sup> Idem, *Ibidem*, p. 73.

<sup>266</sup> Idem, *Ibidem*, p. 43.

<sup>267</sup> Idem, *Ibidem*, p. 43.

<sup>268</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 43.

<sup>269</sup> Idem, *Ibidem*, p. 43.

<sup>270</sup> Idem, *Ibidem*, p. 43.

<sup>271</sup> Idem, *Ibidem*, p. 43.

“cegos, e aleijados trabalhem nos lugares, onde forem postos, que assim se faz em alguns Reinos”<sup>272</sup>.

O bom exercício do poder real ao atribuir indivíduos aptos para as funções administrativas do reino, juntamente com uma justiça impessoal e justa baseada em leis, as quais deveriam ditar o funcionamento das relações institucionais e uma economia amparada tanto pelo livre comércio quanto pelo desenvolvimento industrial eram os fatores que, para Teresa Margarida da Silva e Orta constituiriam um reino ideal. Este reino ideal seria marcado pelo prevalecimento da *res publica* em relação a qualquer indivíduo, pois só assim, a ordem seria mantida.

### 3.5 Dos Grupos Sociais

As sociedades reveladas em *Aventuras de Diófanes ou máximas da virtude e formosura*, apesar de suas peculiaridades funcionais de acordo com a situação política, apresentam-se hierarquizadas e com pouca mobilidade social. De fato, toda a argumentação da autora é para que as pessoas se mantenham contentes e satisfeitas dentro de suas respectivas funções. Assim, ela condena, por exemplo, as mulheres que visam a mudança de sua posição social pelo casamento, “porque as que desejam mais que o que lhes permite a sua esfera, estado, e possibilidade, têm mais um inimigo para vencer o seu coração”<sup>273</sup> e todos aqueles que, de alguma forma, exprimem ambição. Os grupos sociais são bem delimitados, mas, sem dúvidas, o maior embate presente na obra ocorre entre a Corte e a zona rural. Ainda que possa parecer um choque geográfico, o que ocorre é a defesa de hábitos de vida que àquela altura eram idealizados. Estes se resumiam a: vida campestre, a humildade e benevolência. A Corte é referida como o espaço de todas as coisas negativas sendo, muitas vezes, retratada enquanto um espaço indesejado. Essa crítica é compreendida dentro da persistência do predomínio dos costumes em relação as leis, reforçando

---

<sup>272</sup> Idem, *Ibidem*, p. 43.

<sup>273</sup> Teresa Margarida Da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 22.

na sociedade moderna a continuidade de traços da sociedade medieval<sup>274</sup>. Sendo assim, um dos maiores males do reino não reside na figura do rei, mas naqueles que os cercam, pois “os Soberanos não podem com os olhos descobrir todas as luzes da verdade, porque trabalham em escurecê-la, e tratam de seus interesses, fingindo que amam os acertos de seu Rei, quando é certo que só estimam as suas grandezas”<sup>275</sup>.

Assim, ainda que compita ao rei a responsabilidade da organização do reino, ele só o pode fazer a partir das informações coletadas por outras pessoas que, assim como ele, compõe o aparelho político do reino. O que se observa, no entanto, é a crítica feita em relação ao predomínio dos interesses individuais em detrimento aos interesses públicos. Aqueles que se colocam a serviço direto do rei o fazem apenas para conseguir privilégios e benefícios individuais.

O discurso presente acerca da nobreza é pedagógico no sentido de que procura não só recriminar algumas práticas e atos, como também, reforçar e criar um comportamento o qual deve ser seguido. Teresa Margarida da Silva e Orta ao declarar que os nobres para “gozarem seus privilégios, é preciso que com as obras, se mereça o ilustre esplendor da fidalguia”<sup>276</sup>, dá a tônica da sua crítica a esse grupo social. A autora não procura deslegitimá-la, mas na verdade, melhorar os comportamentos a fim de que estas sejam merecedoras do lugar que ocupam. Para isso, a autora acredita que se deva combater o ócio com o intuito de encontrar funções para todos os integrantes desse grupo. Essa crítica pode ser entendida dentro das ponderações feitas acerca das práticas da corte joanina a qual, para além das questões económicas, impactavam os comportamentos morais. Dentro da lógica do exemplo e da honra, era gritante a necessidade da reflexão sobre a própria imagem no espaço público, mesmo que esta circulação fosse rudimentar e controlada.

Em termos gerais, Teresa Margarida da Silva e Orta sintetiza a nobreza enquanto um grupo formado por indivíduos que “só são grandes, e nobres os que procedem de antiga, e preclara geração, porque também as ciências fazem grandes, e enobrecem os sujeitos”<sup>277</sup>. O que se destaca

---

<sup>274</sup> Jean-Philippe Gennet, “L’État Moderne: un modele opératoire?” In: (dir.), *L’État Moderne: gegèse (bilans et perspectives). Actes du Colloque tenu au CNRS à Paris les 19-20 septembre 1989*. Paris: Editions du Centre de La Recherche Scientifique, 1990, pp 266.

<sup>275</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Aventuras de...*, p. 15.

<sup>276</sup> Teresa Margarida Da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 42.

<sup>277</sup> Idem, *Ibidem*, p. 44.

desta passagem é a necessidade tanto da tradição quanto da linhagem que garantiriam as qualidades inatas e herdadas de seus antecessores, mas que agora, a partir das novas transformações do imaginário português setecentista, encontravam apoio na reta razão. Desta forma, não só mais o nome e a família eram elementos de distinção, mas também, o uso da razão e dos seus instrumentos.

A função máxima dos súditos no geral era de “exercitarem o bem, se apartem do mal”<sup>278</sup>, devendo os nobres permanecerem em funções para o bem comum, uma vez que, “e estando fora dos encargos da nobreza mentem sem receio, e assim destroem os honrados, e de toda a sorte que podem, fazem mal aos bons”<sup>279</sup>; descumprindo, assim, com o seu fim. A autora ainda afirma que “uns se alimentam do mal de outros”<sup>280</sup> e que esse costume deveria ser corrigido.

No que tange as práticas da Corte, em si, Teresa Margarida da Silva e Orta ressalta as atividades das mulheres nobres, uma vez que, elas teriam pouca função na sociedade submetendo-se ao ócio. Assim, a autora afirma que as mulheres “tomam contínuos os bailes, recreios e conversações”<sup>281</sup> e “que preparam para outrem o veneno, bebem a maior parte”<sup>282</sup>, recomendando assim, mais uma vez, o recato e o decoro. Para além disso, elas aborreceriam a todos ao seu redor devido a falta de capacidade de manter uma conversação para além dos acontecimentos cotidianos sobre as vidas alheias. No entanto esta prática não seria exclusiva das mulheres, uma vez que, faltando-lhes as forças da nobreza, lhes sobram as das línguas para temerários delírios”<sup>283</sup>. Caber-lhes-ia também a assistências aos estrangeiros, aos pobres e aos necessitados, tal como a defesa e manutenção da ordem. Para isso, a autora disserta brevemente sobre os casamentos os quais deveriam ser escolhidos de acordo com o grupo social advindo e que os homens deveriam por escolher as mulheres silenciosas e cautas.

O povo, por sua vez, deveria trabalhar temer “o ócio, e todos exercitem as virtudes”<sup>284</sup> e a Deus. Assim, ao exercerem as suas obrigações para com a terra, seriam recompensados com o

---

<sup>278</sup> Idem, *Ibidem*, p. 87.

<sup>279</sup> Idem, *Ibidem*, p. 41.

<sup>280</sup> Idem, *Ibidem*, p. 38.

<sup>281</sup> Teresa Margarida Da Silva e Orta, *Op. Cit.*, p. 22.

<sup>282</sup> Idem, *Ibidem*, p. 22.

<sup>283</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 43-44.

<sup>284</sup> Idem, *Ibidem*, p. 15.

descanso, o qual os reis deveriam garantir “que em dias determinados tivessem seus jogos, e danças pastoris; porque o moderado, e público divertimento faz que se não aborreça a fadiga quotidiana”<sup>285</sup>. Desta forma, conjuntamente com o pagamento de ordenados justos, garantia-se a satisfação do povo que, segundo a autora, seria instável e propenso às reclamações. Consequentemente, o rei deveria de ouvir as reclamações com o intuito de findar as insatisfações.

Por fim, o reino deveria garantir a inteira liberdade de todos os que se encontravam ali e, para isso, a autora levanta a questão da escravidão, a qual seria abolida parcialmente em 1761 no conjunto das transformações pombalinas. Esse tema ainda que seja presente e recorrente ao longo de toda a obra, apresenta-se de forma ambígua quando se contrapõem o percurso de Hemirena e as máximas ditas pelas personagens masculinas. Para além das questões de género já discutidas, o que se observa no comportamento dessa personagem é a submissão com a qual ela se comporta seja em Atenas seja nos domínios de Anquísia. Esta pretensa contradição, no entanto, é solucionada pelo fato de que a escravidão da princesa tebana se revela, muito mais, um aspecto moral de sua própria narrativa do que um assunto político moral, em si. Essa interpretação é corroborada pelas inúmeras tentativas que os seus senhores e outras personagens fazem de a libertar, sendo todas negadas pela personagem que acreditava que “enquanto seus pais peregrinando pelo Mundo, como escravos, ela também como escrava devia conservar-se”<sup>286</sup>. Afastando da esfera da ação e refletindo sobre as ideias contidas em *Aventuras de Diófanes ou máximas da virtude e formosura*, tem-se a defesa real e direta da abolição da escravatura.

Este posicionamento, no entanto, não era raro de se encontrar nos círculos intelectuais do setecentos. Sustentado pela filosofia lockeana, cujos ecos são facilmente encontrados ao longo do texto, a defesa pelo fim da escravidão, em termos gerais, constituía-se da defesa pela liberdade humana. Assim, ao afirmar que “não há riqueza na vida humana, que se iguale à liberdade; nem há também cousa mais perigosa, se não a sabem mediar”<sup>287</sup>, é trazida à luz, mais uma vez, a problemática da natureza humana. Sem a pretensão de fazer tal discussão em sua obra, Teresa Margarida da Silva e Orta coloca como o grande último ato de Diófanes enquanto regente de Tebas a abolição da escravatura, apontando, desta forma, a importância deste tema. Não só essa decisão

---

<sup>285</sup> Idem, *Ibidem*, p. 38.

<sup>286</sup> Teresa Margarida da Silva e Orta, *Aventuras de Diófanes...*, p. 10.

<sup>287</sup> Idem, *Ibidem*, p. 40.

do rei foi reflexo da defesa abolicionista da obra, como também, o fim narrativo de sua trajetória pessoal que, embora comece e termine enquanto rei, tem a maior parte de sua trajetória na posição de escravo. Assim, é defendido por ele que a liberdade, “se deve ganhar, comprar, procurar, amparar e defender; mas é preciso que só se consista usar dela, não como convida a vontade, sim como permite a razão, porque se não perca em poucos dias pelo muito uso, podendo conservá-la a moderação em toda a vida”<sup>288</sup>.

De forma geral, os grupos sociais são apresentados de forma harmónica havendo poucos conflitos entre eles ao longo do livro. Isto é um reflexo da defesa da hierarquia e da manutenção da ordem, tão cara à autora. Ainda que Teresa Margarida da Silva e Orta aponte uma série de práticas as quais devem ser corrigidas, em nenhum momento ela questiona a legitimidade das pessoas de exercerem aquela determinada função, mas muito pelo contrário, defende-as. Contraditoriamente, o povo é apresentado de forma idealizada e genérica, de modo a corroborar com o imaginário de exaltação da cultura campestre e do próprio campesino enquanto um indivíduo puro. A autora não deixa de pontuar a sua posição em relação a escravidão a qual é sempre marcada do ponto de visto crítico. Apesar desta distinção de grupo, mas principalmente, teleológica, é defendido a existência de uma natureza comum cujo objetivo máximo era dividido por todos os setores sociais: o bem comum.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Aventuras de Diófanés ou Máximas da virtude e formosura* é uma obra que reflete os principais debates e as principais ideias presentes na metade do século XVIII. Ainda que possa ser difícil de a classificar dentro de um género literário específico devido a sua pluralidade tanto estilística quanto temática, é inegável que ela se revela enquanto um importante documento historiográfico para a compreensão da sociedade e dos ideais políticos do fim do período joanino.

---

<sup>288</sup> Idem, Ibidem, p. 40.

As críticas aqui presentes, embora, em poucas vezes possam ser dirigidas à figura do rei, revelam-se enquanto uma reflexão acerca da sociedade, ou seja, de todas as partes sociais que lhe dão unidade. Assim, à revelia da Igreja, todas as camadas sociais, em maior ou em menor nível, encontram aspectos os quais devam ser corrigidos. Das questões morais, a autora afirma que é latente a correção dos comportamentos masculinos e femininos, não no que concerne à natureza humana, mas as suas atribuições e funções na sociedade. Isto é dado pela teoria corporativista, uma vez que, se homens e mulheres não cumprissem com os seus fins específicos, a sociedade seria prejudicada em sua totalidade.

Desta forma, os homens deveriam se colocar enquanto melhores maridos às mulheres contendo as suas paixões e exercendo a razão, a qual lhe era oferecida juntamente com a educação. Às mulheres, cabia a defesa de sua racionalidade cuja negação até aquele momento implicava nos erros morais e comportamentais presentes nelas, principalmente nas mulheres nobres as quais, ao contrário das do povo, estavam mais suscetíveis ao ócio prejudicando o corpo social. Elas, assim como os homens, seriam responsáveis pelo bem comum e consequentemente, deveriam ser educadas a fim de que pudessem exercer a sua função de mãe e esposa de modo a contribuir ao bem comum.

O bem comum, no aspecto político-jurídico, era de maior responsabilidade do rei, cuja função era vista como um ofício. Sendo assim, a figura de rei deveria prevalecer em relação ao do indivíduo que ocupava naquele momento aquele cargo; consequentemente, a eternidade real advinha desta percepção, posto que, o Rei era imortal a despeito dos indivíduos que exerciam o poder. A autoridade real, desta forma, colocava-se acima da temporalidade terrena, uma vez que, o poder havia sido dado por Deus, ainda que fosse o povo a reforçá-la diretamente. Esta relação, por sua vez, é sustentada pelos conceitos de amor e amizade os quais são responsáveis pela co-dependência que existia entre soberano e súditos. O bom rei, pode ser compreendido dentro de duas esferas interpretativas, a primeira de cunho moral no qual as virtudes exercidas podem ser desdobradas em: bondade, humildade, caridade, honra e prudência. A segunda, de cunho prático, concerne às próprias atribuições reais como: assistência aos pobres, nomeação de cargos, distribuição de mercês, organização da *res publica*, defesa militar do território, incentivo do

desenvolvimento econômico baseado no comércio e na agricultura e, principalmente, a garantia da ordem e da justiça.

O principal pilar de um Estado reside em um conjunto de leis fundamentais à organização material por meio da cobrança de tributos, contanto que eles não sejam feitos de uma maneira abusiva. *Aventuras de Diófanes ou Máximas da virtude e formosura* aborda isso de maneira sutil e pouco aticulada, a despeito de obras contemporâneas a ela, ao abordar a efetividade de algumas diretrizes políticas não no seu caráter legal da jurisdição, mas no que diz respeito, a sua aplicabilidade moral. A discussão apresentada, em outras palavras, muito mais do que uma defesa cega das estruturas do estado e da ordem, ainda que sejam fundamentais, é o seu aspecto moral, ou seja, se os tributos e as leis são justas para os súditos.

Teresa Margarida da Silva e Orta ao se referir à república, o faz no sentido mais estrito da palavra, ou seja, naquilo que tange a *res publica* e, muitas vezes, no seu caráter teleológico das atribuições reais. Em consequência, a figura do rei e as suas funções não são indissociáveis, uma vez que, antes de suas características específicas, ele deveria reproduzir e assumir todas aquelas responsáveis para o cumprimento de seu papel social. Aqui, apesar de muitas vezes, a historiografia fazer o recorte temporal baseado nas figuras individuais de homens destinados à regência, ela é apresentada como um contínuo, o qual deve ser sempre melhorado em função da harmonia social. O estado, portanto, está em constante construção e pouco associado a imagens dos indivíduos ainda que durante a monarquia absolutista haja uma preocupação em torno da construção imagética e simbólica da personificação do poder real.

No que tange as constituições de poder e os limites a ele, é claro que o rei não concentra todas as atividades nem governa sozinho tal como a historiografia pós-revolucionária cunhou no senso comum. Ao rei cabe a delegação do seu poder a fim de que o reino seja o mais bem gerido, posto que, ele seria o principal governador de todos os governadores. Assim, a historiografia da Época Moderna já apresenta uma tendência de revisitar alguns conceitos políticos os quais eram amplamente utilizados para classificar esses governos.



Do ponto de vista de *Aventuras de Diófanos ou Máximas da virtude e formosura*, o que se observa é a insistência que Teresa Margarida da Silva e Orta desprende para reforçar a divisão do poder. Essa visão que é contemporânea do sistema político da época é, portanto, o suficiente para refutar a tese de oitocentos de um monopólio da figura real. Compreende-se que os mecanismos simbólicos de dominação do rei junto com a excessiva propaganda de seus feitos levariam a essa determinada inferência, o que, na verdade, poderia apenas indicar essa preocupação com a questão da memória. O Estado, para a autora, portanto, basear-se-ia, na forte imagem do rei o qual deveria ser síntese e personificação de todo o poder político, posto que, para além da natureza divina do seu poder, era a instância mais importante desse corpo social.

A razão, paralelamente, a figura real ocupa um lugar central ao longo de toda a narrativa. O claro elogio feito a ela é reflexo de uma sociedade que começava a se fundamentar na lenta separação entre a justiça dos homens e a divina. É importante frisar aqui que, tal como foi apresentado, essa separação é feita apenas de forma prática, posto que, o objetivo das duas justiças seria a mesma. Assim, a razão vem como ferramenta à criação de leis positivas cujo único objetivo é a administração das questões do cotidiano de um determinado lugar. Reforçando, assim, a autonomia e a pluralidade de realidades.

*Aventuras de Diófanos ou Máximas da verdade e da formosura* tem pretensões de construção de modelos. Sejam eles morais ou políticos, em nenhum momento, a autora se desvia desse objetivo. No entanto, ainda que os modelos sejam pretensamente universais e que a perfeição seja única, os vícios seriam muitos como são demonstrados nos reinos por onde a família real tebana caminha. As exceções a essa realidade seriam três: Tebas que já se apresenta enquanto o reino ideal, Náscia que se constrói para assim o ser e Delos que quando tem os seus regentes regressos das aventuras goza de um estado de paz e justiça. Assim, um reino ideal, para além dessas duas características, deveria apresentar uma economia equilibrada com um povo voltado ao trabalho assim como a sua nobreza, garantindo a ordem e o equilíbrio.

## ANEXOS

Tabela 1  
**Cultura**

Classificação	Número de máximas
Hábitos alimentares	1
Relações afetivas	19
Hábitos humanos	12

Classificação	Número de máximas
Hábitos dos súditos	2
Hábitos dos estrangeiros	1
Educação da criança	8
Educação dos pais	16
Exercício da razão	4
Educação feminina	19
Praparação para um ofício	1
TOTAL	83

Tabela 2

**Economia**

Classificação	Número de máximas
Agricultura	1
Artes e da ciência	7
Comércio	6
Comércio exterior	1
Indústria	2
Organização económica	6
Total	23

Tabela 3

**Política**

Classificação	Número de máximas
Casamento	15
Assédio	1
Beleza	1
Condição de ser mulher	18
Condição de ser homem	42

Classificação	Número de máximas
Condição humana	51
Travestimento	1
Cerimônias públicas	4
Corte	14
Guerra	9
Imagem dos soberanos	3
Justiça	17
Funções da nobreza	7
Rainha	6
Rei	116
Teoria do poder absoluto	17
Funções do povo	3
Reino	33
Economia	1
Escravidão	13
Hierarquia	4
Memória	6
Política externa	4
Revoltas e insurreições	2
Relação súdito-soberano	17
Sucessão dinástica	4
Trabalho	5
Total	414

## **Bibliografia**

### **Fontes impressas**

AIRES, Matias, *Reflexões sobre a vaidade dos homens*. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, 2007.

OLIVEIRA, Francisco Xavier de, “Recreação periódica”. In: Artur Portela, *Cavaleiro de Oliveira: aventuras do século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 133-155.

ORTA, Teresa Margarida da Silva e, *Aventuras de Diófanos*. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, 2010-2011.

PIZAN, Christine de, *O livro das três virtudes a Insinância das Damas*. Lisboa: Editora Caminho, 2002.

PLATÃO, *A República*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

SANCHES, António Ribeiro, *Cartas sobre a educação da mocidade*. Corviã: Universidade da Beira Interior, 2006.

VERNEY, Luís António, *O verdadeiro método de estudar*. Tomo II. Valensa [Nápoles], na oficina de Antonio Balle [Genaro e Vincenzo Muzio], 1746

\_\_\_\_\_, *O verdadeiro método de estudar*. Lisboa: Sá de Costa, 1952.

### **Dicionários, reportórios e obras de referência**

CALAFANTE, PEDRO, “António Nunes Ribeiro Sanches: um intelectual entre Portugal e a Rússia do século XVIII”. In.: José Luís Brandão da Luz (dir.), *Estudos em homenagem ao professor José Enes*. Lisboa: Colibri, 2006, p. 533-565.

\_\_\_\_\_, “A filosofia política”. In.: Pedro Calafate (dir.), *História do pensamento filosófico português: as luzes*, vol. 3. Lisboa: Editorial Caminho, 2001, p. 45-62.

CÂNDIDO, Antônio, *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Ouro sobre azul, 2017.

COUTINHO, Afrânio, *A literatura no Brasil. Era Barroca/Neoclassicismo*, vol. .2. Rio de Janeiro: Global Editora, 2010.

FOUCAULT, Michel, *História da sexualidade*, vol. 1. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal, “Estado e poderes”. In: José Serrão, A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História de Portugal: da paz da restauração ao ouro do Brasil*, vol VII. Lisboa: Editorial Presença, 2001, p. 15-52.

SARAIVA, José António, *História da literatura portuguesa*, 16ª edição, Porto, Porto Editora, 2005.

SCOTT, Joan Wallach, “História das mulheres”. In: Peter Burke (org.), *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992, pp. 65-98.

SODRÉ, Nelson Werneck, *Formação da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

ZUBER-KLAPISCH, Christiane, “Introdução”. In: Georges Duby; Michelle Perrot (dir.), *História das mulheres no Ocidente*. Vol. 2. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

## **Estudos**

ALGRANTI, Leila Mazan, *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Editora HUCITEC/FAPESP, 2004.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de, *O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império (XVI-XVIII)*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2005.

ANASTÁCIO, Vanda, “Notes on the Querelle des Femmes in Eighteenth-Century Portugal”. *Portuguese Studies*, vol. 31, nº 1. Cambridge: 2015, pp. 50-63.

\_\_\_\_\_, “O que é uma autora? Reflexões sobre a presença feminina no campo cultural luso-brasileiro antes de 1822”. *Matraca*, vol. 18, nº. 19. Rio de Janeiro: jul/dez 2011, pp. 215-225.

ARAUJO, Sofia de Melo, “Aventuras de Diófanes, de Teresa Margarida da Silva e Orta –Os ideais de Climenéia e Diófanes à luz dos tempos”. *Revista da Faculdade de Letras –Línguas e Literatura*, II série, vol. XVIII. Porto: 2006 [2008, pp. 103-123.

AVELINO, Carla Maria Pinto, *Portugal ilustrado pelo sexo feminino de Diogo Manuel Aires de Azevedo (Lisboa, 1734). Estudo preliminar, notas e estabelecimento de texto*. Dissertação (Mestrado). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.

BARTHES, Roland, A morte do autor. In: Roland Barthes, *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, pp. 1-6.

BEAUVOIR, Simone de, *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Europeia de Livros, 1980.

BELLINI, Lúcia, “Cultura escrita, oralidade e gênero em conventos portugueses (séculos XVII e XVIII)”. *Tempo*, nº 29. Rio de Janeiro: 2009, pp. 211-233.

\_\_\_\_\_, “Vida monástica e práticas da escrita entre mulheres em Portugal no Antigo Regime”, *Campus social*, nº. 3/4. Lisboa: 2006/2007, p. 209-218.

BLOEM, Rui, “O primeiro romance brasileiro: retificação de um erro na história literária do Brasil”. In: Teresa Margarida da Silva e Orta. *Obra reunida*. São Paulo: Graphia, 1993, pp. 211-220.

BOURDIEU, Pierre, *O poder simbólico*. Lisboa: Difusão Editorial.

BRAGA, Isabel Maria Ribeiro Drumond, “Mulheres que se vestem de homens”. In.: In.: \_\_\_\_\_, *Vivências no feminino: poder, violência e marginalidade nos séculos XV a XIX*. Lisboa: Tribuna da História, 2007, pp.21-30.

\_\_\_\_\_, “Violência no Feminino. Violência sobre o Feminino.” In.: \_\_\_\_\_, *Vivências no feminino: poder, violência e marginalidade nos séculos XV a XIX*. Lisboa: Tribuna da História, 2007, pp. 11-20.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; MOURÃO, Maria Elsa, “Gênero e discurso proverbial no Portugal moderno”. *Faces de Eva*, nº. 33. Lisboa: 2015, pp. 83-103.

BUESCU, Ana Isabel, *Memória e poder: ensaios de história da cultura (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

BUESCU, Helena, *Dicionário do Romantismo literário português*. Lisboa: Caminho, 1997.

BUTLER, Judith, *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

CABRITA, Lúcia Maria Sánchez Coelho Da Silva, *A representação da mulher no pensamento dos filósofos iluministas portugueses*. Dissertação (Mestrado). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2010.

CALAFANTE, Pedro, “Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII”. *Lusitania Sacra*, 2ª série, nº. 11. Lisboa: 1999, pp. 21-57.

\_\_\_\_\_, *Portugal como problema: séculos XVII e XVIII-Da obscuridade profética à Evidência Geométrica*, vol. 2. Lisboa: Público, 2006.

CARDIM, Pedro, “‘Administração’ e ‘governo’: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”. In.: Maria Fernanda Bicalho; Vera Lúcia Ferlini (org), *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo, Alameda, 2004, pp.45-68.



CARDOSO, Beatriz Amazonas, “*Eu Sou Mulher E Não Tenho A Pena De Homero*”. *Theresa Margarida da Silva e Orta e as origens da escritura feminina portuguesa*. Tese (Doutoramento). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

CARR, Edward, *O que é a História?* Lisboa: Grodina, 1982.

CHARAUDEAU, Patrick, “Os estereótipos muito bem. Os imaginários ainda melhor.” *Entrepalavras*, vol. 7. Fortaleza: jan/jun 2017, pp. 571-591.

CHARTIER, Roger, “Escutar os mortos com os olhos” *Estudos Avançados*, vol. 24, nº 69. São Paulo: 2010, p. 7-30.

CIDADE, Hernâni, *Lições sobre cultura e literatura portuguesas*. Coimbra: Coimbra Editora, 1984

.

\_\_\_\_\_, *Perspectiva histórica da ficção portuguesa: das origens ao século XX*. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

COELHO, Nelly Novaes, "A imagem da mulher do século XVIII: *Aventuras de Diófanos* de Teresa Margarida". *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, nº 53. São Paulo: jan/dez, 1995, p. 25-36.

CROWELY, Helen, “Knowing Woman: feminism and knowledge”. In.: Helen Crowley (org.), *Knowing Woman: feminism and knowledge*. Grã Bretanha, The Open University, 1995, p.1-9.

DARNTON, Robert, “História da leitura”. In.: Peter Burke (org.), *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 199-236.

ENNES, Ernest, “Uma escritora brasileira do século XVIII”. In: Teresa Margarida da Silva e Orta. *Obra reunida*. São Paulo: Graphia, 1993, pp. 204-211.

FIGUEIREDO, Violeta Crespo, “Papéis volantes do século XVIII – 5. MULHER”. *História*, nº 5. Lisboa: março 1979, pp. 54-69.

FLORES, Conceição, *As aventuras de Teresa Margarida da Silva e Orta em terras de Brasil e Portugal*. Natal: Opção Gráfica&Editora, 2006.

FRÉDÉRIC-SCHAUB, Jean, “Une histoire culturelle comme histoire politique (note critique)”. *Annales*, nº 4-5. Paris: 2001, pp. 981-997.

FRIGO, Daniela, “‘Disciplina Rei Familiariae’: a Economia como modelo administrativo de Ancien Régime”. *Penélope: Revista de história e ciências sociais*, nº 6. Lisboa: 1991, p. 47-62.

FURQUIM, Tânia Magali Ferreira, *Aventuras instrutivas: Teresa Margarida da Silva e Orta e o romance setecentista*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

GENET, Jean-Philippe, “L’État Moderne: un modele opératoire?” In: \_\_\_\_\_ (dir.), *L’État Moderne: genèse (bilans et perspectives). Actes du Colloque tenu au CNRS à Paris les 19-20 septembre 1989*. Paris: Editions du Centre de La Recherche Scientifique, 1990, pp 261-288.

\_\_\_\_\_, “La genèse de l’État Moderne: les enjeux d’un programme de recherche”. *Actes de recherche en sciences sociales*. vol 118, nº 1. Paris: 1997, p. 3-18.

HANSEN, João Adolfo, “Educando príncipes no espelho”. *Floema Especial*, vol. 2, nº. 2A. Vitória da Conquista: out 2006, p 136-169.

HESPAÑA, António Manuel, *História das instituições. Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982, pp.

\_\_\_\_\_, “As outras razões da política: a economia da ‘graça’”. In.: António Manuel Hespanha, *A política perdida*. Curitiba: Editora Juruá, 2010, pp. 85-109.

HATHERLY, Ana, “Tomar a palavra: aspectos de vida da mulher na sociedade barroca”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades*, nº 9. Lisboa: 1996, p. 269-280.

HIPOLITO, Helaine Aparecida, *Aventuras de Diófanos: as “aventuras” do romance português*. Tese (Mestrado). Assis: Universidade Estadual de São Paulo, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

KELLY, Joan, “Theory and the ‘Querelle des Femmes’, 1400-1789”. *Signs*, vol. 8, nº. 1. Chicago: University of Chicago, outono 1982, p. 4-28.

.

KRISTEVA, Julia, “Woman’s Time”. *Signs*, vol. 7, nº 3. Chicago: outono 1981, pp. 13-35.

LE GOFF, Jacques, “Documento/Monumento”. In.: Jacques Le Goff, *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 2013, pp. 462-498.

\_\_\_\_\_, “História”. In.: Jacques Le Goff, *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 2013, p. 13-148.

\_\_\_\_\_, “Memória”. In.: Jacques Le Goff, *História & Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 2013, p. 366-419.

LISBOA, João Luis, “Papéis de larga circulação no século XVIII”. *Revista de História*, vol. 20. Coimbra: 1999, p. 133.

LOPES, Maria Antónia, *Mulheres, espaços e sociabilidades: a transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

MENDES, Isabel Maria Ribeiro, “As ‘Máximas de Virtude e Formosura’ de Teresa Margarida da Silva e Orta (1752) ou a influência de Fénelon em Portugal?”. In: Maria Helena Carvalho Dos Santos. *Portugal no século XVIII – De D. João V à Revolução Francesa*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1991, p. 297-305.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de *et all*, “Tecendo a História das mulheres no século XVIII: Teresa Margarida da Silva e Orta”. In: *Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação: História e Memória da Educação Brasileira*. Natal: UFRN, 2002, p. 1-11.

MONTEIRO, Nuno Gonçalves, “Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período joanino”. *Análise Social*, vº 25, nº 157. Lisboa, 2001, p. 961-987

PEREIRA, Ana Cristina Duarte, *Princesas e infantas de Portugal (1640-1736): estatuto, honra e poder*. Lisboa: Edições Colibri, 2005.

PERNOUD, Regine, *A mulher no tempo das catedrais*. Lisboa: Gradiva, 1984.

PERROT, Michele, *Mulheres públicas*. São Paulo: Editora UNESP, 1988.

\_\_\_\_\_, “Práticas da memória feminina”. *Revista brasileira de História*, vol. 9, nº 18. São Paulo: ago/set 1989, pp. 9-18. RECTOR, Mónica, *Mulher: objeto e sujeito da literatura portuguesa*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1999.

RODRIGUES, Ceila Maria Ferreira Batista, *Entre as luzes e as sombras do Iluminismo: uma edição crítica de Aventuras de Diófanos ou Máximas de virtude e formosura de Teresa Margarida da Silva e Orta*. Tese (Doutoramento). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

ROSE, Sonya O., “Introduce to Dialogue: Gender History/Women’s History: Is Feminist Scholarship Losing its Critical Edge? *Journal of Women’s History*, vol. 5, nº. 1. Bringhamton: primavera, 1993, pp. 89-101.

SAMPER, Maria De Los Ángels Pérez, “La figura de la reina en la monarquía española de la edad moderna: poder, simbolo y cerimonia. In: Maria Victoria Lopez-Cordón; Gloria Franco (coord.), *La reina Isabel y las reinas de España: realidad, modelos e imagen*. Madrid: Fundación Española de História Moderna, 2005, p. 276-307.

SANTA-CRUZ, Maria de, *Crítica e confluência em Aventuras de Diófanés (1752)*. Tese (Doutoramento). Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990.

\_\_\_\_\_, “Introdução”. In: Teresa Margarida da Silva e Orta, *Aventuras de Diófanés*. Lisboa: Caminho, 2002, p. 9-46.

SCOTT, Joan Wallach, “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica” *Educação e realidade*, vol. 20, nº 2. Porto Alegre: jul/dez 1995, pp. 71-99.

SEAGRAVES, Rosie, *She as he: cross-dressing, theater, and “in-betweens” in Early Modern Spain*. Tese (Doutoramento). Nashville: Vanderbilt University, 2013.

SEVCENKO, Nicolau, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SILVA, Fábio M. Da, “Teresa Margarida da Silva e Orta: problemática em torno da nacionalidade da primeira romancista em língua portuguesa”. *Revista Ártemis*, vol. XIX. João Pessoa: jan/jun 2015, pp. 52-57.

SILVA, Maria de Fátima, “A tradição grega em Simone de Beauvoir, *Le deuxième sexe*”. *Sapere Aude*, v. 2, nº 3. Belo Horizonte: junho 2011, p. 74-87.

SILVA, Moizeis Sobreira da, “Problemáticas da autoria e da camuflagem feminina em ‘Aventuras de Diófanes’, de Teresa Margarida da Silva e Orta”. *Cadernos PAGU*, nº 49. Campinas: 2017, p. 1-21.

SMITH, Nicholas D., “Plato and Aristotle on the Nature of Women”. *Journal of the History of Philosophy*, vol. 21, nº4. Baltimore: outubro 1983, p. 467-478.

SOARES, Nair de Nazaré Castro, *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osóio*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1994.

SONNET, Martine, “Uma filha para educar”. In: Georges Duby; Michelle Perrot (org.), *História das mulheres no Ocidente*, vol 3. Porto: Edições Afrontamento, 2002, p.140-179.

TEIXEIRA, António Brás, “A filosofia jurídica”. In.: Pedro Calafate (dir.), *História do pensamento filosófico português: as luzes*, vol. 3. Lisboa: Editorial Caminho, 2001, p. 63-86.

VAZQUEZ, Raquel Bello, “Elite Female Authours in the Field of Power in Eighteenth Century Portugal: Epistolary Writing as Part of a Political Strategy”. *Journal of the Eighteenth Century Studies*, vol. 39, nº 2. Marshall: jun 2015, p. 251-266 .

\_\_\_\_\_, “Escrever, imprimir, publicar: conceitos a rever no Estudo da Ilustração. In.: Paz Romero Portilla (org), *El libro en perspectiva una aproximacion interdisciplinaria: IIIi simposio de estudios humanísticos*. Corunha: Universidad da Coruña, 2008, p. 121-138.

VICENTE, Ana, *As mulheres portuguesas vistas por viajantes estrangeiros (séculos XVIII, XIX e XX)*. Lisboa: Gótica, 2001.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel, “A representação da sociedade e o poder” In.: José Mattoso, *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, pp. 121-125.